



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO**

**Uma análise crítica dos programas de governo presidenciais no Brasil no  
século XXI a partir da teoria decolonial**

**Maria Clara Pfeiffer**

Rio de Janeiro  
2024

## CIP - Catalogação na Publicação

P332a Pfeiffer, Maria Clara  
Uma análise crítica dos programas de governo  
presidenciais no Brasil no século XXI a partir da  
teoria decolonial / Maria Clara Pfeiffer. -- Rio de  
Janeiro, 2024.  
112 f.

Orientador: Francisco José Mendes Duarte.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de  
Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e  
Desenvolvimento, 2024.

1. Políticas Públicas. 2. Teoria decolonial. 3.  
Programas de governo. 4. Ciência política. I. Mendes  
Duarte, Francisco José, orient. II. Título.

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Maria Clara Pfeiffer

**Uma análise crítica dos programas de governo presidenciais no Brasil  
no século XXI a partir da teoria decolonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

---

Prof. Dr. Francisco José Mendes Duarte

Instituto de Economia – UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Marta Fenández

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

---

Prof. Dr. Mayra Goulart da Silva

Instituto de Economia – UFRJ

Rio de Janeiro

2024

## AGRADECIMENTOS

À toda a minha família, de origem tão diversificada, indo do Líbano até o Amazonas, passando pela Alemanha e por Minas Gerais, e que sem saber contribuiu para a complexidade que me habita, para a sede de ir buscar na história explicações do presente, e para um sentimento paradoxal de (não)pertencimento que me fez desde cedo buscar expandir meus horizontes e dar nome às minhas inquietações, não sendo à toa a escolha de começar a minha jornada acadêmica nas Relações Internacionais, para depois desembocar nas políticas públicas. Às amigadas que me acompanharam e que fiz durante essa jornada, que me ajudaram a identificar tais inquietações, e entender que a complexidade que carrego é uma que compartilho com o mundo, seu mecanismo de funcionamento, suas lógicas, histórias, populações e, ainda bem, com pessoas que estão ou vieram a estar bem perto de mim. Vocês amenizaram a frequente agonia que acompanha o processo de ganhar conhecimento. Aos meus pais, avós e irmãos pelo imensurável. Ao Antonino pelo afago e parceria incondicional.

Estudar a colonialidade e suas manifestações na contemporaneidade é um processo rico, mas que contém suas irregularidades; é um terreno fértil, mas que possui suas propriedades tóxicas, capazes de entorpecer e afetar o sistema – internacional, nervoso, circulatório, dado que as mazelas que assolam certas nações também arrepiam a espinha e doem o coração.

Ao Francisco Duarte pela orientação paciente e animadora.

À CAPES/CPNq pelo fomento à minha pesquisa.

Ao Wolfgang Christian Pfeiffer, por tudo o que sou e quero ser, com todo o meu coração.

## RESUMO

Esta dissertação investiga a apropriação de pautas progressistas nos programas de governo dos presidentes brasileiros do século XXI através das lentes da teoria decolonial, analisando os limites do aprofundamento, bem como o esvaziamento, dessas pautas no âmbito do capitalismo neoliberal. Explorando a persistência da colonialidade nas estruturas sociais, políticas e econômicas brasileiras, a pesquisa aborda a evolução da teoria decolonial, enfatizando as contribuições da CEPAL, da teoria da dependência e dos estudos pós-coloniais. Através de uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo, são examinados os programas de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e, novamente, Lula da Silva em seu retorno à presidência focalizando pautas progressistas. Foram identificadas lacunas significativas no enfrentamento das estruturas de opressão e exploração arraigadas na sociedade brasileira, o que reflete o fato de que, nos marcos do capitalismo, sobretudo no de viés neoliberal, há limites severos à incorporação de pautas progressistas e críticas radicais. Esta análise, apoiada pelo uso do software MAXQDA, centra-se em cinco eixos temáticos principais: luta antirracista, defesa da diversidade cultural, promoção da igualdade social, igualdade de gênero e orientação sexual, e proteção ambiental.

**Palavras-chave:** programas de governo; colonialidade; teoria decolonial; políticas públicas

## **ABSTRACT**

This dissertation investigates the appropriation of progressive agendas in the political party manifestos of Brazilian presidents of the 21st century through the lens of decolonial theory, analyzing the limits of deepening, as well as the emptying, of these agendas within the context of neoliberal capitalism. Exploring the persistence of coloniality in Brazilian social, political, and economic structures, the research addresses the evolution of decolonial theory, emphasizing the contributions of CEPAL, dependency theory, and post-colonial studies. Through a qualitative methodology of content analysis, the political party manifestos of Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro, and, once again, Lula da Silva upon his return to the presidency are examined, focusing on progressive agendas. Significant gaps were identified in addressing the entrenched structures of oppression and exploitation in Brazilian society, reflecting the fact that within the framework of capitalism, especially in its neoliberal form, there are severe limitations to the incorporation of progressive agendas and radical critiques. This analysis, supported by the use of MAXQDA software, centers on five main thematic axes: anti-racist struggle, defense of cultural diversity, promotion of social equality, gender and sexual orientation equality, and environmental protection.

**Keywords:** political party manifestos; coloniality; decolonial theory; public policies

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à luta antirracista nos programas de governo.....	74
Figura 2 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à defesa da diversidade cultural nos programas de governo .....	77
Figura 3 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à promoção da igualdade social nos programas de governo .....	79
Figura 4 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual nos programas de governo.....	84
Figura 5 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à proteção do meio ambiente e recursos naturais nos programas de governo .....	87



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre o velho desenvolvimentismo, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo.....	14
Tabela 2 - Artigos selecionados.....	45

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA</b> .....	11
<b>1.2 OBJETIVOS</b> .....	16
<b>1.3 METODOLOGIA</b> .....	16
<b>2. CONTEXTUALIZANDO A TEORIA DECOLONIAL</b> .....	18
<b>2.1 AS ORIGENS LATINOAMERICANAS DO PENSAMENTO DECOLONIAL</b> .....	21
<b>2.1.1 O PENSAMENTO CEPALINO</b> .....	21
<b>2.1.2 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA</b> .....	25
<b>2.2 ORIGENS PÓS-COLONIAIS</b> .....	29
<b>2.2.1 A TRÍADE ANTICOLONIAL</b> .....	30
<b>2.2.2 A CRÍTICA LITERÁRIA</b> .....	31
<b>2.3 O PENSAMENTO DECOLONIAL</b> .....	34
<b>2.3.1 COLONIALIDADE DO PODER</b> .....	36
<b>2.3.2 MODERNIDADE E COLONIALIDADE</b> .....	39
<b>2.3.3 COLONIALIDADE DA NATUREZA</b> .....	42
<b>3. ANÁLISE DE PROGRAMAS DE GOVERNO: UM BALANÇO DE ESTUDOS RECENTES</b> .....	45
<b>3.1 BREVE DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS</b> .....	48
<b>3.2 BALANÇO GERAL</b> .....	63
<b>4. ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO À LUZ DA TEORIA DECOLONIAL</b> .....	64
<b>4.1 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO EM QUESTÃO</b> .....	66
<b>4.2 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE ACORDO COM OS EIXOS TEMÁTICOS</b> .....	72
<b>4.2.1 LUTA ANTIRRACISTA</b> .....	72
<b>4.2.2 DEFESA DA DIVERSIDADE CULTURAL</b> .....	77
<b>4.2.3 PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL</b> .....	
<b>4.2.4 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL</b> .....	77
<b>4.2.5 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS</b> .....	87
<b>4.3 ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DECOLONIAL</b> .....	92
<b>4.3.1 COLONIALIDADE DO PODER</b> .....	92

<b>4.3.2 COLONIALIDADE DO SABER.....</b>	<b>95</b>
<b>4.3.3 COLONIALIDADE DA NATUREZA.....</b>	<b>97</b>
<b>4.4 UM BALANÇO GERAL.....</b>	<b>98</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>101</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

Desde o início do século XXI, o Brasil tem testemunhado transformações significativas em suas políticas governamentais, influenciadas por uma diversidade de agendas, demandas sociais e paradigmas econômicos e ideológicos. Nesse contexto, esta dissertação se propõe a investigar como pautas progressistas como luta antirracista, diversidade cultural, igualdade social, igualdade de gênero e orientação sexual e proteção ambiental tem entrado na agenda partidária e de como essa apropriação pode ser analisada a partir das lentes da teoria decolonial. Ao fazê-lo, busca-se compreender em que medida a democracia no âmbito do capitalismo neoliberal contribui para esvaziar tais pautas.

### **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA**

O Brasil, como nação latino-americana, carrega em sua história as marcas da colonização europeia, que moldaram estruturas sociais, políticas e econômicas de profunda desigualdade e colonialidade. Proveniente do pensamento decolonial, a colonialidade é um conceito que se refere aos padrões de poder, dominação e exploração que foram estabelecidos durante o período colonial e que continuam a influenciar as relações sociais, culturais, econômicas e políticas até os dias atuais. A colonialidade não se limita apenas ao período histórico da colonização, mas é um sistema de opressão e hierarquia que persiste mesmo após a independência política das antigas colônias (QUIJANO, 1992).

O pensamento decolonial é um campo interdisciplinar que tem origem na década de 1990, principalmente na América Latina, e que se coloca fundamentalmente como uma crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo presentes nas estruturas globais de poder e conhecimento. Esta abordagem teórica busca evidenciar e desafiar as hierarquias históricas que foram impostas ao longo dos séculos e que perpetuam desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas. É comum considerar o pós-colonialismo como precursor do pensamento decolonial, que radicaliza o argumento pós-colonial a partir do grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013). O direcionamento principal do grupo, segundo Escobar (2003), é a contínua reflexão sobre a realidade cultural e política da América Latina, buscando abranger o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos, de forma que um dos componentes básicos do M/C é a crítica às formas eurocêntricas de conhecimento (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

A América Latina é, particularmente, um espaço onde a colonialidade se manifesta de forma intensa, desdobrando-se em suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa colonialidade é caracterizada por relações de dominação, exploração e hierarquização que

têm suas raízes na colonização europeia. A região constitui um elemento-chave na construção e manutenção do sistema de poder global colonial e capitalista, que se deu através da exploração econômica de seus recursos naturais e humanos para o benefício dos colonizadores europeus e, posteriormente, das potências globais; e da imposição de padrões culturais, sociais e de conhecimento pelos colonizadores europeus sobre as populações nativas, resultando na destruição das culturas locais e na manutenção de hierarquias que persistem até os dias atuais (QUIJANO, 1992).

Já a discussão sobre a colonialidade especificamente no Brasil apresenta algumas particularidades e desafios. A colonização portuguesa, que foi a mais duradoura empreitada colonial europeia, trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao restante da América Latina. No entanto, o Brasil muitas vezes é tratado de forma separada ou marginalizada nas discussões do grupo, que tendem a privilegiar a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa, de forma que a falta de consideração dos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do país são algumas das críticas apontadas em relação à abordagem do Brasil dentro do M/C (BALLESTRIN, 2013).

No campo político, a ascensão de governos progressistas no início do século XXI, como o de Lula no Brasil, representou um momento de esperança de ruptura com o neoliberalismo e abertura para agendas de transformação social (SADER, 2015). Para contextualizar, a crise internacional dos anos 1970 e a subsequente crise da dívida externa, catalisada por dois choques do petróleo e uma elevação nos juros internacionais, impuseram desafios significativos à economia brasileira durante os anos 1980, marcados por altos níveis de inflação e um crescimento econômico limitado. Essas circunstâncias criaram um terreno favorável para a ascensão das ideias neoliberais no Brasil durante os anos 1990, sob a égide do Consenso de Washington e suas diretrizes de política econômica alinhadas com os princípios da teoria ortodoxa (PAULANI, 2017).

Desde o começo da década de 1990 e até meados dos anos 2000, portanto, a política econômica seguiu, ora mais, ora menos rigorosamente, o paradigma neoliberal, com rígidas políticas fiscal e monetária, elevadas taxas reais de juro e taxa de câmbio apreciada. É apenas no último ano do primeiro mandato de Lula que esse cenário começa a mudar, por conta sobretudo do lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), um programa de investimentos públicos para serem gastos em quatro anos em setores de infraestrutura. No final do segundo mandato de Lula, começa-se a falar em neodesenvolvimentismo, que passou a ser associado às políticas de grandes programas de investimento público, contrariando o paradigma liberal vigente, e para expedientes de intervenção na economia. Foram surgindo, assim,

certamente por conta da ascensão de um governo popular, várias correntes de pensamento que se reivindicavam desenvolvimentistas (PAULANI, 2017) o que não pretende esgotar aqui.

Os programas de governo de Lula, bem como os de Dilma Rousseff, apresentam uma abordagem neodesenvolvimentista, incluindo propostas relacionadas, dentre outras, à ampliação de programas sociais, fortalecimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, proteção dos direitos trabalhistas, garantia de educação de qualidade, distribuição de renda e inclusão social. Durante os governos petistas (2003-2016), no entanto, o que se testemunhou foi a continuidade da agenda neoliberal, com a manutenção de políticas econômicas de mercado, como superávit primário, metas de inflação e abertura financeira, combinadas com a adoção de políticas sociais compensatórias, o que, por sua vez, contribuiu para a aceitação passiva das massas trabalhadoras e fortaleceu a hegemonia neoliberal no país (MACIEL, 2013). Destacam-se, nesse âmbito, o programa Bolsa Família e outras iniciativas que contribuíram para a redução das desigualdades sociais, como o PROUNI, que visava ampliar o acesso ao ensino superior para as classes de renda mais baixa, e programas sociais como o Minha Casa Minha Vida, voltado para a construção de moradias populares. Na área da cultura, foram lançados programas e ações afirmativas, como as cotas, adotadas para defender as chamadas minorias (como negros, pardos, indígenas e mulheres) (PAULANI, 2017).

Com a destituição de Dilma em 2016<sup>1</sup>, Michel Temer assume o governo com uma agenda de pleno resgate do neoliberalismo (PAULANI, 2017), promovendo medidas de significativa redução do papel do Estado como a Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu um teto para os gastos públicos por 20 anos, comprometendo as políticas de proteção social. Além disso, sua administração aprovou a reforma trabalhista, enfraquecendo a proteção dos trabalhadores e beneficiando os empregadores. Outro fator relevante foi a alteração do marco regulatório da exploração do pré-sal, retirando o monopólio da Petrobrás e favorecendo empresas estrangeiras. Em 2018, Jair Bolsonaro assume a presidência com um programa economicamente liberal e socialmente conservador, radicalizando a agenda

---

<sup>1</sup> O processo de impeachment de Dilma Rousseff foi impulsionado por uma série de eventos e estratégias políticas, envolvendo, dentre outros, a insatisfação empresarial com a política econômica, acusações de fraude eleitoral e corrupção, e protestos e pressões da direita. A adoção da agenda de ajuste fiscal, apoiada pelo empresariado e pela oposição liderada pelo PSDB, exacerbou as tensões políticas. A dependência de Dilma do PMDB para aprovar medidas legislativas também contribuiu para o aumento de sua fragilidade política, enquanto o vice-presidente Temer articulava sua ascensão ao poder, promovendo um plano neoliberal de reformas. Além disso, a chantagem de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, exacerbou ainda mais a instabilidade política e favoreceu a abertura do processo de impeachment. Dessa forma, o impeachment foi percebido por uma ampla parcela da sociedade como um golpe de Estado para remover Dilma do poder e implementar uma agenda neoliberal alinhada aos interesses empresariais (DUARTE, 2020).

neoliberal (SANTOS; MELLO; BERNARDO, 2021). Seu governo de extrema direita foi marcado por ataques às instituições e aos fundamentos do Estado Democrático de Direito; desmonte de políticas públicas; alto desemprego, queda da renda e aumento da pobreza e da fome; deterioração das relações internacionais; negacionismo na gestão da pandemia de COVID-19, que levou a quase 700 mil mortes; queimadas e desmatamento recorde da floresta amazônica e ataques aos povos originários; sucessivos cortes no orçamento das universidades e disseminação de uma cultura de ódio e violência nas escolas (JÚNIOR; MIGUEL; FILGUEIRAS, 2023). A vitória de Lula em 2022 representou, portanto, um novo momento de esperança no país para o duplo enfrentamento, segundo Filgueiras (2023), de duas forças políticas, uma de direita e outra de extrema direita: o neoliberalismo, desde os anos 1990, e o neofascismo, a partir da década de 2010. Seu programa apresenta, nesse sentido, elementos de uma abordagem neodesenvolvimentista, com destaque para a proposta de adotar uma estratégia nacional de desenvolvimento justo, solidário, sustentável, soberano e criativo, buscando superar o modelo neoliberal.

Para fins de caracterização geral, levando em conta que não se pretende esgotá-los neste trabalho, pode-se distinguir os modelos do neoliberalismo e neodesenvolvimentismo a partir da seguinte tabela:

Tabela 1 - Comparação entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo

<b>Temas em disputa</b>	<b>Neoliberalismo</b>	<b>Neodesenvolvimentismo</b>
Modelo de desenvolvimento econômico	Ênfase na alocação de recursos pelo mercado (com exceções)	Reindustrialização e investimentos em infraestrutura, com apoio estatal, ganhos de escala pelo mercado interno, fomento às exportações
Política macroeconômica (monetária, fiscal, cambial)	Preferência por ortodoxia; autonomia do Banco Central; livre fluxos de capitais de curto prazo; dominância financeira protetora de juros elevados interpretada como função de problemas fiscais	Preferência por “heterodoxia”; variações no que se refere a cuidados fiscais e à oposição a políticas de juros altos/câmbio valorizado; ênfase na vulnerabilidade externa como fonte de instabilidade
Políticas sociais	No limite, com alguma focalização nos pobres; submissão à redução dos	Políticas universais

	gastos públicos	
Modelo exportador e abertura de mercado a serviços	Modelo exportador pró EUA e União Europeia; revisão do Mercosul	Orientação para o mercado interno, mas com esforço exportador; equilíbrio entre BRICS e EUA/EU; preservação do Mercosul
Privatização	Privatização de empresas estatais como e bancos públicos	Oposição a novas privatizações
Capital estrangeiro	Com ampla abertura	Com cautelas em serviços; com exigências de P&D; oposição a acesso a terras

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Bielschowsky (2019); com referências de Albuquerque (2015).

Cabe citar também os conceitos de neoliberalismo progressista e neoliberalismo reacionário desenvolvidos por Nancy Fraser (2017). O neoliberalismo progressista é um conceito que combina elementos do neoliberalismo econômico com políticas progressistas de reconhecimento social. Ele é caracterizado pela aliança entre uma versão progressiva das políticas de reconhecimento e uma versão regressiva da política econômica. Esse modelo político hegemônico busca conciliar políticas econômicas neoliberais, como a ênfase no mercado e na desregulamentação, com políticas sociais progressistas que promovem a diversidade, a inclusão e o reconhecimento de identidades sociais diversas. Essa combinação visa atrair o apoio tanto de setores econômicos ligados ao capital financeiro quanto de movimentos sociais progressistas, como feministas, antirracistas e ambientalistas (FRASER, 2017). Assim, pode-se dizer que os governos petistas se aproximam de um neoliberalismo progressista, que então obteve expressão no Brasil dentro do marco de um país capitalista dependente através do neodesenvolvimentismo. Já o neoliberalismo reacionário defende políticas econômicas alinhadas com os princípios neoliberais, como a desregulamentação do mercado, a redução do papel do Estado na economia e a promoção de políticas favoráveis ao capital financeiro e às grandes corporações. Por outro lado, em relação ao reconhecimento, adota uma postura conservadora e muitas vezes reacionária em questões como diversidade cultural, igualdade de gênero e proteção ambiental (FRASER, 2017). Em certa medida, este seria o caso dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Diante desse contexto, questiona-se de que forma pautas progressistas como luta antirracista, diversidade cultural, igualdade social, igualdade de gênero e orientação sexual e proteção ambiental têm entrado na agenda partidária e como essa apropriação pode ser



analisada a partir das lentes da teoria da colonial, analisando os limites ao aprofundamento dessas no âmbito do capitalismo neoliberal, algo evidenciado tanto na moderação com que elas foram adotadas nos planos dos governos mais progressistas (Lula e Dilma) quanto no silenciamento das mesmas nos planos dos governos neoliberais reacionários (Temer e Bolsonaro).

## **1.2 OBJETIVOS**

O objetivo geral da pesquisa é analisar os limites ao aprofundamento das pautas progressistas no âmbito do capitalismo neoliberal a partir da teoria decolonial.

Os objetivos específicos são: a) Apresentar a teoria decolonial e suas origens; b) Realizar um breve levantamento de estudos recentes acerca da análise de programas de governo no Brasil; c) Demonstrar, através da análise decolonial dos programas de governo, que a agenda progressista é limitada e facilmente esvaziada num contexto de hegemonia do capitalismo neoliberal.

## **1.3 METODOLOGIA**

O presente trabalho desenvolve uma pesquisa qualitativa de tipo documental, na medida em que os documentos em geral constituem uma rica fonte de dados (GODOY, 1995). No caso, os documentos são os programas de governo dos candidatos eleitos à presidência do Brasil de 2003 a 2022. Estes documentos, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e oferecem dados sobre tal contexto. Além disso, a pesquisa documental é apropriada para o estudo de longos períodos de tempo (GODOY, 1995), como é o caso do presente trabalho, que possui um recorte temporal de 20 anos. Como objeto de análise empírica, optou-se pelos seguintes programas de governo:

- Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2007)
- Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011)
- Dilma Rousseff (2011–2016)
- Dilma Rousseff (2014–2018)
- Michel Temer (2016–2019)
- Jair Bolsonaro (2019–2023)
- Luiz Inácio Lula da Silva (2023–presente)

A escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se dá por conta de alguns propósitos (GODOY, 1995). Neste caso, a escolha de analisar planos de governo, que são textos políticos, se deu pelo objetivo de localizar as posições políticas de tais atores acerca do

desenvolvimento, na medida em que segundo Laver, Garry & Benoit (apud MONTE, 2022), textos políticos têm um potencial amplamente reconhecido de desvelar informações importantes justamente sobre as posições políticas de seus autores. Além disso, como colocado por Monte (2022), a escolha de analisar planos de governo também pode ser justificada pela periodicidade e dinamicidade na produção desses documentos, dado que se trata de materiais produzidos especificamente para os respectivos contextos eleitorais. Assim, os planos de governo podem fornecer evidências do movimento (ou falta de) das posições políticas ao longo do tempo, permitindo assim observar as principais inclinações político-ideológicas no tempo e no espaço.

Monte (2022) realiza um levantamento das diversas possibilidades de análise em torno da distinção entre direita e esquerda: a partir da perspectiva do eleitorado e dos especialistas, das elites parlamentares, do comportamento parlamentar e das diretrizes partidárias. A opção por utilizar planos de governos se dá pelo potencial destes documentos elucidarem as ideologias políticas de seus respectivos candidatos. Por fim, os planos de governo possuem a capacidade de explicitar os temas considerados mais relevantes ou prioritários, bem como a posição de cada candidato em relação a cada assunto (MONTE, 2022). Algumas questões incitam a análise dos planos de governo (MONTE, 2022), como identificar as mudanças e continuidades acerca das propostas de estratégia de desenvolvimento dos candidatos de direita e mais identificados com a esquerda ao longo tempo; se há diferenças ideológicas na abordagem do desenvolvimento; se houve mudanças no conteúdo das propostas e em quais sentidos (MONTE, 2022); e se há a predominância da ideologia neoliberal no entendimento e nas estratégias de desenvolvimento.

O instrumental metodológico utilizado para a análise dos dados coletados foi a análise de conteúdo, a fim de buscar compreender as principais características e padrões presentes nos programas em questão a partir de procedimentos de codificação e categorização, e empreendendo, por fim, uma análise interpretativa e descritiva. A análise de conteúdo possui três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (GODOY, 1995). A partir deste instrumental, foi realizada a exploração do material através de procedimentos de codificação de acordo com cinco eixos temáticos definidos a partir do pensamento decolonial. Os eixos temáticos são: 1. Luta antirracista; 2. Defesa da diversidade cultural; 3. Promoção da igualdade social; 4. Promoção da igualdade de gênero e orientação sexual; e 5. Proteção do meio ambiente e recursos naturais.

A categorização e a análise foram realizadas com o auxílio do *software* MAXQDA, uma ferramenta de análise de dados qualitativos amplamente utilizada em pesquisas

acadêmicas. O MAXQDA permite a codificação, categorização e análise de dados de forma sistemática, facilitando a identificação de padrões e tendências nos dados qualitativos (WINTER; BARROS; SOUZA, 2019).

## **2. CONTEXTUALIZANDO A TEORIA DECOLONIAL**

A questão do desenvolvimento, em diversas formas e manifestações, tem sido uma constante no pensamento social latino-americano (DOS SANTOS, 2000). A ideia de que o novo é sempre positivo e desejável, no contexto da era do progresso, pode ser considerado um dos fundamentos da ideologia da modernidade, algo que remonta ao Iluminismo do século XVIII, que propôs a possibilidade de uma reforma consciente e racional da sociedade, destacando a ideia de progresso e exaltando as virtudes da ciência em contraste com a religião. A concepção moderna que trata cada indivíduo como um sujeito livre e autônomo foi estendida ao Estado-nação, passando a considerar cada país soberano e livre para guiar racionalmente seu desenvolvimento progressivo. Essas ideias, elaboradas na economia política clássica, fundamentaram o surgimento da ideologia desenvolvimentista, associada ao liberalismo e à noção de progresso (QUIJANO, 2019). Cabe destacar, no entanto, que o desenvolvimentismo não deve ser considerado como uma ideia que veio de fora e foi transplantada para a América Latina, mas como um fenômeno peculiar da região e de outros países periféricos, tendo brotado da crítica à visão liberal de progresso, como consciência do “atraso” e como busca de uma estratégia nacional para superá-lo (FONSECA, 2015).

A ideia contemporânea de desenvolvimento surge em 1949 no discurso de posse do presidente americano Harry Truman, a partir do qual engendrou-se um programa global de desenvolvimento (STEINBRENNER; CASTRO, 2018). Ao utilizar pela primeira vez nesse contexto o termo ‘subdesenvolvido’, Truman ressignificou a ideia de desenvolvimento e, a partir de então:

2 bilhões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas. Na verdade, a partir de então, deixaram de ser o que eram, em toda a sua diversidade, e transformaram-se num espelho invertido da realidade dos outros: um espelho que os menospreza e os manda para o fim da fila, um espelho que define a sua identidade, que é na verdade a de uma maioria heterogênea e diversa, simplesmente nos termos de uma minoria homogeneizante e estreita. (ESTEVA, 2010, tradução nossa).

Após a Segunda Guerra Mundial, portanto, a noção de desenvolvimento definiu a agenda da mudança econômica global, tomando a forma da promessa do capitalismo pós-guerra. Sob liderança da Organização das Nações Unidas (ONU), uma plethora de organizações

internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) promoviam intensamente a promessa do desenvolvimento para os países da periferia do mundo, ou seja, para além da Europa e da América do Norte (SMITH, 1997). Por muitos anos, as nações industrializadas da Europa e da América do Norte eram tidas como modelos absolutos para os países da América Latina, África e Ásia, e o desenvolvimento consistia no meio através do qual atingir-se-ia o fim de alcançá-las (ESCOBAR, 2011).

De acordo com o pensamento decolonial – campo interdisciplinar que tem origem na década de 1990, principalmente na América Latina, e que se coloca fundamentalmente como uma crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo presentes nas estruturas globais de poder e conhecimento, bem como ao desenvolvimento – o desenvolvimento, como parte do projeto da modernidade, pode ser considerado como uma narrativa apresentada como verdade universal, articulada a partir das experiências de diferentes povos europeus, articulada por atores que controlam a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 2013; PINTO; MIGNOLO, 2015). Assim, faz parte de sua retórica um projeto de:

dominação epistêmica, econômica e política do mundo, inicialmente liderado pela Espanha e Portugal (do século 16 a meados do século 18), depois pela Holanda, Grã-Bretanha e França (de meados do século 18 a meados do século 20), e finalmente pelos Estados Unidos (de meados do século 20 aos dias de hoje) (PINTO; MIGNOLO, 2015).

A cultura europeia passou, dessa forma, a ser colocada como um modelo cultural universal e como uma aspiração para o resto do mundo. A europeização cultural passou a ser um modo de participar da estrutura de poder colonial e para alcançar os mesmos objetivos materiais e de poder dos europeus, conquistar a natureza e atingir o desenvolvimento (QUIJANO, 1992).

O pensamento decolonial busca evidenciar e desafiar as hierarquias históricas que foram impostas ao longo dos séculos e que perpetuam desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas. É comum considerar o pós-colonialismo como precursor do pensamento decolonial a partir do Grupo Modernidade/Colonialidade, constituído no final dos anos 1990 por intelectuais latino-americanos provenientes de universidades diversas nas Américas. O grupo realizou um movimento epistemológico significativo que contribuiu para a atualização crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI ao radicalizar o argumento pós-colonial através do giro decolonial (BALLESTRIN, 2013).

Além da teoria pós-colonial, o pensamento decolonial encontrou inspiração em variadas fontes, como as teorias críticas da modernidade europeias e norte-americanas, e sua principal força orientadora é uma reflexão contínua da realidade política e cultural da América Latina, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos pelo colonialismo. Nesse sentido, a teoria dependência, sendo uma das principais contribuições da América Latina para o pensamento crítico no século XX e que tem estreita relação com a concepção do sistema-mundo (DOS SANTOS, 2000), também ganha destaque como uma das origens do pensamento decolonial (ESCOBAR, 2003), assim como o pensamento proveniente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e sua resposta à abordagem da teoria da modernização norte-americana (MARTINS, 2015).

Por mais que não seja intenção caracterizá-los, cabe destacar que os estudos do sistema-mundo emergiram como uma expressão teórica num extenso debate sobre as mudanças na economia e política globais durante os anos 70. Esta abordagem busca examinar a origem e o desenvolvimento do modo capitalista de produção como um sistema abrangente de relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Trata-se de um sistema que tem suas raízes no final da Idade Média europeia e que evolui em direção a um projeto global, fundindo-se com a economia mundial. Esse enfoque fala sobre a presença de um centro, uma periferia e uma semi-periferia, além de identificar, entre as economias centrais, uma economia hegemônica que coordena todo o conjunto do sistema (DOS SANTOS, 2000).

Levando isso em conta, o desenvolvimento aparece como um conceito que revela as tensões constitutivas do sistema-mundo na dimensão do progresso tecnológico e na dimensão dos sistemas vivos, como a cultura, entre outros. Compreender a particularidade da América Latina no contexto do sistema-mundo envolve reconhecer que a relação centro-periferia não é apenas um sistema mecânico gerado pelo fluxo econômico internacional, mas sim um processo político de dominação colonial que revela tensões sistêmicas mais abrangentes e que só podem ser enfrentadas através da política. Este é o ensinamento transmitido pela CEPAL e que marca o desenvolvimento do pensamento decolonial após a Segunda Guerra Mundial (MARTINS, 2013).

Por fim, não é pretendido, nas subseções seguintes, o aprofundamento na análise de cada um dos enfoques do pensamento cepalino e da teoria da dependência. Nossa intenção é identificar, de maneira geral, algumas ideias e pressupostos fundamentais dessas perspectivas, com o objetivo de apresentá-las como fontes do pensamento decolonial latino-americano.

## **2.1 AS ORIGENS LATINOAMERICANAS DO PENSAMENTO DECOLONIAL**

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão do desenvolvimento ganhou destaque com a divisão do mundo em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, estabelecendo uma classificação e hierarquia entre as nações, especialmente em relação ao desenvolvimento econômico. Surgiu, nesse contexto, a teoria da modernização, que propunha que os países subdesenvolvidos, pertencentes ao Terceiro Mundo, deveriam buscar a industrialização e urbanização como caminhos para o progresso. Trata-se de uma perspectiva de análise fundamentada na crença de um progresso contínuo, tendo a indústria como principal impulso (MAZZETTI et al., 2021).

A partir dos anos 1950, houve um renovado interesse em questões de economia regional, fundamentado em teorias marshallianas e keynesianas e impulsionado pelos novos padrões de produção e pelos esforços de integração regional decorrentes das relações econômicas pós-guerra. Na América Latina, a discussão sobre desenvolvimento foi assumida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estabelecida em 1948 como um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) com foco no desenvolvimento econômico da região. Paralelamente, nos anos 1960, surge a teoria da dependência, que buscava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região (MAZZETTI et al., 2021; DOS SANTOS, 2000).

A crítica latino-americana aos postulados fundamentais do desenvolvimento ganha uma relevância particular quando consideramos que, entre as décadas de 1950 e 1970, muitos dos governos na América Latina eram controlados por forças militares autoritárias e totalitárias, e aqueles que não estavam sob esse domínio adotaram uma política de "coexistência pacífica" com a Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos. De forma resumida, esses governos não apenas colocaram o crescimento econômico como o objetivo central de seus projetos de desenvolvimento, mas também associaram, no plano estratégico-político, o discurso do desenvolvimento à luta anticomunista e à segurança nacional e hemisférica (MEDINA; VILLAMAR, 2021).

### **2.1.1 O PENSAMENTO CEPALINO**

Segundo Bielschowsky (1998), a CEPAL se desenvolveu como uma corrente de pensamento voltada para a análise das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países da América Latina. Para os autores cepalinos, como Celso Furtado, Raul Prebisch, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o desenvolvimento no contexto das condições periféricas da América Latina não seria uma etapa de um processo universal, como defendia

Rostow e a teoria da modernização, mas um processo único, com desdobramentos históricos singulares condizentes com as suas experiências e especificidades, e que gerariam resultados diferentes daqueles que ocorreram no desenvolvimento dos países centrais (BIELSCHOWSKY, 1998).

Segundo Rostow, um dos principais autores desta última, o desenvolvimento é um processo constituído por cinco estágios. Valendo-se da metáfora de um avião, os estágios de Rostow são: estacionário (sociedade tradicional); pré-condições para decolagem; decolagem; condução até a maturidade; e sociedade de consumo de massa (sociedade moderna). Rostow e outros autores da teoria da modernização foram, em parte, responsáveis por generalizar suas concepções acerca das características culturais ou os estágios mais avançados de desenvolvimento dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, adotando a ideia de estágios temporais e espaciais universais através dos quais todas as sociedades deveriam passar. Além disso, eles presumiram uma superioridade dos países centrais, estabelecendo uma distância temporal e espacial entre as sociedades modernas "avançadas" e o "atraso" das sociedades tradicionais (GROSFUGUEL, 2018).

Ao longo de sua história, o pensamento cepalino contribuiu para formulações e ajustes nas políticas adotadas pelos países da América Latina, desempenhando um papel crucial tanto no seu êxito quanto nos questionamentos levantados (MAZZETTI et al., 2021). Pode-se identificar cinco fases do pensamento cepalino, organizadas em temas que acompanham a evolução histórica da região: 1. Anos 1960 e as reformas para desobstruir a industrialização; 2. Anos 1970 e a reorientação dos modelos de desenvolvimento na direção da homogeneização social e da industrialização pró-exportadora; 3. Anos 1980 e a superação do problema do endividamento externo através do ajuste com crescimento; e 4. Anos 1990 e a transformação produtiva com equidade (BIELSCHOWSKY, 1998).

O pensamento econômico da CEPAL seguiu uma trajetória paralela às tendências históricas. Na década de 1950, concentrou-se na crítica à exportação de produtos primários, destacando seus limites históricos por meio do mecanismo da perda nos termos de intercâmbio. Além disso, ressaltou que a hegemonia do setor exportador, da forma como se apresentava, constituía um obstáculo à industrialização. Contudo, ao mesmo tempo, enfatizou a necessidade de extrair excedentes desse setor para direcioná-los à industrialização. Esse processo demandava intervenções indiretas, como a inflação, para viabilizar uma política de preços relativos mais favorável ao setor industrial urbano, ou mesmo intervenções diretas do Estado (mesmo que às vezes deficitárias) para impulsionar esse processo de industrialização (DOS SANTOS, 2000).

O pensamento cepalino possui uma, portanto, forte inclinação para reflexões históricas, fortemente instrumentalizado pela perspectiva estruturalista do subdesenvolvimento periférico de Prebisch (BIELSCHOWSKY, 1998). Segundo essa perspectiva, a América Latina, com sua condição de periferia no sistema econômico mundial, estava fadada ao papel específico de produção de alimentos e matérias-primas para os países industrializados do centro. Na verdade, trata-se de uma estrutura em que não havia espaço para a industrialização de novos países e na qual os benefícios do progresso técnico são concentrados apenas nos países centrais (PREBISCH, 1962).

O destaque às estruturas é considerado como um dos aspectos mais marcantes da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. A partir do trabalho de Prebisch consolida-se a utilização do sistema centro-periferia como elemento fundamental do pensamento estruturalista cepalino. Tal pensamento defendia que o sistema internacional estaria dividido entre países do centro industrializado e países da periferia, em sua maioria agrários, o que constitui um dos elementos importantes para a compreensão do subdesenvolvimento, mas não o único. Para os estruturalistas, o principal motor do sistema internacional que beneficia uns em detrimento de outros é o impacto do progresso tecnológico nas economias nacionais, de forma que quanto maior a diversificação da matriz econômica de um país, maiores suas chances de crescimento econômico (COLISTETE, 2001; BARBOSA, 2020).

Por sua vez, Furtado explorou a estrutura mundial de poder a fim de analisar como foi estabelecida a economia primário-exportadora do Brasil e outros países da América Latina, proveniente da era colonial e consolidada pela exploração desenfreada de recursos, destacando que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são faces distintas do mesmo processo universal. Sua base de análise está fortemente conectada à ideia do Estado como promotor do desenvolvimento econômico, baseado no mercado interno e através da industrialização, urbanização e tecnologia, mimetizando o modelo de desenvolvimento dos países centrais. No entanto, devido à ausência de autofinanciamento e de demanda interna, esses países acabam tendo o acesso ao mercado internacional prejudicado. Trata-se de um mercado predominantemente controlado por empresas transnacionais de países centrais, que determinam os preços e exercem controle sobre os espaços econômicos na periferia (MAZZETTI et al., 2021; GROSFUGUEL, 2018).

Na medida em que Prebisch, Furtado e outros autores perceberam a intensificação da deterioração nas relações econômicas internacionais entre os países produtores industriais e os fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais, consolidou-se uma reflexão crucial acerca do sistema-mundo. Eles reconheceram que não existia uma solução dentro da lógica



econômica das vantagens comparativas para os países subdesenvolvidos. A partir da América Latina, conseguiram formular uma compreensão político-econômica mais abrangente do sistema-mundo, a qual teve impactos práticos significativos (MARTINS, 2013).

Um dos fundamentos da análise da CEPAL reside, portanto, justamente no contraste entre a forma como o crescimento, o progresso técnico e o comércio internacional se desdobram nas estruturas econômicas e sociais dos países periféricos, em comparação com o que ocorre nos países centrais. Esse contraste destaca as interdependências entre o comportamento do centro e o da periferia, além dos problemas que isso gera para estes últimos (BIELSCHOWSKY, 1998). Em suma, considerando que não pretende-se aqui esgotar a literatura acerca deste pensamento, em relação ao subdesenvolvimento na América Latina, destaca-se duas proposições fundamentais: 1) as economias dos países da região têm uma estrutura voltada para o setor primário-exportador, que foi historicamente moldada desde o período colonial, resultando na falta de uma indústria dinâmica; 2) há um baixo investimento e preocupação com o avanço tecnológico e o aumento da produtividade, o que beneficia os países desenvolvidos nas relações comerciais, onde importam principalmente produtos primários em troca da exportação de manufaturados (MAZZETTI et al., 2021).

Assim, as teorias cepalinas, originadas da realidade econômica latino-americana, ofereceram formulações e ajustes nas políticas a serem adotadas pelos países da região. As suas proposições foram amplamente aceitas por formuladores de políticas, empresários, e industriais latino-americanos, bem como na esfera acadêmica, inclusive no Brasil (MAZZETTI et al., 2021). Segundo Martins (2013; 2016), a CEPAL, além de trazer para o plano da política o tema das trocas internacionais que antes era confinado ao plano da economia, também foi responsável por fomentar reações antiimperialistas e anticapitalistas que se manifestaram nas reformas dos Estados da América Latina, nas lutas por novas políticas públicas e no estímulo epistemológico pós-colonial na região. Anos mais tarde, a CEPAL influenciou a formação da teoria da dependência, na qual o tema das trocas internacionais e da dependência é aprofundado, contribuindo assim para politizar ainda mais temas como as alianças entre capital estrangeiro nacional, luta de classes etc. (MARTINS, 2016).

Embora represente uma ruptura com a teoria da modernização, pode-se dizer que o pensamento cepalino ainda mantém elementos de análise ortodoxos, como o destaque ao progresso tecnológico e a diversificação da matriz industrial como fatores cruciais para o alcance de um desenvolvimento independente por parte da periferia. Esses elementos apresentam-se como resquícios da tentativa de replicar processos econômicos históricos que ocorreram nos países centrais. Além disso, essa abordagem não aprofunda a questão da

acumulação de capital por parte das classes econômicas industriais modernas, mantendo a lógica do capitalismo em sua versão periférica (BARBOSA, 2020; MEDINA; VILLAMAR, 2021).

Portanto, as críticas da CEPAL, por mais que tenham problematizado a colonialidade, não romperam com um aspecto da colonialidade que é a visão iluminista de crença incontestável no progresso humano, presente também na visão do desenvolvimento sugerido pela teoria da modernização. Mesmo assim, é inegável a contribuição do pensamento cepalino para o pensamento crítico latino-americano, sobretudo em relação ao questionamento da deterioração das relações de troca entre centro e periferia a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Todas as teorias críticas posteriores, como as pós-coloniais, bebem desta ruptura epistêmica que questiona o capitalismo tendo como *locus* as margens do sistema (BARBOSA, 2020; MARTINS, 2013).

### **2.1.2 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA**

A teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento surgiu como resposta à superação do domínio colonial e ao surgimento de burguesias locais ávidas por traçar sua própria trajetória na expansão do capitalismo global. A teoria da dependência, por sua vez, que emergiu na segunda metade da década de 1960, constituiu um esforço crítico para entender as limitações de um desenvolvimento que teve início em um período histórico no qual a economia mundial já estava estabelecida sob a hegemonia de grandes grupos econômicos e forças imperialistas (DOS SANTOS, 2000). O surgimento dessa corrente se deu, segundo Grosfoguel (2018), a partir de três eventos importantes no início desta década: 1. A crise da estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI) na América Latina; 2. A Revolução Cubana; e 3. A concentração de uma geração marcante de intelectuais de esquerda em Santiago, resultante da série de golpes militares iniciada em 1964 com o golpe brasileiro.

A escola da dependência engajou-se em uma luta política e teórica em três frentes distintas: contra a ideologia neodesenvolvimentista da CEPAL, contra o marxismo ortodoxo dos partidos comunistas latino-americanos e contra a teoria da modernização defendida pelos acadêmicos norte-americanos, que buscavam reproduzir nas periferias os padrões de desenvolvimento dos países centrais. Ao fazê-lo, repensam as formações sociais latino-americanas destacando a economia mundial capitalista, liderada pelos países europeus e anglo-saxões, como a responsável por formar as classes dominantes na região e a articular seus processos de desenvolvimento por meio de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada que influenciou a constituição moderna e nacional dos Estados. Dessa forma, o desafio das

sociedades latino-americanas foi considerado como algo resultante das estruturas consideradas arcaicas, tradicionais e/ou feudais, que necessitavam ser superadas para alcançar um estágio mais avançado, moderno e capitalista (GROSFOGUEL, 2018; MARTINS; FILGUEIRAS, 2018).

Ao contrário do pensamento cepalino, os teóricos da dependência criticaram tanto o modelo de industrialização por substituição de importações quanto o papel da burguesia "nacional". Há uma contestação em relação ao caráter revolucionário das burguesias industriais e sua missão anti-imperialista e antifeudal, destacando a sua inclinação ao compromisso com as estruturas agroexportadoras (GROSFOGUEL, 2018; MARTINS, FILGUEIRAS, 2018). As ideias centrais defendidas pelos diversos componentes da escola da dependência podem ser resumidas em quatro pontos: 1. O subdesenvolvimento está intrinsecamente ligado à expansão dos países industrializados; 2. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces distintas do mesmo processo universal; 3. O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primordial em um processo evolutivo; e 4. A dependência não é apenas um fenômeno externo, mas também se manifesta em diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (DOS SANTOS, 2000).

Ao longo do tempo, a teoria da dependência se dividiu em duas correntes principais: uma que contém uma versão crítica da dependência, fortemente fundamentada no marxismo, que busca a transição para uma formação socialista e cujos autores mais proeminentes são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra; e outra que propõe a dependência como o tipo ideal histórico-estrutural de desenvolvimento das sociedades latino-americanas, e que defende uma margem interna de negociação com o imperialismo, cuja extensão varia de acordo com as oportunidades oferecidas por cada estrutura histórica. Seus principais representantes são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (MARTINS; FILGUEIRAS, 2018).

Os autores da teoria da dependência, em geral, criticam fortemente a teoria da modernização. Segundo Rostow, um dos principais autores desta última, o desenvolvimento é um processo constituído por cinco estágios. Valendo-se da metáfora de um avião, os estágios de Rostow são: estacionário (sociedade tradicional); pré-condições para decolagem; decolagem; condução até a maturidade; e sociedade de consumo de massa (sociedade moderna). Rostow e outros autores da teoria da modernização foram, em parte, responsáveis por generalizar suas concepções acerca das características culturais ou os estágios mais avançados de desenvolvimento dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, adotando a ideia de estágios temporais e espaciais universais através dos quais todas as sociedades deveriam passar.

Além disso, eles presumiram uma superioridade dos países centrais, estabelecendo uma distância temporal e espacial entre as sociedades modernas "avançadas" e o "atraso" das sociedades tradicionais (GROSFOGUEL, 2018).

Segundo Grosfoguel (2018), as principais críticas à teoria da modernização produzida pelos autores dependentistas são:

1. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são produtos das dinâmicas centro-periferia do sistema-mundo capitalista, contrastando com a teoria da modernização que concebem o desenvolvimento como um processo autônomo que se dá em estágios.

2. A dicotomia moderno/tradicional, central para a teoria da modernização, é considerada abstrata, formal e não histórica. Trata-se de uma dicotomia que não descreve os processos sociais subjacentes ao desenvolvimento e subdesenvolvimento de forma adequada, ignorando estruturas globais de dominação e exploração.

3. A introdução, disseminação e assimilação de valores, técnicas e ideias modernas dos centros para a periferia não garante desenvolvimento; muitas vezes, na verdade, contribui para a subordinação dos países subdesenvolvidos aos países centrais.

4. Os dependentistas questionam a suposição de que o desenvolvimento segue os mesmos "estágios" das sociedades avançadas. O tempo histórico não é cronológico e unilinear, e o subdesenvolvimento é uma experiência específica que coexiste com o desenvolvimento ao longo do tempo histórico.

5. A dependência é vista como uma relação de subordinação no sistema capitalista internacional, não como resultado de estruturas arcaicas, tradicionais ou feudais. O subdesenvolvimento envolve uma interação de fatores externos e internos, sendo considerado um resultado das estruturas modernas e capitalistas.

6. Os dependentistas defendem a metodologia estrutural-histórica como a abordagem mais apropriada para explicar o subdesenvolvimento na América Latina, rejeitando o método estrutural-funcional.

A teoria da dependência seguiu e aprimorou uma abordagem que buscava compreender a formação e evolução do capitalismo como um sistema econômico mundial. Como citado acima, Prebisch, já nos anos 50, introduziu a noção de um centro e uma periferia mundial, conceito que ele refinaria na década de 70 sob a influência do debate sobre a dependência. A teoria da dependência buscou aprimorar esse esquema ao revisitar a teoria do imperialismo desde sua formulação. Além disso, provocou uma reordenação da temática das ciências sociais latino-americanas, que refletiu não apenas as novas preocupações sociais que

emergiam no âmbito da análise econômica e social, como novas opções metodológicas inspiradas nas fontes teóricas dos autores (DOS SANTOS, 2000).

Segundo a corrente liderada por Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos que ficou conhecida como a teoria marxista da dependência, a crise no capitalismo latino-americano não se limitava apenas a uma crise de âmbito nacional. Na verdade, tratava-se de uma crise de um sistema capitalista que, desde meados dos anos 50, havia conectado seu dinamismo industrial às empresas multinacionais e à extensa penetração de capital estrangeiro. O desdobramento disso, a médio e longo prazo, era drenagem de divisas dos países da região, acompanhada pela superexploração do trabalho, constituindo um obstáculo significativo para a consolidação do processo democrático (MARTINS; FILGUEIRAS, 2018).

Segundo essa perspectiva, no contexto da expansão comercial promovida pelo capitalismo emergente no século XVI, a América Latina evoluiu de acordo com a dinâmica do capitalismo internacional. Inicialmente, como uma colônia produtora de metais preciosos e produtos exóticos, a região contribuiu para o aumento do comércio global e a expansão dos meios de pagamento. Esse processo não apenas impulsionou o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, mas também pavimentou o caminho para a formação da grande indústria. A partir desse ponto, as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus foram inseridas na divisão internacional do trabalho, estabelecendo as bases para a dependência regional (MARINI, 2017).

Uma das principais limitações da perspectiva dependentista, no entanto, reside no fato de que sua proposta para superar a dependência ainda estava enraizada nas categorias da ideologia desenvolvimentista. A abordagem da dependência adotou a concepção modernista de que o progresso poderia ser alcançado por meio de uma organização racional da sociedade, na qual cada Estado-nação buscava um desenvolvimento nacional autônomo, exercendo controle consciente, soberano e livre sobre seu próprio destino, o que vai contra a ideia de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento resultam de relações estruturais no interior do sistema-mundo capitalista. Ou seja, os dependentistas adotaram pressupostos de desenvolvimentismo semelhantes aos das correntes intelectuais que eles criticavam (GROSFOGUEL, 2018). A negação da coetaneidade e o encobrimento da colonialidade do poder na América Latina são outras limitações apontadas por Grosfoguel (2018).

Finalmente, a principal distinção entre as perspectivas acerca do desenvolvimento do pensamento cepalino e da teoria da dependência reside no fato de que, para o primeiro, o desenvolvimento nacional autônomo poderia ser atingido dentro do sistema capitalista, ao passo que, para a última, essa realização seria impossível no contexto do sistema-mundo

capitalista. Nessa visão, a burguesia nacional, vinculada aos interesses do capital estrangeiro, era considerada uma força reacionária em oposição às classes exploradas, que seriam as líderes na luta revolucionária pelo socialismo. Portanto, para os dependentistas, o principal obstáculo para o desenvolvimento nacional autônomo era o próprio sistema capitalista, e a solução proposta consistia em desvincular-se desse sistema e construir o socialismo em nível nacional.

## 2.2 ORIGENS PÓS-COLONIAIS

Do termo "pós-colonialismo" derivam essencialmente dois significados. O primeiro está associado ao período histórico após os processos de descolonização do chamado Terceiro Mundo, a partir da metade do século XX. Nesse contexto temporal, a ideia abrange a independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo, especialmente nos continentes asiático e africano (BALLESTRIN, 2013). A partir de aproximadamente três décadas após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma segunda abordagem do termo no mundo de língua inglesa, relacionada aos estudos críticos sobre o colonialismo e a literatura colonial, influenciada por perspectivas pós-modernas<sup>2</sup> (CORONIL, 2008). A partir de então, a abrangência dos estudos pós-coloniais expandiu-se consideravelmente, incorporando uma diversidade de disciplinas que vão desde a crítica literária até os estudos sociais, a história e a antropologia (BRAGATO; CASTILHO, 2014).

Abordando diversas formas de opressão e revelando o conflito entre colonizado e colonizador e articulando uma perspectiva que destaca claramente a face colonial da expansão capitalista e de seu projeto cultural, o pós-colonialismo surgiu como um movimento político e intelectual interdisciplinar, a partir da identificação de uma relação essencialmente antagônica entre o colonizado e o colonizador. Apesar de não seguir uma trajetória linear, disciplinada e articulada, o argumento pós-colonial, ao longo de sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar, reconheceu a disparidade colonial e defendeu os interesses do colonizado. Em sua essência, trata-se de um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade e de uma crítica significativa aos discursos de 'orientalismo' e 'ocidentalismo', a partir do questionamento da representação dos povos não

---

<sup>2</sup> A pós-modernidade é um conceito polissêmico que se refere tanto ao tempo histórico que sucede a modernidade, quanto ao movimento epistemológico que questiona as bases do conhecimento estabelecidas pela modernidade. Originando-se principalmente na dimensão cultural, o conceito buscou abarcar cada vez mais dimensões da sociedade, como epistemologia e economia, trazendo uma visão de que as sociedades industriais sofreram uma grande transformação (SÁ, 2006).

européus como 'outros' inferiores (AGUIAR, 2016; BALLESTRIN, 2013; GROSFUGUEL, 2008).

### 2.2.1 A TRÍADE ANTICOLONIAL

Existe um consenso acerca da importância e do pioneirismo da tríade formada por Aimé Césaire, Frantz Fanon e Albert Memmi e suas respectivas obras: “Discurso sobre o colonialismo”, “Os condenados da terra” e “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador”.

Em “Discurso sobre o colonialismo”, Césaire (1972) critica a colonização e seu impacto sobre as pessoas colonizadas, destacando a brutalidade, a violência e a destruição de culturas e sociedades. Segundo o autor, é necessário analisar como a colonização atua no sentido de descivilizar o colonizador, tornando-o brutal de fato, degradando-o e despertando instintos como cobiça, violência, ódio racial e relativismo moral. Também chama atenção para o fato de que a colonização não se trata de civilização ou progresso, mas sim de exploração e dominação, criticando a hipocrisia e as mentiras utilizadas para justificá-la. Como resultado, os povos colonizados “(...) foram ensinados a ter um complexo de inferioridade, a tremer, ajoelhar, desesperar-se e agir como serviçais” (CÉSAIRE, 1972).

Em “Os condenados da terra”, Fanon (1968) explora as complexidades e os profundos impactos psicológicos da colonização, abordando temas como descolonização, violência, identidade e resistência. Particularmente, argumenta que a violência é uma resposta inevitável e muitas vezes necessária por parte dos colonizados diante da opressão colonial, compreendendo-a como uma expressão extrema de resistência contra a desumanização imposta pela colonização e como um meio de purgação e afirmação da identidade, rompendo com a subjugação imposta pelo colonizador. Outro ponto que Fanon enfatiza é a alienação cultural característica da colonização, que tinha como objetivo o convencimento de que o colonialismo iria tirar os indígenas das trevas. Trata-se, assim, de uma ferramenta de controle e dominação, e uma vez que os colonizados são obrigados a absorver os valores do colonizador, desenvolvem um complexo de inferioridade. Assim, toda a existência cultural do povo subjugado é desarticulada (FANON, 1968).

Em “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador”, Memmi (2007) discorre sobre “(...) os retratos dos dois protagonistas do drama colonial e a relação que os une” demonstra a existência de uma condição de dependência mútua entre o colonizador e o colonizado, responsável por trilhar seus respectivos traços e ditar seus comportamentos. O autor analisa, dentre outros aspectos como a exploração econômica, a violência e a persistência

das estruturas coloniais mesmo após a independência formal, as complexidades relacionadas à identidade do colonizado, revelando que sua autoimagem reflete a visão negativa imposta pelo colonizador através de processos violentos de despersonalização (MEMMI, 2007).

### 2.2.2 A CRÍTICA LITERÁRIA

É a partir do livro “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”, de Edward Said (1990), que foi propagado o questionamento do pensamento ocidental, revelando suas dimensões políticas e ideológicas. Esta obra representou uma contribuição significativa para a transformação das abordagens acadêmicas integrando-se com disciplinas como história, sociologia, antropologia e ciência política (AGUIAR, 2016; CAJIGAS-ROTUNDO, 2007). O orientalismo configura, para além de uma teia de mentiras e mitos, um sistema de conhecimento que é responsável por disseminar concepções acerca do “outro” para a consciência ocidental e para a cultura geral da forma que lhe é conveniente), num cruel processo de esvaziamento de pensamentos, experiências e formas de ser. Trata-se da tradição europeia de definir, para depois desmanchar, o Oriente – que, vale ressaltar, muito serviu para a própria definição identitária da Europa como parâmetro imagético contrastante de ideias, hábitos, costumes etc. (SAID, 1990).

O autor salienta não apenas a relação de poder e de dominação do Ocidente sobre o Oriente, mas o âmbito cultural e acadêmico – da produção de conhecimento em geral – no qual opera uma complexa hegemonia do saber, intimamente relacionada com as estruturas políticas e socioeconômicas que a sustenta. Pode-se entender o orientalismo como uma:

distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como uma série de meios (...) que o orientalismo não apenas cria como mantém; ele é (...) uma certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar aquilo que é um mundo manifestamente diferente (...); é, acima de tudo, um discurso (...) que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio como poder político (...), com o poder intelectual (...), com o poder cultural (...), com o poder moral (SAID, 1990).

Said busca, portanto, desconstruir minuciosamente a prosa colonial – não só ela, mas toda a mentalidade, os símbolos e representações, as projeções e deturpações que sustentam o empreendimento imperial. Sua principal contribuição foi demonstrar que o colonialismo não era apenas um projeto econômico e militar, mas algo fundamentado por toda uma infraestrutura discursiva e todo um aparato de produção de conhecimento que eram violentos tanto epistêmica quanto fisicamente. A teoria pós-colonial viria progressivamente a focar na análise cultural da



infraestrutura discursiva e da imaginação colonial como seu próprio objeto de estudo (MBEMBE, 2008).

Nesse sentido, o pós-colonialismo destaca que os Estados metropolitanos adotaram estratégias ideológicas e simbólicas em seus sistemas educacionais e estruturas legais, promovendo um discurso 'ocidentalista' que conferia um status privilegiado à cultura ocidental em detrimento das demais. Isso é evidenciado, por exemplo, nos discursos desenvolvimentistas que surgiram como formas de conhecimento 'científico' desde o final da Segunda Guerra Mundial, favorecendo o Ocidente como o modelo predominante de desenvolvimento. Nessa lógica, o discurso desenvolvimentista apresenta uma espécie de prescrição colonial sobre como replicar o Ocidente nos países periféricos (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

### **2.2.3 OS ESTUDOS SUBALTERNOS**

Outro movimento que contribuiu para a consolidação do pós-colonialismo como movimento epistêmico, político e intelectual foi a formação do Grupo de Estudos Subalternos indianos na década de 1970, a partir dos trabalhos de Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, entre outros. O surgimento desse pensamento contra-hegemônico na Índia – que recusava análises anticoloniais provenientes de círculos intelectuais próximos ao Partido do Congresso e ao Partido Comunista da Índia que desprezavam outras formas de resistência como as da casta dos intocáveis ou do campesinato indiano – também foi responsável por influenciar a Filosofia da Libertação na América Latina, uma filosofia crítica inserida na periferia (BALLESTRIN, 2013; BRAGATO; CASTILHO, 2014; CAHEN; BRAGA, 2016).

Os autores dos estudos subalternos também chamaram atenção para o fato de que a produção de conhecimento produz subalternidade, ao mesmo tempo em que a subalternidade também produz conhecimentos, sejam eles reconhecidos como conhecimentos legítimos ou não. Isto fica evidente no trabalho seminal de Spivak intitulado “Can the Subaltern Speak?”, no qual realiza uma crítica significativa ao pós-estruturalismo de Foucault e Deleuze, bem como uma autocrítica em relação à prática discursiva dos intelectuais pós-coloniais. Segundo a autora, o subalterno não só não pode falar, como o intelectual pós-colonial também não pode falar por ele (BALLESTRIN, 2013; BRAGATO; CASTILHO, 2014; CAHEN; BRAGA, 2016).

Os estudos pós-coloniais enfatizam a agência cultural e oferecem uma conceituação do sistema-mundo capitalista centrada principalmente na cultura, compartilhando com a abordagem do sistema-mundo uma crítica ao desenvolvimentismo, às formas eurocêntricas de conhecimento, às desigualdades de gênero, às hierarquias raciais e aos processos

culturais/ideológicos que perpetuam a subordinação da periferia no sistema-mundo capitalista. Assim, a crítica pós-colonial caracteriza o sistema capitalista como um sistema cultural, argumentando que a cultura desempenha um papel fundamental na determinação das relações econômicas e políticas no capitalismo global. No entanto, pode-se dizer que os teóricos pós-coloniais enfrentam desafios conceituais em relação aos processos político-econômicos (GROSGOUEL, 2008).

Os estudos culturais e pós-coloniais negligenciam o aspecto fundamental da influência dos discursos raciais na configuração da divisão internacional do trabalho, fortemente influenciada por noções racializadas nas quais as supostas ‘raças superiores’ tendem a ocupar posições mais bem remuneradas e privilegiadas em relação às ‘raças inferiores’, entendendo o capitalismo apenas como um sistema cultural (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

Outro aspecto crítico é que a América Latina, apesar de integrar o chamado Terceiro Mundo, tem sido negligenciada nos estudos pós-coloniais, centrados nas nações independentes da África e Ásia (CORONIL, 2008). Mesmo com a colonização européia nas Américas envolvendo Espanha, Portugal, França, Holanda e Inglaterra, estabelecendo parâmetros para expansão posterior em outras regiões, esse contexto recebe apenas uma atenção tangencial nos estudos pós-coloniais. Essa exclusão também resulta numa ausência de abordagem do imperialismo nos estudos pós-coloniais, um tema central para os pensadores latino-americanos, que desde o século XIX têm se dedicado às formas persistentes de submissão imperial pós-colonial (CORONIL, 2008). Um aspecto passível de crítica é, portanto, que as análises pós-coloniais focam apenas fragmentos das sociedades em detrimento de sociedades inteiras, Estados, nações, e países – algo que, por outro lado, as análises em termos de colonialidade parecem mais aptas a realizar (CAHEN; BRAGA 2018).

Por fim, pode-se dizer que o pensamento pós-colonial se concentra na análise crítica das representações culturais, identidades e produção de conhecimento que surgiram durante o período colonial, buscando desconstruir as narrativas eurocêntricas dominantes, questionando as formas como as culturas colonizadas foram e seguem sendo representadas. Por outro lado, o pensamento decolonial busca transcender essa análise cultural para se concentrar nas estruturas políticas e econômicas que sustentam as desigualdades sistêmicas que são fruto do colonialismo e que persistem após a independência formal. Enquanto o pós-colonialismo busca compreender as complexidades das representações, discursos e identidades, o decolonial aspira uma transformação estrutural e à exposição e desmantelagem das hierarquias globais que mantêm as sociedades em um estado de desigualdade.

### 2.3 O PENSAMENTO DECOLONIAL

O pensamento decolonial é um campo interdisciplinar que tem origem na década de 1990, principalmente na América Latina, e que se coloca fundamentalmente como uma crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo presentes nas estruturas globais de poder e conhecimento. Esta abordagem teórica busca evidenciar e desafiar as hierarquias históricas que foram impostas ao longo dos séculos e que perpetuam desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas, liderando o debate centrado na questão colonial como o eixo central da dominação e subordinação dos países do Sul em todas as suas relações, tanto internas quanto externas. Assim, num olhar crítico sobre o desenvolvimento, a perspectiva decolonial realiza uma análise histórico-social dos efeitos gerados pela colonização ao longo da história dos países e povos do Sul, destacando a persistência da influência colonial mesmo após seus processos de independência formal (BALLESTRIN, 2013; MAZZETTI et al., 2021; MEDINA; VILLAMAR, 2021).

O pensamento decolonial radicaliza o argumento pós-colonial a partir do Grupo Modernidade/Colonialidade, constituído no final dos anos 1990 por intelectuais latino-americanos provenientes de universidades diversas nas Américas. O grupo realizou um movimento epistemológico significativo que contribuiu para a atualização crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI ao radicalizar o argumento pós-colonial através do giro decolonial (BALLESTRIN, 2013). Contendo diversas influências teóricas, o Grupo M/C:

atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALLESTRIN, 2013).

O Grupo M/C foi sendo pouco a pouco constituído a partir de seminários, diálogos paralelos, publicações, reuniões e eventos no final dos anos 1990 e nos anos 2000. Muitos de seus integrantes já haviam desenvolvido correntes de pensamento como Aníbal Quijano e a Teoria da Dependência e Immanuel Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo, que acabaram sendo herdadas pelo grupo, junto com outras influências do pensamento crítico latino-americano do século XX (BALLESTRIN, 2013). O grupo possui conceitos próprios que contribuem para uma atualização analítica e crítica das ciências sociais na América Latina, como colonialidade do poder, diferença colonial e colonialidade global e colonialidade da natureza (BALLESTRIN, 2013; ESCOBAR, 2003; WALSH, 2012), que serão apresentados

porém não esgotados aqui. O direcionamento principal do grupo, segundo Escobar (2003), é a contínua reflexão sobre a realidade cultural e política da América Latina, abrangendo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos, de forma que um dos componentes básicos do M/C é a crítica às formas eurocêntricas de conhecimento (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007). Ao situar seu ponto de vista e fundamentação epistemológica "nas margens", o M/C se caracteriza como um pensamento "de fronteira", desafiando a modernidade do Norte Atlântico e explorando caminhos e lógicas alternativas. Isso implica a possibilidade de reescrever as narrativas da modernidade a partir de uma perspectiva diferente, valorizando as culturas e as histórias de resistência de povos dominados, assim a perspectiva das relações entre sociedade e natureza (ALIMONDA, 2011).

A perspectiva da modernidade/colonialidade fornece um referencial teórico alternativo para debates sobre desenvolvimento, modernidade e globalização, proporcionando não apenas uma mudança na descrição de acontecimentos, mas uma transformação epistêmica como um todo. Ao evidenciar e discutir a diferença colonial, este referencial enfatiza dimensões de poder que não costumam aparecer nas discussões convencionais dos temas supracitados. Também demonstra que a perspectiva da modernidade é limitada no que diz respeito à sua pretendida universalidade (ESCOBAR, 2003).

Segundo esta abordagem, é crucial compreender que o capitalismo não se limita a ser apenas um sistema econômico (como colocam o pensamento cepalino e dependentista) nem exclusivamente um sistema cultural (ênfatisado pelo paradigma dos estudos pós-coloniais e subalternos). Entende-se o capitalismo como uma rede global de poder composta por processos econômicos, políticos e culturais cuja interconexão sustenta todo o sistema. Portanto, de acordo com o pensamento decolonial, é imperativo que se desenvolva novos conceitos e uma nova linguagem capazes de abordar a complexidade das hierarquias de gênero, raça, classe, sexualidade, conhecimento e espiritualidade dentro dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007).

Assim, a principal contribuição do grupo para o pensamento decolonial é o esforço de uma discussão mais rebuscada acerca da importância de debates sobre raça, gênero e classe, bem como um restabelecimento do papel da América Latina na configuração do atual sistema internacional (TOLEDO, 2021). Em suma, segundo Ballestrin (2013), as principais contribuições do grupo estão nas tentativas de enfatizar:

(a) a narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto, da modernidade; (b) a importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do

colonialismo; (c) o reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças; (d) a verificação da estrutura opressora do tripé colonialidade do poder, saber e ser como forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados os marcos históricos de ambos os processos; (e) a perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 2013).

A colonialidade é um conceito que foi introduzido por Aníbal Quijano no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 e elaborado por Walter D. Mignolo em publicações posteriores, passando a ser concebido e explorado por este autor como o lado mais obscuro da modernidade. O conceito refere-se à lógica implícita na formação da civilização ocidental desde o Renascimento até os dias de hoje, que engloba colonialismos históricos como uma dimensão constitutiva, embora minimizada. Como empregado pelo M/C, pretende apresentar-se como um conceito que especifica o processo específico da colonialidade como o lado constitutivo mais obscuro da modernidade, que se deu a partir das invasões europeias das Américas do Caribe e do intenso tráfico de africanos escravizados (MIGNOLO, 2017). A colonialidade, em sua essência, foi a criação de um conjunto de Estados interligados num sistema interestatal organizado em estruturas hierárquicas, e não foi extinta com o colonialismo, continuando a existir na forma de uma hierarquia sociocultural entre europeus e não-europeus (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

### **2.3.1 COLONIALIDADE DO PODER**

Já o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Aníbal Quijano em 1989, expressa a constatação de que as relações de colonialidade nos âmbitos político e econômico não cessaram com o fim do colonialismo. Denuncia, assim, a continuidade da dominação colonial produzida pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista após o fim dos empreendimentos coloniais. Trata-se de um conceito que caracteriza o processo de estruturação do sistema-mundo capitalista que designa o papel dos países periféricos na divisão internacional do trabalho de acordo com hierarquias raciais globais (BALLESTRIN, 2013; GROSFOGUEL, 2008), e a continuidade da hierarquia sociocultural entre europeus e não-europeus (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Segundo Quijano (2000), a partir do surgimento das Américas, novos elementos e experiências levaram a um novo mundo histórico: o capitalismo global e a ideia de raça como diferença biológica e hierárquica, que serviu de instrumento para categorizar as relações entre as populações dominadoras e as dominadas. A partir dessa nova categoria, novas identidades

sociais históricas foram estabelecidas, como ‘branco’, ‘espanhol’, ‘português’, ‘índio’ e ‘negro’, de forma que a raça era o critério básico de classificação da população na estrutura de poder da sociedade colonial, amplamente associada aos papéis e lugares ocupados na divisão do trabalho e no controle dos recursos de produção. Com a vantagem de estarem localizados no Ocidente, os brancos coloniais passaram a ocupar uma posição privilegiada para controlar o comércio de ouro e prata produzido na América a partir da exploração de indígenas e negros, o que possibilitou um processo que ao longo do tempo levou à monetização das trocas comerciais e ao controle de toda a extensa rede de trocas comerciais com o todo o Oriente. Assim, o controle exclusivo dos recursos de produção na América e posteriormente no resto do mundo, juntamente com outros fatores, significou que o capital como uma relação social pôde ser concentrado na região geográfica da Europa (QUIJANO, 2000).

Dessa forma, a Europa, especialmente a Europa Ocidental, surgiu como uma entidade e identidade histórica inéditas, tornando-se o epicentro do novo modelo de poder capitalista colonial/moderno global. Nesse papel de dominadora colonial global, a Europa teve a capacidade de impor um processo de redefinição de outras regiões do mundo, estabelecendo novas identidades geoculturais. Após a consolidação das identidades da América e da Europa, seguiram-se as formações de África, Ásia e, posteriormente, Oceania (QUIJANO, 2000). Tais categorias raciais se tornaram o sustentáculo cultural de todo o sistema-mundo, sendo atualizadas, assim como a divisão do trabalho, após o fim do colonialismo (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Com a independência das Américas, a América do Norte passou a divergir da América Latina, e sua vantagem e distinção eram atribuídas ao fato de que esta era mais moderna, transformando a modernidade tanto na justificativa quanto na comprovação do sucesso econômico. Sob a pretensão de oferecer uma solução para as desigualdades do presente, a noção de modernização foi fundamental para a estabilização da economia mundial capitalista, colocando-a como algo inevitável no imaginário coletivo do sistema-mundo. Assim, ao final do século XVIII, a América Latina foi inserida na periferia do mundo, enquanto a América do Norte se tornou a maior potência mundial da história. A América Latina é, portanto, um produto histórico da dominação colonial europeia (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Grosfoguel (2008) vai além e define a colonialidade do poder como um emaranhado de múltiplas hierarquias globais de “formas de dominação e exploração sexual, política, epistémica, económica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder” (GROSFOGUEL, 2008).

Em relação ao tripé colonialidade do poder, saber e ser supracitado, cabe mencionar que, enquanto a colonialidade do poder diz respeito à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, a colonialidade do saber está associada ao papel da epistemologia e às funções gerais na produção do conhecimento, contribuindo para a reprodução de regimes de pensamento coloniais. Já a colonialidade do ser refere-se à experiência vivida da colonização e ao seu impacto na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007). Segundo Grosfoguel (2008), a perspectiva da colonialidade do poder é inovadora na medida em que traz à tona a forma através da qual a ideia de raça e o racismo se tornam o princípio organizador das diversas hierarquias do sistema-mundo.

O elemento central do novo padrão de poder global, fundamentado na concepção de raça e na classificação racial da população mundial, é o que a categoria de colonialidade do poder se refere. Isso se manifesta na distribuição racial do trabalho, na imposição de novas identidades geoculturais raciais e na concentração do controle sobre recursos produtivos e capital enquanto privilégio dos brancos. Esse fenômeno impactou a distribuição de poder em toda a população mundial, e embora as manifestações mais evidentes da colonialidade do poder nos últimos 500 anos tenham sido as questões de raça e as relações sociais racistas na vida cotidiana, a implicação histórica mais significativa é a persistência de um poder mundial eurocentrado, capitalista, colonial e moderno (QUIJANO, 2000).

Levando isso em conta, a colonialidade do poder denuncia o modelo hegemônico global de poder instaurado desde a colonização das Américas, que articula raça e trabalho, espaço e populações, de acordo com as necessidades capitalistas e em benefício dos europeus brancos (ESCOBAR, 2003), de forma que “(...) o século XVI lança uma nova matriz de poder colonial que, nos finais do século XIX, havia alastrado a todo o planeta” (GROSFOGUEL, 2008). A colonialidade se reproduz nas dimensões do poder, do saber e do ser, sendo o lado sombrio, essencial e constitutivo da modernidade. A colonialidade do poder se desdobra em controle da economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero e sexualidade, conhecimento e subjetividade (BALLESTRIN, 2013).

Um exemplo atual de manifestação da colonialidade do poder pode ser observado na própria persistência das desigualdades globais em termos de desenvolvimento econômico e acesso a recursos. A distribuição desigual de poder e recursos entre países do centro e países periféricos é um legado dessa colonialidade. Instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, muitas vezes são criticadas por manterem uma estrutura que perpetua a subordinação econômica de nações periféricas, refletindo essa lógica, além de outros aspectos como práticas comerciais desiguais, exploração de recursos naturais em benefício de países do

centro e a imposição de políticas que favorecem as economias centrais em detrimento das periféricas. Essas dinâmicas refletem a continuidade das hierarquias globais baseadas em raça, economia e conhecimento delineadas pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2000; GROSGOUEL, 2008).

### **2.3.2 MODERNIDADE E COLONIALIDADE**

Segundo Quijano e Wallerstein (1992), o surgimento das Américas como entidade geosocial foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno, de forma que o continente não foi meramente incorporado a uma economia mundial capitalista pré-existente. Nessa perspectiva, não haveria uma economia mundial capitalista sem as Américas, e, por isso, a sua colonização é um elemento essencial para a modernidade. As populações nativas das Américas foram colocadas numa posição de exploração, dominação e subordinação que forneceram as bases para a constituição das sociedades coloniais (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). A colonialidade não é apenas um aspecto externo ou periférico da modernidade, mas sim uma dimensão constitutiva e inseparável dela. A modernidade se desenvolveu em paralelo com a expansão colonial, e a exploração de territórios, recursos e populações colonizadas foi essencial para a consolidação do projeto moderno (MIGNOLO, 2017).

A relação entre modernidade e colonialidade é, portanto, fundamental para compreender as bases sobre as quais a modernidade se estabeleceu e se desenvolveu. Isso significa que a modernidade não é apenas um período histórico ou um conjunto de ideias, mas sim um projeto que se baseia na exploração, na expropriação e na violência contra povos não-ocidentais em nome do progresso e do desenvolvimento. Nesse sentido, a colonialidade se manifesta na imposição de hierarquias e exclusões que permeiam a modernidade. A partir da ideia de que a civilização ocidental é superior e dominante, a modernidade justificou a subjugação de outras culturas e a imposição de uma única visão de mundo, o que resultou em epistemicídios, na desumanização de povos não-europeus e na negação de suas formas de conhecimento e existência (PINTO; MIGNOLO, 2015).

Encontra-se com frequência em discursos acadêmicos e políticos a hipótese de que vivemos em um mundo descolonizado ou pós-colonial desde o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação da periferia, sendo este um dos mitos mais poderosos do século XX (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007) (GROSGOUEL, 2008). Segundo Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), no entanto, a divisão internacional do trabalho entre o centro e periferia e a hierarquização étnico-racial das populações que resultaram dos séculos de exploração colonial europeia, não foram encerradas com o fim do colonialismo. Na verdade,



após a independência da ex-colônias, houve uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global, que se refere ao processo de transformação e atualização das estruturas de dominação implantadas pelo colonialismo (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007) e às dimensões do conhecimento e da cultura inerentes aos processos de subalternização realizados pela colonialidade do poder (ESCOBAR, 2003).

Embora grande parte da periferia tenha se organizado politicamente em Estados independentes e as administrações coloniais tenham sido quase todas extintas, as populações não-europeias e norte-americanas seguem vivendo sob a exploração e dominação euro-americana (GROSGUÉL, 2008). Por mais que estes Estados sejam formalmente independentes hoje, foram construídas ideologias de ‘desenvolvimento nacional’ e ‘soberania nacional’ que produziram a ilusão da independência, do desenvolvimento e do progresso, de acordo com os discursos liberais eurocêntricos dominantes. No entanto, seus sistemas políticos e econômicos foram desenvolvidos a partir de suas posições subordinadas no sistema-mundo capitalista, que é organizado ao redor de uma divisão do trabalho internacional hierárquica. Por conseguinte, o mito da descolonização oculta as continuidades entre o passado colonial e as hierarquias coloniais e raciais atuais, contribuindo para a invisibilidade da colonialidade (GROSGUÉL, 2013). Nesse sentido, apesar de ser um elemento central, a colonialidade muitas vezes é invisibilizada ou minimizada na narrativa da modernidade. A ênfase nos avanços tecnológicos, científicos e culturais tende a obscurecer as relações de poder desiguais e as violências inerentes à colonialidade (MIGNOLO, 2017).

As instituições do capitalismo global formadas após a Segunda Guerra Mundial, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mantiveram os países da periferia numa posição subordinada. Assim, no contexto do fim da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que houve o fim do colonialismo, iniciou-se o processo da colonialidade global (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007), no qual as antigas hierarquias, antes cristalizadas na dicotomia europeu/não-europeu, continuam entranhadas na divisão internacional do trabalho e na lógica da acumulação do capitalismo global (GROSGUÉL, 2008). Em suma, a colonialidade entre europeus/norte-americanos e não-europeus/norte-americanos está interligada à divisão internacional do trabalho e a outros processos do sistema-mundo capitalista, como a predominância de culturas eurocêntricas, de forma que a hierarquia racial/étnica entre europeus e não-europeus é uma peça fundamental, estando presente “(...) não apenas nas relações de exploração (entre capital e trabalho) e nas relações de dominação (entre estados metropolitanos e periféricos), mas na produção de subjetividades e conhecimentos.” (GROSGUÉL, 2013, tradução nossa).

Por ter sido construída a partir de contextos europeus específicos e, posteriormente, difundida como um modelo global, ignorando as diversas culturas, saberes e formas de organização social existentes em outras partes do mundo, a modernidade, em sua narrativa hegemônica, tende a homogeneizar as experiências humanas, desconsiderando as pluralidades culturais e históricas que caracterizam a diversidade da humanidade. Essa imposição de uma visão eurocêntrica como universal tem sido utilizada para justificar a dominação cultural, econômica e política do mundo por parte dos países ocidentais, perpetuando relações de poder desiguais e opressivas. Dessa forma, reconhecer o caráter não universal da modernidade é fundamental para valorizar a diversidade de outras formas de ser e saber (PINTO; MIGNOLO, 2015).

A perspectiva decolonial considera que o capitalismo global contemporâneo atualiza as exclusões causadas pelas múltiplas hierarquias provenientes do colonialismo, como as epistêmicas, raciais/étnicas, religiosas e de gênero/sexualidade. Dessa forma, permite olhar para as formas através das quais essas estruturas de dominação formadas durante os séculos XVI e XVII ainda estão presentes e seguem a desempenhar um papel significativo no sistema internacional (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007). O enfoque decolonial enfatiza que a colonialidade do poder sobreviveu ao período colonial, estando significativamente presente no período de construção nacional das ex-colônias e permanecendo em ação no atual contexto de colonialidade global (GARCÉS, 2007). Por sua vez, o conceito de colonialidade “(...) permite estudar sociedades inteiras e questionar a natureza dos estados da periferia que podem permanecer estados coloniais, ou mesmo aparecer como tal depois de uma independência sem descolonização (...)” (CAHEN, 2018).

O giro decolonial questiona as bases epistêmicas, políticas e culturais sobre as quais a modernidade foi construída, destacando as hierarquias, exclusões e violências que caracterizaram esse processo. Uma das principais tarefas do giro decolonial é desconstruir as narrativas coloniais que sustentam a modernidade, revelando as formas de opressão, exploração e marginalização que foram historicamente perpetuadas em nome do progresso e da civilização (MIGNOLO, 2017). Busca, portanto, a superação das lógicas coloniais e eurocêntricas que permeiam a modernidade, propondo uma crítica radical às bases epistêmicas, políticas e culturais da modernidade, questionando a universalidade e a neutralidade dos saberes eurocêntricos e buscando valorizar as epistemologias e cosmovisões não ocidentais. A proposta não é simplesmente abandonar a modernidade, mas sim repensá-la a partir de uma perspectiva crítica e plural, que reconheça a diversidade de saberes e experiências humanas (PINTO; MIGNOLO, 2015).

Pode-se dizer que isso vai de encontro com o argumento de Eagleton (1996) de que para realizar uma crítica efetiva da modernidade, é necessário dialogar com as bases filosóficas, ideológicas e culturais que a sustentam. Ao questionar o conjunto de ideias, valores e instituições que vieram com a modernidade, como a crença no progresso, e que moldaram profundamente a sociedade ocidental, o pensamento decolonial realiza uma crítica consistente e contextualizada da modernidade. Isso porque dialogar com a modernidade implica não apenas reconhecer suas conquistas e avanços, mas também questionar suas limitações, contradições e exclusões. É preciso analisar como as ideias modernas de progresso, razão e verdade foram usadas para legitimar formas de poder, opressão e exclusão social (EAGLETON, 1998), como o faz a teoria decolonial.

### 2.3.3 COLONIALIDADE DA NATUREZA

Segundo Mignolo (2017), a natureza poderia ser assinalada como o quinto domínio da matriz colonial, descrito originalmente por Quijano como quatro domínios que se interrelacionam: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Ainda segundo o autor, inserir a análise da colonialidade da natureza no âmbito hegemônico da academia, onde a ideia cristã ocidental da natureza como algo separado dos seres humanos foi estabelecida e persiste até hoje, é essencial para descolonizar o conhecimento. Isso porque introduzir o conceito ocidental de natureza como algo que existia em distinção à cultura e como algo exterior ao sujeito humano foi basicamente como o próprio colonialismo foi inserido no âmbito do conhecimento e da subjetividade (MIGNOLO, 2017). No entanto, trata-se de uma questão que recebe pouca reflexão e discussão na literatura decolonial (WALSH, 2012).

A modernidade traz consigo uma construção específica da natureza, influenciada pelo surgimento e consolidação do capitalismo como uma forma particular das relações entre sociedade e natureza. Esse processo tem suas origens na formação do sistema-mundo no século XVI, quando a Europa se estabelece como o "centro" de uma rede planetária de conhecimento/poder. A partir do Iluminismo, a natureza é descrita em uma linguagem matemática que é considerada válida para qualquer lugar e tempo, sendo universal e necessária, perdendo assim qualquer atributo ou valor intrínseco que possa ter independentemente dos interesses humanos (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

Mignolo (2017) reconta que em 1620, Francis Bacon publicou a obra *Novum Organum*, na qual declarou que a natureza estava ali para ser dominada pelo homem. Trata-se de um período no qual os cristãos ocidentais afirmavam o seu controle sobre o conhecimento

da natureza ao mesmo tempo em que desqualificavam todos os outros tipos de conhecimento sobre a natureza. Nesse contexto, engajavam-se numa economia de extração de recursos como ouro, prata e outros metais para um novo tipo de mercado global. Já no contexto da Revolução Industrial, o significado de natureza mudou, passando a se referir a ‘recursos naturais’, essenciais para produzir máquinas como a ferrovia e o automóvel, que, por sua vez, precisavam de outros recursos como carvão e óleo e gás. Ou seja, a natureza se tornou algo que existia de forma a ser explorada para a realização de metas econômicas e comerciais (MIGNOLO, 2017).

No contexto do mundo burguês-mercantil, a natureza foi objetivada e transformada em uma entidade externa, suscetível de ser instrumentalizada, manipulada conforme os imperativos técnicos e, em última instância, degradada à categoria de "recurso". Além de ser objeto de intervenção científico-técnica, a natureza moderna ficou vinculada ao processo de formação e consolidação dos Estados nacionais, que, tanto na Europa como nas periferias, orientavam a produção industrial sob a influência de uma economia do tipo fordista (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007). Isso faz parte da racionalidade moderna ocidental que impõe um controle nos domínios epistêmico, ontológico e social, exercendo influência sobre a existência, a sociedade e a natureza (WALSH, 2012).

A colonialidade da natureza, de suma importância para o presente trabalho, é baseada na divisão binária entre natureza e sociedade, excluindo o mágico-espiritual-social e a relação milenar entre os mundos biofísicos, humanos e espirituais, incluindo os ancestrais, espíritos, deuses e orixás que sustenta sistemas abrangentes de vida, conhecimento e da própria humanidade. Ao negar essa relação milenar e integral, explorar e controlar a natureza, e ressaltar o poder do indivíduo moderno civilizado sobre os demais, assim como os modelos de sociedade "moderna" e "racional" com raízes europeias-americanas e cristãs, aniquila-se a base de vida dos povos ancestrais (WALSH, 2012). Com o advento do capitalismo global, essa estratégia do olhar moderno/colonial pode ser aprimorada através de sua transformação nos discursos pós-modernos do desenvolvimento sustentável, que consideram a "escassez" como um fato natural (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

O conceito de "desenvolvimento sustentável" surgiu nos anos 70 em meio à incerteza causada pelo descumprimento das promessas de desenvolvimento nos países periféricos e pelas contradições da economia capitalista em relação ao meio ambiente, justiça social e realização pessoal. Nesse contexto, houve uma transição na concepção de desenvolvimento, buscando conciliar o crescimento econômico com os limites dos sistemas biofísicos, resultando na ideia de desenvolvimento sustentável, definida como a conservação dos recursos naturais para o bem-estar das gerações futuras. Neste ponto de vista, a natureza é vista como uma fonte

inesgotável de recursos para satisfazer e assegurar o constante aumento nos níveis de consumo (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

Pode-se afirmar, portanto, que há uma colonialidade da natureza, compreendida tanto como o resultado da concepção moderna de formas econômico-instrumentais de abordar e explorar o meio ambiente, quanto como uma manifestação de processos reais de expropriação territorial que sustentam a lógica dominante da acumulação capitalista, mantendo operante o sistema-mundo colonial/moderno. A colonialidade na relação com a natureza diz respeito, assim, à presença de formas dominantes de conceber e explorar os recursos naturais, tratando-os como commodities. Isso implica, ao mesmo tempo, na eliminação de formas subalternas de interação com o meio ambiente (ASSIS, 2014).

Sob esse ponto de vista, é possível perceber de forma mais abrangente o papel significativo que a natureza desempenha como uma fonte geradora de riqueza e modernidade, diferentemente da abordagem convencional da economia, que a reduz a um mero fator de produção (CORONIL, 2005). No contexto da colonialidade da natureza, diferente do colonialismo histórico, onde a pilhagem de recursos naturais era legitimada pelo poder político-militar do Estado colonizador, surgem outros mecanismos que promovem a aceitação da exploração territorial. Esses mecanismos incluem considerar a extração de riquezas naturais como uma vantagem comparativa no mercado mundial, utilizar o discurso da disponibilidade de terras vazias e degradadas, justificar a necessidade de tornar o território economicamente produtivo, promover a ideia-força de que o progresso está ligado à extração de riquezas naturais, defender a conciliação entre a exploração capitalista da natureza e a preservação ambiental, e integrar os produtos primários à economia global como um caminho para a era moderna (ASSIS, 2014).

Este enfoque permite o reconhecimento do papel fundamental que a natureza colonial desempenhou na formação do mundo moderno. A partir desta perspectiva, entende-se o capitalismo como o produto não só da racionalidade dos Estados metropolitanos, mas também do trabalho e da riqueza natural sob seu controle em seus territórios de ultramar. Em vez de um fenômeno autogerado que se expande no resto do mundo, a modernidade capitalista é concebida como o resultado de transações transcontinentais cujo caráter verdadeiramente global só se deu a partir da conquista e colonização das Américas. As colônias europeias, primeiro na América e mais tarde na África, supriram-lhe mão-de-obra, produtos agrícolas e recursos minerais (CORONIL, 2005).

Na conjuntura atual, mesmo sem uma dominação política com características coloniais que reconheça a soberania dos povos, as grandes corporações e os conglomerados

financeiros têm utilizado o poder econômico para expandir e incorporar novos territórios nos circuitos de acumulação de capital. A alocação de investimentos na produção brasileira de agrocombustíveis é um exemplo desse processo, ilustrando a continuidade da incorporação de novos territórios na lógica de acumulação capitalista. Trata-se de um exemplo da colonialidade da natureza, mantendo uma relação desigual na apropriação dos recursos naturais em benefício das lógicas capitalistas globais (ASSIS, 2014). A agricultura de exportação também pode ser considerada uma manifestação da colonialidade da natureza, muitas vezes levando à degradação ambiental e perda de biodiversidade, refletindo a lógica história de que os recursos naturais dos países periféricos são explorados em benefício dos países centrais e sob o pretexto de acumulação capitalista.

### 3. ANÁLISE DE PROGRAMAS DE GOVERNO: UM BALANÇO DE ESTUDOS RECENTES

Neste capítulo, buscar-se-á realizar um balanço dos estudos recentes que se propõem analisar programas de governo. Para tanto, foi realizada uma busca nas bases Portal de Periódicos da CAPES, Scielo e ScienceDirect com as palavras-chave “análise” “programas de governo”, “planos de governo” e “programas eleitorais”. Foram selecionados, ao todo, um total de 10 artigos de revistas predominantemente das áreas das Ciências Sociais, Ciência Política e Políticas Públicas, havendo também artigos de revistas multidisciplinares, porém contendo “política pública” ou “políticas públicas” dentre as palavras-chave. A relação dos artigos selecionados consta na tabela abaixo, organizada em ordem cronológica:

Tabela 2 - Artigos selecionados

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Revista</b>	<b>Área</b>	<b>Qualis CAPES</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Ano</b>
AGENDAS, PREFERÊNCIAS, COMPETIÇÃO: PT e PSDB e disputas presidenciais	Rafael Madeira; Soraia Vieira; Gabriela Tarouco	Caderno CRH	Ciências Sociais	A1	Manifestos; Análise de conteúdo; Partidos políticos; Eleições presidenciais; Agenda de políticas públicas	2017

Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do PT e do PSDB	Vladimir Lombardo Jorge; Mayra Goulart Silva; Alessandra Maia Terra de Faria; Ana Rita Ferreira	Revista de Sociologia e Política	Ciência Política	A1	Comparative Manifesto Project; partidos políticos; programas de governo; PT; PSDB	2018
AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS PLANOS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIAIS 2018 NO BRASIL E A MÍDIA	Juliana Cândido Matias; Josemir Almeida Barros	Revista de Políticas Públicas	Políticas Públicas	A1	Políticas Públicas; Eleições 2018; Estado; Mídias	2019
Ideologia e Partidos no Brasil: reflexão e prática a partir dos programas de governo	Nara Salles	Revista Política Hoje	Ciência Política e Relações Internacionais	A3	Análise automatizada de texto; Ideologia; Partidos; Programas de governo; Wordfish	2020
Programas de governo e promessas de campanha	Simone Diniz; Lucy Oliveira	Revista de Sociologia e Política	Ciência Política	A1	programas de governo; promessas de campanha; MARPOR; PT; PSDB	2020
Promoção das Práticas Corporais/Atividade de Física nos programas de governos presidenciais do Brasil (2018): diferentes caminhos, diferentes intencionalidades	Paulo Henrique Guerra; Douglas Roque Andrade; Mathias Roberto Loch	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Ciências da Saúde e Ciências Humanas	A1	atividades motoras; política pública; democracia; programas de governo	2021
A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA E PORTUGUESA: UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS DE GOVERNO	Rúben Manuel Amores Marreiros; Ana Claudia	Revista Educação e Fronteiras	Ciências Humanas	A4	Educação de adultos; Partidos políticos; Políticas públicas; Democracia	2021

	Dantas Cavalcanti ; Sara Castanheira de Carvalho Pereira Saraiva; Carmen de Jesus Dores Cavcoco					
ELEIÇÕES E EXTREMISMO NO BRASIL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE HADDAD E BOLSONARO	Alessandra Maia Terra de Faria; Mayra Goulart da Silva; Vladimir Lombardo Jorge	Revista Brasileira de Ciências Sociais	Ciências Sociais	A1	Eleições; Extremismo; Ideologia; Polarização; Populismo de direita	2022
A Educação Superior nos Governos de Lula e de Bolsonaro: Uma análise a partir dos programas de governo	Helder Cassiel Ramos de Brito Lima; Julianderson de Araujo Barros Barbosa; Pablo Ricardo Passos Oliveira; Marcelo Henrique Pereira dos Santos	Id online Revista de Psicologia	Multidisciplinar	A1	Educação; Política Pública; Ensino Superior; Governo Lula; Governo Bolsonaro	2023
CANDIDATOS EM 2018: análise sobre as proposições relacionadas às questões agrícola e agrária	Felipe Freitas de Araújo Alves;	Revista de Políticas Públicas	Políticas Públicas	A1	Partidos políticos; políticas agrícola e agrária; programas de governo	2023



	Renan Antônio da Silva					
--	------------------------------	--	--	--	--	--

Elaboração: a autora (2024).

Os programas de governo são documentos elaborados pelos partidos políticos para apresentar suas propostas e diretrizes para o caso de serem eleitos. Eles são importantes instrumentos para a compreensão da política brasileira e para o debate público sobre as políticas públicas. Os estudos sobre análise de programas de governo no Brasil ainda são relativamente poucos, sobretudo em comparação à literatura internacional, apesar desses documentos constituírem importantes fontes para a identificação do posicionamento e do comportamento de partidos políticos (DINIZ; OLIVEIRA, 2020), além de permitirem analisar a evolução das políticas ao longo do tempo e comparar a atuação de diferentes governos, identificando tendências e padrões.

No Brasil, a análise de programas de governo tem sido utilizada para estudar a ideologia e as propostas dos partidos políticos, bem como para prever o comportamento dos partidos no poder. Além disso, também tem sido utilizada para avaliar a qualidade da democracia no país, uma vez que os programas eleitorais refletem as demandas e as expectativas dos eleitores, e permitido identificar as preferências sobre as agendas de políticas públicas, bem como as mudanças nas ênfases programáticas ao longo do tempo (JORGE et al., 2018; MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017).

### 3.1 BREVE DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

No trabalho intitulado “AGENDAS, PREFERÊNCIAS, COMPETIÇÃO: PT e PSDB em disputas presidenciais” de Madeira, Vieira e Tarouco (2017), analisa-se os programas de governo dos partidos PT e PSDB no Brasil, no período de 2006 a 2014, com o objetivo de compreender as prioridades desses partidos e como elas ajudam a compreender, por sua vez, a competição partidária e as agendas de governos no Brasil. Além disso, o artigo destaca a relevância da análise de programas de governo como uma ferramenta importante para entender a dinâmica política e as preferências partidárias em relação às políticas públicas.

A metodologia utilizada é a análise de conteúdo, com base na abordagem do Manifesto Research Group (MRG). Essa abordagem consiste em quantificar as unidades de texto dedicadas a cada assunto, utilizando categorias temáticas predefinidas. Essa técnica permite situar cada programa em escalas de posicionamento político, tais como a escala esquerda–

direita e a escala materialismo–pós-materialismo. Segundo os autores (2017), o MRG é um projeto lançado em 1979, que passou a sediar-se em Berlim em 1989 sob o nome de Comparative Manifesto Project (CMP) e, a partir de 2009, foi sucedido pelo Manifesto Research in Political Representation (MARPOR).

Os autores realizam uma breve caracterização das bases teóricas que norteiam a análise de programas de governo realizada pelo MRG-MARPOR, encontradas em Robertson (1976), que as desenvolve a partir da problematização de alguns aspectos da teoria política, tais como a relação entre ideologia e ação política, a natureza das preferências políticas e a dinâmica da competição partidária (MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017).

A análise de conteúdo dos programas de governo foi realizada em dois momentos cruciais no artigo. Primeiro, os textos são divididos em sentenças e quase sentenças. Em seguida, cada sentença é atribuída a uma das categorias utilizadas para a classificação. Os programas foram fracionados por três pesquisadores e a segmentação resultante foi revisada por outro pesquisador. As dúvidas foram debatidas caso a caso, e a codificação foi feita manualmente, utilizando uma lista de categorias adaptada do MRG, que foram organizadas em sete domínios e cada frase de cada programa foi codificada. A confiabilidade da medida foi testada comparando as codificações feitas por cada um dos três pesquisadores, e o índice kappa<sup>3</sup> foi utilizado para medir o grau de concordância entre as classificações. A partir disso, os resultados foram discutidos e analisados (MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017).

Em suma, a análise dos programas de governo revelou algumas regularidades interessantes. Nas eleições de 2006 e 2010, o PT enfatizou mais a discussão política, enquanto o PSDB priorizou a economia. No entanto, houve uma mudança significativa nas ênfases dos programas em 2014, com o programa de Dilma Rousseff focando mais na economia e o programa de Aécio Neves destacando o bem-estar e a qualidade de vida. Além disso, os programas de governo de ambos os partidos mostraram uma ênfase nas questões relacionadas à economia e ao estado de bem-estar, e a atuação e a posição do estado como indutor do desenvolvimento foram temas centrais nas agendas eleitorais. A análise também revelou que as ênfases atribuídas a cada tipo de questão não foram aleatórias, mas escolhidas estrategicamente pelos partidos. O PT enfatizou mais a política e a gestão do governo, enquanto

---

<sup>3</sup> O índice kappa é um coeficiente de concordância utilizado para medir a confiabilidade e a consistência entre duas ou mais classificações de dados categóricos. Ele é utilizado para avaliar a concordância entre as classificações observadas e as classificações esperadas por acaso. O índice kappa varia de -1 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam alta concordância entre as classificações, enquanto valores próximos a 0 indicam concordância aleatória e valores negativos indicam discordância entre as classificações (MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017).

o PSDB destacou problemas econômicos decorrentes da gestão governamental. Por fim, os resultados mostraram que houve diferenças significativas nas ênfases programáticas entre os partidos, com destaque para os domínios de Relações Exteriores, Liberdade e Democracia, Sistema Político, Economia, Bem-estar e Qualidade de Vida, Estrutura da Sociedade e Grupos Sociais. (MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017).

Esses resultados indicam que os programas de governo são importantes ferramentas para os partidos construírem suas agendas e enfatizarem questões específicas. A análise dos programas também permite situar cada partido em escalas de posicionamento político, como a escala esquerda-direita e a escala materialismo-pós-materialismo. No entanto, é importante ressaltar que a confiabilidade e validade dos dados dependem da forma como as frases foram codificadas e classificadas, de forma que a metodologia utilizada na análise de conteúdo dos programas de governo é crucial para garantir a precisão dos resultados (MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017).

Pode-se dizer que se trata de um artigo que apresenta contribuições para o campo de estudos sobre análise de programas de governo no Brasil, fornecendo visões metodológicas e analíticas interessantes, na medida em que: destaca a importância da divisão dos textos em sentenças e quase sentenças, bem como a atribuição a cada sentença de uma das categorias utilizadas para a classificação, além de discutir a importância da revisão e debate das segmentações resultantes, visando aumentar a confiabilidade dos dados examinados; destaca a adaptação das categorias de classificação para acolher especificidades dos partidos de vários países, permitindo a análise das preferências e prioridades dos partidos políticos em relação às políticas públicas; revela a importância dos programas de governo no debate eleitoral e como eles refletem não apenas o posicionamento do partido, mas também da coalizão eleitoral que apoia o candidato e; analisa as preferências sobre as agendas de políticas públicas, contribuindo para a compreensão da competição partidária e das agendas de governos no Brasil (MADEIRA; VIEIRA, TAROUCO, 2017).

No artigo “Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do PT e do PSDB”, Jorge et al. (2018) têm o objetivo de analisar o posicionamento ideológico do PT e do PSDB na escala esquerda-direita, a partir da comparação entre seus respectivos planos de governo para as eleições de 2014 utilizando a metodologia do Comparative Manifesto Project (CMP), a fim de determinar as diferenças ideológicas entre os dois partidos e avaliar seus posicionamentos em relação a diversas questões políticas.

Em uma seção, os autores apresentam, caracterizam e traçam um breve histórico da metodologia do CMP, que busca analisar e comparar programas eleitorais de diferentes

partidos políticos. A aplicação do índice RILE, um indicador numérico proposto pela própria metodologia, é uma das etapas, que envolve a codificação dos programas e a análise quantitativa dos resultados. O trabalho parte do pressuposto de que a utilidade desta metodologia está na natureza geral e apriorística das categorias utilizadas, permitindo a comparação de contextos diferentes no tempo e no espaço. A análise é realizada considerando as afirmações propostas pelos partidos em seus programas, utilizando um quadro de classificação padrão com 36 categorias distribuídas em dois blocos ideológicos: "direita" e "esquerda" (JORGE et al., 2018).

Os autores utilizaram dois critérios para selecionar os partidos a serem analisados: a disputa no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 e a obtenção de mais de 5% dos votos. Em seguida, os programas eleitorais foram codificados, mas antes da codificação, os autores realizaram uma análise qualitativa dos programas eleitorais e da história dos partidos, a fim de compreender melhor as propostas e as intenções dos partidos políticos. Dessa forma, a metodologia utilizada no artigo combina a análise quantitativa dos programas eleitorais com a análise qualitativa da história dos partidos, permitindo uma compreensão mais completa das propostas e das intenções dos partidos políticos no Brasil.

Diante dos resultados da análise, conclui-se que ambos os partidos estão situados no espectro da esquerda, contrariando parcialmente a hipótese inicial de que o PT estaria na centro-esquerda e o PSDB na centro-direita. No entanto, os autores destacam que o PT está à esquerda do PSDB dentro deste campo ideológico. Além disso, os autores identificam algumas nuances nas propostas dos partidos que podem indicar diferenças ideológicas sutis. Por exemplo, o PT apresenta menos propostas relacionadas à Lei e Ordem, enquanto o PSDB enfatiza menos a competência do partido e de suas lideranças. Os autores também discutem as limitações da metodologia do CMP, destacando que ela pode não ser capaz de capturar todas as nuances e particularidades do sistema político brasileiro. Porém, constatam que a metodologia ainda é útil para fornecer uma base empírica sólida e permitir a comparação entre diferentes partidos e países (JORGE et al., 2018).

Por fim, os autores destacam a importância da análise dos programas eleitorais para compreender o posicionamento ideológico dos partidos políticos e para informar os eleitores sobre as propostas e as intenções dos partidos. Eles ressaltam que a metodologia do CMP, apesar de suas limitações, forneceu uma base empírica sólida para a comparação dos programas de governo e a conclusão sobre o posicionamento ideológico dos partidos, além de sugerirem que a análise de programas pode ser uma ferramenta útil para avaliar a qualidade da democracia no país e para prever o comportamento dos partidos no poder (JORGE et al., 2018).

No artigo de título “AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS PLANOS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS 2018 NO BRASIL E A MÍDIA” Matias e Barros (2019) têm como objetivo analisar e compreender o lugar das políticas sociais nos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2018. O estudo também considerou o impacto da mídia, utilizando reportagens de grandes veículos de comunicação, como BBC News, G1 e Folha de São Paulo online, para enriquecer as análises. Em suma, o artigo busca compreender como as políticas sociais foram abordadas nos planos de governo dos presidentiáveis e como a mídia influenciou essa dinâmica.

A metodologia utilizada neste estudo envolveu a categorização e análise dos planos de governo dos três primeiros colocados nas pesquisas de opinião: Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT). A categorização foi feita com o auxílio do software MAXQDA, que permitiu a identificação e sistematização dos dados coletados. Os planos de governo foram categorizados com base no eixo das políticas sociais, sendo divididos em quatro categorias principais: habitação, direitos humanos, gênero, direitos trabalhistas; saúde; educação e segurança. As políticas de habitação, direitos humanos, gênero, direitos trabalhistas são inseridas numa mesma categoria por serem áreas interligadas e consideradas fundamentais para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população. Essas categorias foram estabelecidas a partir da leitura e análise dos programas de governo de cada candidato. Após a categorização, foram criados mapas visuais demonstrativos que mostram como as propostas de políticas sociais aparecem nos planos de governo dos presidentiáveis e que permitiram identificar as diferenças entre os planos de governo em relação às políticas sociais propostas por cada candidato. Além disso, foram utilizados os estudos de Faleiros e Secchi como aporte teórico, e reportagens de mídias como BBC News, G1 e Folha de São Paulo online, para embasar as análises realizadas (MATIAS; BARROS, 2019).

O estudo apresenta uma metodologia de categorização e análise das políticas sociais nos planos de governo dos presidentiáveis nas eleições de 2018 no Brasil. Através do uso do software MAXQDA, foram identificadas e categorizadas as propostas de políticas sociais de cada candidato, permitindo uma compreensão mais clara das prioridades e abordagens de cada plano de governo. O MAXQDA é um software de análise de dados qualitativos que oferece recursos avançados para a organização, análise e visualização de dados textuais, áudio, vídeo, imagens e dados de pesquisa mista. Ele é amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas e profissionais para explorar e compreender grandes volumes de dados qualitativos. O software permite a codificação, categorização e análise de dados de forma sistemática, facilitando a identificação de padrões e tendências. Além disso, o MAXQDA oferece ferramentas para a

criação de mapas visuais e relatórios que auxiliam na interpretação e apresentação dos resultados da análise. A utilização desse software permitiu uma análise mais precisa e sistemática dos dados coletados, possibilitando a identificação de discrepâncias entre os planos em relação às políticas sociais. Além disso, o artigo destaca a importância de considerar a influência da mídia na disseminação e interpretação das propostas, o que pode afetar a percepção pública sobre essas políticas e os planos de governo. Essa análise contribui para uma melhor compreensão das potencialidades e divergências entre os programas de governo em relação às políticas públicas e sociais (MATIAS; BARROS, 2019).

A categorização e análise dos planos permitiram identificar as discrepâncias entre eles em relação às políticas sociais, evidenciando como as propostas e o planejamento das políticas sociais foram mais contemplados em alguns planos em comparação a outros. Foram identificadas diferenças significativas entre os planos de cada candidato, com destaque para as propostas de Fernando Haddad, que apresentou diretamente 24 categorias de políticas sociais, enquanto Jair Bolsonaro apresentou apenas uma categoria. Isso levantou questões sobre as possíveis perdas sociais históricas e até mesmo irreversíveis que poderiam ocorrer com a escolha de determinado candidato. Além disso, a discussão considerou a importância da mídia na divulgação e interpretação das propostas de políticas sociais, destacando como as informações veiculadas pela mídia podem influenciar a percepção pública sobre as políticas sociais e os planos de governo. Em resumo, a discussão enfatizou a relevância da análise dos programas de governo para compreender as potencialidades de criação e efetivação de políticas públicas, bem como a influência da mídia nesse processo (MATIAS; BARROS, 2019).

Em “Ideologia e Partidos no Brasil: reflexão e prática a partir dos programas de governo”, Salles (2020) discute a classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros a partir de seus programas de governo. A autora busca apresentar uma síntese das classificações já elaboradas para o caso brasileiro por meio dos programas de governo, bem como discutir os limites dessas caracterizações e apresentar técnicas de análise automatizada de texto como alternativas ao esquema de codificação manual elaborado pelo CMP/MARPOR. O artigo também realiza uma análise de 889 plataformas eleitorais registradas por candidatos a cargos executivos no Brasil nos três níveis de disputa (federal, estadual e municipal) desde 2010, utilizando o *wordfish* para identificar padrões e tendências, bem como mensurar as posições ideológicas dos partidos e como elas podem variar em diferentes contextos. Busca-se contribuir para a compreensão da relação entre ideologia e programas de governo dos partidos políticos brasileiros, apresentando técnicas alternativas de análise e identificando outras dimensões que podem estruturar as disputas políticas no país (SALLES, 2020).

A autora aponta que há diversas técnicas de análise de texto que possibilitam a análise de programas de governo, tanto para a classificação ideológica dos partidos políticos quanto para a compreensão das posições programáticas dos candidatos, como a codificação manual, com destaque para o esquema de categorias e domínios elaborados pelo CMP/MARPOR, e técnicas de escalonamento que oferecem posições espaciais mensuradas a partir da análise dos documentos. Destaca-se que a metodologia elaborada pelo CMP/MARPOR possui uma considerável rigidez que pode desconsiderar uma série de fatores, como os contextos locais e elementos conjunturais de determinados períodos. Por trabalhar com categorias fixas de esquerda e direita, aplicáveis a diversas democracias, essa metodologia pode negligenciar as configurações relativas que esses conceitos podem assumir, podendo levar, por sua vez, a classificações ideológicas deficientes ou esdrúxulas dos partidos brasileiros, o que aponta para a necessidade de considerar outras abordagens para a análise ideológica dos partidos políticos, como a análise automatizada de texto (SALLES, 2020).

Salles (2020) apresenta e emprega, portanto, o *wordfish*, técnica de escalonamento utilizada para posicionar os partidos políticos em um espectro ideológico com base na frequência das palavras utilizadas em seus programas de governo e plataformas eleitorais, mensurando suas posições ideológicas a partir do conteúdo substantivo das categorias esquerda e direita. Trata-se de uma técnica que, segundo a autora, oferece uma representação espacial das posições dos partidos políticos, permitindo uma compreensão mais aprofundada das suas posições ideológicas e programáticas e contribuindo para a compreensão da relação entre ideologia e competição eleitoral no Brasil.

Os resultados da análise indicam que a maioria dos partidos políticos brasileiros se posiciona à centro-esquerda do espectro ideológico, com exceção de alguns partidos considerados de direita, como o PSL e o Novo. A discussão realizada a partir dos resultados amplia o debate sobre a mensuração das posições ideológicas e programáticas dos partidos políticos, destacando a importância de considerar abordagens sofisticadas para a análise ideológica dos partidos, com destaque para a análise automatizada de texto, e reconhecendo as limitações das técnicas tradicionais, como a do CMP/MARPOR (SALLES, 2020).

No artigo de título “Programas de governo e promessas de campanha”, Diniz e Oliveira (2020) analisam os programas de governo dos candidatos eleitos para a Presidência da República no Brasil entre 1994 e 2006, verificando se eles apresentavam elementos informativos orientando a escolha dos eleitores e apurando possíveis diferenças temáticas marcantes entre os programas apresentados pelo Partido da Social Democracia Brasileira

(PSDB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A pesquisa também teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre promessas de campanha.

A metodologia utilizada neste estudo foi a análise de conteúdo, com codificação por pares e teste de replicabilidade (Alpha de Krippendorff). Foram utilizados como fonte primária os programas de governo elaborados pelos partidos e candidatos eleitos à Presidência da República no período de 1994 a 2002, denominados “Mãos à Obra, Brasil: Proposta de Governo” e “Avança Brasil: Proposta de Governo”, elaborados pela candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e referentes às eleições presidenciais de 1994 e 1998, respectivamente; e “Um Brasil para Todos” e “Lula de Novo com a Força do Povo”, do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de 2002 e 2006, respectivamente. As promessas de campanha foram analisadas e categorizadas neste estudo por meio da utilização do software MAXQDA. As sentenças foram codificadas como promessas verificáveis e promessas retóricas, e os programas foram organizados conforme a frequência dessas duas categorias. Além disso, foram utilizados os protocolos do MARPOR para identificar áreas de políticas públicas prioritárias (DINIZ; OLIVEIRA, 2020).

De acordo com o estudo, as diferenças temáticas marcantes entre os programas apresentados pelo PSDB e pelo PT foram parciais. Em relação às promessas de campanha, mais de 80% das sentenças catalogadas como promessas nos programas do PSDB enquadram-se na categoria de promessas verificáveis nas duas eleições analisadas. Já nos programas do PT, identificou-se uma tendência diferente: em 2002, 53% das promessas eram verificáveis, enquanto em 2006 eram quase 85%. No que diz respeito às áreas temáticas, os programas de governo acompanharam parcialmente a tendência encontrada em democracias estabelecidas, dando mais ênfase a questões relativas à economia e ao bem-estar social, não demonstrando grande diversidade em relação aos temas prioritários já estabelecidos pela literatura. Portanto, embora tenham sido identificadas algumas diferenças temáticas entre os programas do PSDB e do PT, elas foram parciais e não tão marcantes quanto se poderia esperar, dadas as diferenças ideológicas e organizacionais entre os partidos (DINIZ; OLIVEIRA, 2020). Isso remete à conclusão de Jorge et al. (2018) de que ambos os partidos estão situados no espectro da esquerda, de certa forma contrariando a hipótese de que o PT estaria na centro-esquerda e o PSDB na centro-direita.

Os resultados da análise indicaram que os programas de governo dos candidatos eleitos para a Presidência da República no Brasil entre 1994 e 2006 foram considerados informativos, apresentando elementos suficientes para orientar a escolha dos eleitores. Além disso, foi identificada uma uniformização das agendas apresentadas pelos partidos políticos,



com uma certa convergência temática entre os programas analisados. Em relação às promessas de campanha, os programas do PSDB apresentaram uma maior proporção de promessas verificáveis em relação aos programas do PT. No entanto, essa diferença foi parcial e não tão marcante quanto se poderia esperar, dadas as diferenças ideológicas e organizacionais entre os partidos. No que diz respeito às áreas temáticas, os programas de governo acompanharam parcialmente a tendência encontrada em democracias estabelecidas, dando mais ênfase a questões relativas à economia e ao bem-estar social, não demonstrando grande diversidade em relação aos temas prioritários já estabelecidos pela literatura (DINIZ; OLIVEIRA, 2020).

Em conclusão, o estudo contribuiu para o campo de estudos sobre análise de programas de governo ao fornecer uma análise detalhada dos programas de governo dos candidatos eleitos para a Presidência da República no Brasil entre 1994 e 2006, oferecendo insights importantes sobre a informatividade dos programas de governo, a diferenciação temática entre partidos políticos e a dinâmica de funcionamento do sistema político brasileiro.

Em “Promoção das Práticas Corporais/Atividade Física nos programas de governos presidenciais do Brasil (2018): diferentes caminhos, diferentes intencionalidades”, Guerra, Andrade e Loch (2021) analisam comparativamente os discursos sobre estratégias e intencionalidades relativas à promoção das práticas corporais e atividade física (PCAF) no Brasil, presentes nos programas de governo dos candidatos à presidência da República nas eleições de 2018. A intenção é contribuir para o direcionamento da defesa da promoção das PCAF na agenda política das cidades, estados e no governo federal, por meio da análise das propostas dos candidatos.

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa documental descritiva e analítica. Foram selecionados os programas de governo dos candidatos à presidência da República nas eleições de 2018, registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram analisadas as menções às práticas corporais e atividade física (PCAF) presentes nos programas de governo, utilizando elementos da análise de conteúdo temática. Foram identificadas as estratégias e intencionalidades relacionadas às PCAF em cada programa de governo, e os resultados foram comparados entre os candidatos (GUERRA; ANDRADE; LOCH, 2021).

A análise dos programas de governo foi realizada em três etapas. Na primeira etapa, denominada pré-análise, foi realizada uma análise compreensiva inicial do material selecionado, buscando identificar as partes dos programas de governo que tinham relação com a temática das práticas corporais e atividade física (PCAF). Na segunda etapa, denominada exploração do material, foram identificadas as estratégias para a promoção das PCAF presentes nos programas de governo e classificadas em três categorias: ações, programas e políticas

públicas. Em seguida, as intencionalidades relacionadas às PCAF foram identificadas e analisadas, abrangendo desde aquelas mais ligadas à melhoria de aspectos clínicos de saúde e enfrentamento ao uso de drogas até as que assumem o entendimento do acesso das PCAF como direito de todos. Na terceira etapa, denominada tratamento dos resultados/inferência/interpretação, foram comparados os resultados entre os candidatos, identificando as diferenças nas estratégias e intencionalidades para a promoção das PCAF. A análise dos dados foi realizada utilizando elementos da análise de conteúdo temática (GUERRA; ANDRADE; LOCH, 2021).

Os resultados da análise revelaram que em apenas seis (46,2%) dos 13 programas de governo deferidos foram encontradas menções às práticas corporais e atividade física (PCAF). Dentre as propostas identificadas, cinco programas apresentaram estratégias relacionadas ao esporte de recreação, enquanto quatro mencionaram as PCAF no ambiente escolar. Quanto às intencionalidades, foram identificadas diversas abordagens, desde aquelas mais ligadas à melhoria de aspectos clínicos de saúde e enfrentamento ao uso de drogas até as que assumem o entendimento do acesso das PCAF como direito de todos (GUERRA; ANDRADE; LOCH, 2021).

As conclusões apontaram para a constatação de que o acesso às PCAF ainda não é reconhecido como um direito de todas as pessoas, uma vez que mais da metade dos programas sequer apresentou menção ao tema. Além disso, as propostas que abordaram a temática das PCAF diferiram bastante tanto em relação às suas estratégias quanto às intencionalidades para sua promoção, indicando que o discurso sobre a promoção das PCAF pode servir a diferentes projetos de país. Portanto, os resultados ressaltaram a necessidade de uma análise criteriosa a respeito dos caminhos e intencionalidades relacionados à promoção das PCAF, considerando as diferenças conceituais e nas intenções das ações, planos e políticas públicas propostas nos programas de governo. Por fim, neste trabalho a análise de conteúdo temática permitiu uma compreensão mais aprofundada das diferentes estratégias e intencionalidades presentes nos programas de governo, possibilitando a comparação entre as propostas dos candidatos e a identificação de diferenças conceituais e nas intenções das ações, planos e políticas públicas propostas (GUERRA; ANDRADE; LOCH, 2021).

Em trabalho intitulado “A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA E PORTUGUESA: UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS DE GOVERNO” de Marreiros et al. (2021), busca-se compreender o espaço que a educação de adultos ocupa na perspectiva da ação política, por meio da análise das propostas apresentadas pelos vários partidos políticos nos programas de governo do Brasil e nos programas eleitorais de Portugal.

A pesquisa busca entender a centralidade que os partidos políticos atribuem à educação de adultos, considerando a importância dessas propostas para o funcionamento e a qualidade das democracias.

A metodologia utilizada no artigo é qualitativa, com foco na análise de conteúdo dos programas de governo e programas eleitorais. A análise dos programas de governo foi realizada por meio da pesquisa documental, que consiste na utilização da informação existente em documentos anteriormente elaborados. Os procedimentos metodológicos envolveram a recolha e análise da informação contida nos programas de governo portugueses e brasileiros, com foco nas intenções e projetos de políticas públicas no âmbito da educação de adultos. A análise incidu nos elementos referentes ao ensino recorrente, à alfabetização, à formação profissional, à animação sociocultural e ao desenvolvimento local, considerando a educação como um processo "continuum" que ocorre em todo o âmbito da vida. A abordagem adotada permitiu identificar as visões e intenções políticas preconizadas pelos vários partidos em matéria de educação, com ênfase na educação e no ensino formalizado destinado a crianças e jovens, bem como nas práticas educativas destinadas a adultos (MARREIROS et al., 2021).

Os resultados da análise revelaram que a referência à alfabetização de adultos e à erradicação do analfabetismo apresenta-se na autoria dos partidos brasileiros PT, PDT, REDE e PSOL, e do BE, no caso português. O PDT, por exemplo, busca ampliar a rede de escolas para alfabetização e ensino de jovens e adultos, enquanto o partido REDE procura enfrentar o problema do analfabetismo de milhões de brasileiros acima de 15 anos. O PT pretende centralizar as ações de redução do analfabetismo, ampliando vagas a partir do ProJovem e do MOVA-Brasil, especialmente nas regiões mais vulneráveis e numa perspectiva inclusiva. No entanto, a análise dos documentos revelou que a educação de adultos assume um segundo plano quando comparada com as medidas que incidem sobre o ensino e educação formal, especialmente de crianças e jovens. Essa constatação sugere que a educação de adultos não recebe a mesma atenção e prioridade nos programas de governo em comparação com outras áreas da educação (MARREIROS et al., 2021).

Segundo os autores (2021), tanto no Brasil quanto em Portugal as propostas e intenções políticas em relação à educação de adultos ocupam um espaço secundário nos documentos estratégicos dos partidos políticos. Enquanto as políticas educativas destinadas a crianças e jovens recebem maior destaque, a educação de adultos é mencionada de forma mais limitada e com menor ênfase. Isso sugere que a educação de adultos não é uma prioridade central nos programas de governo, o que pode impactar a atenção e os recursos direcionados a essa área. Além disso, a discussão ressaltou a importância de compreender as diferenças entre

os programas de governo, tanto em termos nacionais quanto entre os países analisados. Foi observado que os documentos brasileiros apresentam uma natureza mais sintética, enquanto os programas portugueses revelam uma maior especificação e desenvolvimento. Essa diferença na abordagem dos programas de governo pode refletir as diferentes ênfases e prioridades políticas em relação à educação de adultos em cada contexto.

Por fim, a pesquisa destaca a importância de compreender as diferenças entre os programas de governo, tanto em termos nacionais quanto entre os países analisados, o que contribui para uma compreensão mais ampla das políticas educativas em relação à educação de adultos. Ao evidenciar a tendência de a educação de adultos ocupar um espaço secundário nos documentos estratégicos dos partidos políticos, o artigo chama a atenção para a necessidade de maior atenção e visibilidade para essa área no âmbito das políticas públicas (MARREIROS et al., 2021).

Faria, Silva e Jorge (2022) analisam as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, especificamente a polarização ideológica e a presença de extremismo nos programas de governo dos candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, no artigo “ELEIÇÕES E EXTREMISMO NO BRASIL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE HADDAD E BOLSONARO”. Os autores buscam identificar marcadores de extremismo e clivagens de posicionamento político nos programas de governo, utilizando a metodologia do CMP/MARPOR para situar os candidatos em uma escala ideológica e entender a dinâmica política do período. A intenção é contribuir com dados comparáveis nacional e internacionalmente para uma melhor compreensão das diferenças entre partidos e posicionamentos extremistas.

Como já citado acima, a metodologia do CMP/MARPOR permite situar partidos e candidatos em uma escala ideológica a partir dos valores apresentados em seus programas de governo. Essa metodologia é baseada na análise de conteúdo dos programas, que são codificados em categorias temáticas e ideológicas. Os autores (2022) a combinam com abordagens teóricas e empíricas sobre extremismo para entender a polarização política nas eleições presidenciais de 2018. Além disso, realizam uma análise qualitativa dos programas de governo dos candidatos, verificando se há dissenso entre eles quanto à interpretação dos problemas brasileiros, se as perspectivas dos candidatos são inconciliáveis e se algum dos candidatos questiona o sistema político e as regras do jogo. Utilizam também o índice RILE (I<sub>r</sub>) para posicionar os partidos no espectro ideológico, o que contribui para a análise qualitativa dos programas de governo. Essa abordagem permite uma compreensão mais

aprofundada das diferenças entre os candidatos e partidos, especialmente em relação a posicionamentos extremistas.

Os programas de governo dos candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro foram situados em uma escala ideológica, com Bolsonaro sendo identificado como um candidato de extrema-direita, enquanto Haddad foi caracterizado como um candidato de esquerda, mas não um extremista. Além disso, a análise revelou que houve um inequívoco dissenso entre os candidatos em relação à interpretação dos problemas brasileiros e suas soluções. Os programas demonstraram que os candidatos apresentavam perspectivas inconciliáveis sobre questões políticas, econômicas e sociais, refletindo a polarização do sistema político naquele contexto. Também foi observado que a distância ideológica entre os partidos de esquerda (PT) e de centro-esquerda (PDT) em relação às agremiações de direita (PSDB e PSL) era significativa, evidenciando a polarização do sistema político. Esses resultados contribuíram para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica política e ideológica das eleições de 2018, destacando a presença de um candidato competitivo com tendência extremista, conforme a hipótese inicial (FARIA; SILVA; JORGE, 2022).

Assim, a discussão realizada a partir da análise dos programas de governo dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018 foi ampla e abrangente, abordando questões relacionadas à polarização ideológica, ao extremismo, às clivagens de posicionamento político e às diferenças entre os candidatos e partidos. Por fim, a análise dos programas de governo permitiu uma avaliação mais precisa das propostas e visões políticas dos candidatos, fornecendo subsídios para entender as bases programáticas e ideológicas que orientam as decisões políticas no Brasil (FARIA; SILVA, JORGE, 2022).

O objetivo do artigo "A Educação Superior nos Governos de Lula e de Bolsonaro" de Lima et al. (2023) é realizar uma análise comparativa das políticas educacionais implementadas durante os mandatos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, com foco especial na Educação Superior. O artigo busca identificar e comparar as políticas, investimentos e resultados obtidos nos dois governos, destacando possíveis avanços, retrocessos e impactos na área de Educação Superior. Além disso, o artigo também aborda as perspectivas para o terceiro mandato do presidente Lula, considerando o contexto atual da educação no Brasil.

A metodologia utilizada envolveu a análise bibliográfica e documental, cujas técnicas não foram muito detalhadas. Por meio da análise bibliográfica, os autores (2023) puderam revisar e compreender as principais teorias, conceitos e debates relacionados à Educação Superior, bem como as políticas educacionais implementadas durante os mandatos

presidenciais em questão. Já a análise documental permitiu a coleta e interpretação de informações contidas em documentos oficiais, possibilitando a identificação das políticas, investimentos e resultados obtidos nos respectivos governos.

No caso do governo de Lula, os autores (2023) destacaram a ampliação e facilitação do acesso à Educação Superior, com a criação de novas universidades e a expansão do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo para estudantes de baixa renda. Além disso, o governo Lula também investiu em programas de pós-graduação e pesquisa, com a criação de novos cursos e a ampliação do financiamento para projetos científicos. Já no governo de Bolsonaro, foi identificado um retrocesso nas políticas educacionais, com o desmonte de programas e instituições de ensino superior, cortes de gastos e falta de investimentos em pesquisa e pós-graduação. Os autores destacaram a extinção do Ministério da Educação e a redução do orçamento para a Educação Superior como exemplos das políticas que prejudicaram o setor.

A partir dessa análise comparativa, os autores (2023) concluíram que as políticas educacionais nos governos de Lula e Bolsonaro foram bastante discrepantes, com o primeiro investindo em políticas de ampliação e democratização do acesso à Educação Superior, enquanto o segundo promoveu um retrocesso na área, com desmonte e cortes de gastos. Os autores também destacaram a importância de se ter uma política de Estado em relação à Educação, que permita a continuidade e aprimoramento das políticas públicas independentemente do governo em exercício.

O estudo oferece uma comparação detalhada das políticas educacionais implementadas durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, com foco específico na Educação Superior, buscando compreender e avaliar as estratégias, ações e impactos das políticas educacionais em diferentes contextos políticos e administrativos. Ao examinar os programas de governo, os autores (2023) puderam identificar as prioridades, investimentos e resultados obtidos em relação à Educação Superior em cada um dos governos analisados. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das políticas educacionais, possibilitando a avaliação crítica das ações governamentais e seus efeitos no sistema de ensino superior.

Por fim, no artigo “CANDIDATOS EM 2018: análise sobre as proposições relacionadas às questões agrícola e agrária”, Alves e Silva (2023) buscam realizar uma análise preliminar das nuances da atuação dos partidos políticos nos processos das políticas agrícola e agrária no Brasil, com foco nos programas de governo dos partidos que disputaram o segundo turno da eleição presidencial de 2018. A intenção é identificar as propostas apresentadas por

esses partidos em relação às questões agrícolas e agrárias, buscando compreender se existem projetos políticos distintos para essa pauta no país. A análise visa captar as diferenças entre as propostas dos partidos, demonstrando a existência de proposições diversas e refletindo as bandeiras encampadas por eles.

A análise dos planos de governo foi realizada por meio da leitura dos documentos apresentados pelos partidos que disputaram o segundo turno da eleição presidencial de 2018. Os autores (2023) não detalharam as técnicas utilizadas, mas buscaram identificar as propostas apresentadas por cada partido em relação às questões agrícolas e agrárias, bem como o nível de detalhamento dessas propostas. A análise se concentrou em verificar se existiam projetos políticos distintos para a pauta agrícola e agrária no Brasil, com o objetivo de captar as nuances da atuação dos partidos políticos nesses processos. A partir da abordagem desses documentos, os autores buscaram verificar a hipótese de que existem projetos políticos distintos para as questões agrícola e agrária no Brasil e que tal distinção encontra reflexo nas bandeiras encampadas por diferentes partidos políticos

Alves e Silva (2023) apontam que existem projetos políticos distintos para as questões agrícola e agrária no Brasil, como demonstrado pelos programas de governo dos partidos que disputaram o segundo turno da eleição presidencial de 2018. Enquanto o PSL não propõe qualquer alteração do cenário atual e não apresenta propostas estruturadas de políticas agrícola e agrária, a coligação PT-PCdoB-PROS sugere um mundo rural mais diverso e inclusivo e aborda o problema da concentração fundiária. A análise também revela que a falta de propostas estruturadas de políticas agrícola e agrária no plano de governo do PSL, que se concentra principalmente na defesa da propriedade privada, não afronta as classes dominantes e não oferece alternativas para as demandas da agricultura de base familiar. Em contrapartida, a coligação PT-PCdoB-PROS apresenta propostas mais detalhadas e inclusivas para a questão agrícola e agrária, como a defesa da agricultura familiar e a promoção da reforma agrária. Portanto, a análise indica que existem diferenças significativas entre os projetos políticos dos partidos em relação às questões agrícola e agrária no Brasil.

Em suma, o artigo apresenta uma metodologia para a análise de programas de governo em relação a uma pauta específica, no caso, as questões agrícola e agrária no Brasil. A análise documental dos programas de governo dos partidos que disputaram o segundo turno da eleição presidencial de 2018 permitiu identificar as propostas apresentadas por cada partido em relação a essa pauta, bem como o nível de detalhamento dessas propostas. Além disso, o artigo demonstra a existência de projetos políticos distintos para as questões agrícola e agrária no Brasil, o que pode ser útil para a compreensão das diferenças entre os partidos políticos em

relação a essa pauta e para a formulação de políticas públicas mais adequadas para o setor (ALVES; SILVA, 2023).

### **3.2 BALANÇO GERAL**

De forma geral, os artigos analisados abordam temas relacionados à análise dos programas de governo de partidos políticos no Brasil, com o objetivo de compreender a dinâmica política, o posicionamento ideológico dos partidos, as preferências em relação às políticas públicas e a qualidade da democracia. Além disso, os estudos também destacam a importância dos programas de governo para a compreensão da dinâmica política e das preferências partidárias em relação às políticas públicas, bem como para a avaliação da qualidade da democracia e a previsão do comportamento dos partidos no poder. Além disso, outros fatores foram analisados, como o impacto da mídia na abordagem das políticas sociais nos planos de governo.

Os artigos analisados utilizaram diversas metodologias para a análise dos programas de governo. Entre as principais metodologias empregadas estão a análise de conteúdo temática, que envolveu a categorização e análise dos programas de governo com base em temas específicos, a metodologia do Comparative Manifesto Project (CMP), que permitiu a comparação dos programas de governo e a conclusão sobre o posicionamento ideológico dos partidos, e a pesquisa documental descritiva e analítica, que envolveu a análise dos programas de governo dos candidatos à presidência da República nas eleições de 2018. Além disso, as metodologias utilizadas incluíram a utilização de softwares como o MAXQDA para identificação e sistematização dos dados coletados, bem como a análise de conteúdo temática para identificar estratégias e intencionalidades relacionadas a determinadas temáticas nos programas de governo.

A utilização de softwares na análise de programas de governo tem se mostrado uma ferramenta importante para a identificação e sistematização dos dados coletados. Os softwares permitem a categorização e análise dos programas de governo com base em critérios específicos, como temas abordados, propostas apresentadas, entre outros. Além disso, a utilização de softwares permite uma análise mais precisa e eficiente dos dados, reduzindo a possibilidade de erros humanos e aumentando a confiabilidade dos resultados. No entanto, é importante ressaltar que a utilização de softwares deve ser combinada com a análise qualitativa dos programas de governo, a fim de garantir uma compreensão mais completa e precisa das propostas e intenções dos partidos políticos.



Com base nas informações fornecidas, parece que a análise de conteúdo temática e a metodologia do Comparative Manifesto Project (CMP) são as metodologias mais utilizadas para a análise de programas de governo nos artigos mencionados. Ambas as abordagens oferecem maneiras estruturadas de examinar e comparar os programas de governo, permitindo a identificação de temas, preferências e posicionamentos ideológicos dos partidos políticos.

Em relação à fundamentação teórica, é evidente que os artigos analisados utilizam diferentes aportes teóricos para a análise dos programas de governo. Entre os principais aportes teóricos utilizados estão a teoria política, que fornece uma base conceitual para a compreensão da dinâmica política e das preferências partidárias em relação às políticas públicas, a teoria das políticas públicas, que permite a análise das políticas públicas propostas pelos partidos políticos, e a teoria da democracia, que é utilizada para avaliar a qualidade da democracia no país com base nas propostas apresentadas pelos partidos políticos nos programas de governo. Não foi encontrado nenhum artigo que analisa programas de governo à luz da teoria decolonial.

A teoria decolonial é uma perspectiva crítica que busca desconstruir a colonialidade do poder, do saber e do ser. Ela defende a necessidade de uma descolonização epistemológica e ontológica, que permita a construção de um novo projeto de sociedade, mais justo e igualitário. A análise dos programas de governo presidenciais do Brasil à luz da teoria decolonial pode fornecer informações importantes sobre a relação entre a política brasileira e a agenda decolonial, bem como identificar as rupturas e continuidades entre os programas de governo de diferentes partidos políticos. Além disso, a análise pode contribuir para o debate público sobre a política brasileira, fornecendo uma nova perspectiva para entender os programas de governo presidenciais, ajudando a identificar as estruturas de poder e opressão que estão presentes no Brasil.

#### **4. ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DOS PRESIDENTES BRASILEIROS DO SÉCULO XXI À LUZ DA TEORIA DECOLONIAL**

O presente capítulo analisa os programas de governo dos presidentes brasileiros eleitos desde 2003 a fim de demonstrar os limites do aprofundamento de pautas progressistas no âmbito do capitalismo neoliberal. Busca-se também apontar continuidades epistemológicas das lógicas coloniais de poder que persistem na sociedade brasileira. Este período foi marcado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e pela emergência do neodesenvolvimentismo como discurso e prática política no Brasil, combinado com a continuidade da agenda neoliberal em curso no desde os anos 1990 (MILANEZ; SANTOS, 2013), cujo caminho foi pavimentando, dentre outros fatores, pela crise internacional, pela crise da dívida externa, e

pelos choques do petróleo nos anos 1970 e 1980 (PAULANI, 2017). O neodesenvolvimentismo representaria uma ruptura fundamental em relação à estratégia de crescimento neoliberal, passando a ser associado às políticas que, no caminho contrário do cânone liberal, apelavam para programas de investimento público significativos. No entanto, a literatura crítica acerca deste explicita elementos de continuidade, destacando, por exemplo, que tanto o neodesenvolvimentismo quanto o neoliberalismo estão alinhados à premissa do crescimento e desenvolvimento econômico como vias de promoção do bem-estar social, sendo caracterizados pela reprodução das relações sociais capitalistas (PAULANI, 2017; MILANEZ; SANTOS, 2013).

A decolonialidade, como marco teórico, propõe uma crítica radical à modernidade eurocêntrica e às suas implicações de colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa perspectiva questiona as estruturas de dominação racial, sexual, de gênero e ambiental que permeiam a sociedade brasileira, relacionando-as com a dominação econômica e traçando um horizonte emancipatório que busca a construção de um país mais justo, equitativo e sustentável. Para tal, o capítulo se debruça sobre cinco eixos temáticos centrais na agenda decolonial. A escolha dos eixos temáticos que norteiam a análise dos programas de governo se fundamenta na centralidade que ocupam na crítica decolonial à modernidade eurocêntrica e às suas implicações para a sociedade brasileira. Tais eixos se entrelaçam e se complementam, compondo um panorama abrangente das lutas por justiça social, ambiental e decolonial no país:

1. **Luta antirracista:** Aborda-se o combate ao racismo e à desigualdade racial, analisando as medidas propostas para a promoção da igualdade racial, levando em conta que o racismo é uma das marcas da ordem global resultante da organização colonial do mundo (LANDER, 2006), e também uma das marcas mais perversas da colonialidade brasileira, perpetuando desigualdades socioeconômicas, disparidades no acesso à educação, saúde e justiça, e a violência contra a população negra.

2. **Defesa da diversidade cultural:** Considerando que a cultura desempenha um papel fundamental na determinação das relações econômicas e políticas no capitalismo global e que a cultura europeia foi colocada como um modelo universal no processo de colonização e expansão capitalista mundial, resultando numa na destruição e desarticulação cultural de sociedades inteiras (QUIJANO, 1992; FANON, 1968), examina-se o reconhecimento e valorização da diversidade cultural do Brasil, incluindo as culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas e de outros grupos subjugados.

3. **Promoção da igualdade social:** Uma vez que a teoria decolonial busca evidenciar as hierarquias históricas que foram impostas ao longo dos séculos e que perpetuam

desigualdades sociais (BALLESTRIN, 2013), e que as desigualdades socioeconômicas no Brasil refletem justamente a perpetuação de estruturas coloniais de exploração e opressão, analisa-se a presença de propostas que promovem a igualdade e justiça social, com foco na distribuição de renda, no acesso à educação, saúde e moradia.

4. **Promoção da igualdade de gênero e orientação sexual:** Levando em conta que o controle do gênero e da sexualidade fazem parte da matriz colonial de poder, e a existência de uma hierarquia global de gênero/sexo que favorece os homens em detrimento das mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outras manifestações de identidade de gênero e sexualidade (MIGNOLO, 2017), busca-se a presença de propostas que visam o combate à discriminação por e a igualdade de gênero e orientação sexual.

5. **Proteção do meio ambiente e recursos naturais:** Considerando que a colonização e a expansão do capitalismo instauraram uma lógica predatória de exploração dos recursos naturais para a realização de metas econômicas e comerciais (MIGNOLO, 2017), avalia-se o compromisso dos governos com a proteção da natureza e dos recursos naturais, considerando a crise climática e os desafios socioambientais do país.

A análise dos programas de governo será realizada, portanto, de forma a buscar identificar convergências com a agenda decolonial. A análise se concentra nos programas de governo dos presidentes eleitos, por serem documentos oficiais que sintetizam as propostas e prioridades de cada governo. Além disso, a escolha dos programas de governo entre 2003 e 2022 para análise se deu por se tratar de um período marcado por mudanças significativas na política brasileira, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores e a hegemonia do neodesenvolvimentismo como marco teórico das políticas públicas, sendo um período de relativa estabilidade democrática no Brasil, com eleições regulares e alternância de poder entre diferentes partidos.

#### **4.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO EM QUESTÃO**

Antes da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2002, o Brasil vivenciou um período marcado por desafios econômicos e sociais significativos. A década que antecedeu a eleição de Lula foi caracterizada por políticas neoliberais que priorizavam, dentre outros aspectos, o ajuste fiscal, resultando em quebras na economia, recessão e a submissão às diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na esfera social, o país enfrentava altos índices de desemprego, precarização das relações de trabalho, exclusão social e aumento da desigualdade, com a política sendo subjugada à economia e o Estado reduzido a um papel

mínimo, com foco no mercado. Esse contexto de retrocesso e instabilidade econômica e social evidenciava a necessidade de mudanças profundas e de uma nova abordagem governamental para enfrentar os desafios estruturais do país. O primeiro governo Lula, portanto, tinha o grande desafio de enfrentar o legado dos governos neoliberais anteriores (SADER, 2013) e de construir um projeto alternativo num mundo marcado pela hegemonia neoliberal.

Segundo Tristão (2011), no lançamento do Programa de Governo 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva, não era sinalizado que seu governo seria cooptado pelo neoliberalismo. O programa apresenta uma abordagem abrangente e progressista em relação às políticas sociais, econômicas e culturais, destacando a importância da inclusão social e da distribuição de renda. O documento critica as políticas neoliberais adotadas anteriormente, propondo medidas que visam superar desigualdades estruturais, promover o desenvolvimento regional, fortalecer a democracia participativa e valorizar a diversidade cultural. Enquanto as políticas neoliberais anteriores preconizavam abertura comercial e financeira e privatizações (PAULANI, 2017), na esteira do neodesenvolvimentismo o programa propõe medidas que visam recuperar a infraestrutura produtiva do país, fortalecer o parque produtivo brasileiro e promover o desenvolvimento econômico e social de forma integrada e regionalmente equilibrada. O documento destaca a importância de consolidar e ampliar os pilares de sustentação da atividade produtiva nacional, combinando um planejamento integrado em nível nacional com uma perspectiva regional flexível e descentralizada. Por fim, busca estabelecer uma abordagem econômica que promova o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades regionais e a valorização do capital produtivo. No entanto, questiona-se até que ponto o governo Lula rompeu com os elementos do projeto neoliberal e implantou uma nova agenda de desenvolvimento (CURADO, 2013).

Durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), havia uma preocupação significativa com a estabilidade econômica, em meio à percepção de uma possível desconfiança por parte do grande capital nacional e internacional em relação às políticas do presidente recém-eleito (SADER, 2013). Lula manteve inalteradas as políticas macroeconômicas introduzidas por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) baseadas no paradigma neoliberal, fundadas no tripé formado por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política fiscal com o objetivo de manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas. Em síntese, durante o primeiro governo Lula a economia brasileira obteve retomada do crescimento econômico com redução da taxa de desemprego, estabilidade econômica e bons resultados nas contas externas. Além disso,

foram registrados avanços significativos na melhoria da distribuição da renda e na redução da miséria (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

A partir de 2006, o governo Lula passou a adotar políticas e iniciativas que se combinaram com as políticas macroeconômicas neoliberais, estabelecendo, dessa forma, a política econômica híbrida que caracterizou seu governo até 2010 (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). No segundo mandato de Lula (2007-2010), o Brasil manteve a estabilidade econômica, o aumento do PIB, a queda do desemprego e da inflação, e o incentivo intenso ao consumo (MONTE, 2022). Há alguns fatores que caracterizam a economia do período, como a

“(...) elevação das reservas internacionais, a menor vulnerabilidade externa, o reconhecimento de que o agronegócio e a mineração tinham vantagens competitivas, o evidente controle inflacionário, a ampliação do crédito à pessoa física e à jurídica, a expansão do financiamento habitacional, o controle fiscal e redução da relação dívida /PIB e, recentemente, a queda mais acentuada dos juros e do spread bancário, a maior flexibilidade cambial e a defesa da indústria nacional.” (MATTOSO, 2013, p.112).

De 2006 em diante, ocorreram mudanças significativas nas políticas econômica e de desenvolvimento. Estas foram caracterizadas pela redução da vulnerabilidade externa e pelo aumento das reservas internacionais, pela implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pela expansão da capacidade de formulação, planejamento e gestão do Estado, e por estímulos monetários e fiscais temporários, resultando em um crescimento econômico sustentado e acelerado (MATTOSO, 2013). Este período foi marcado também pelo avanço na área das políticas sociais, com a ampliação do Bolsa Família e o aumento da oferta do ensino superior. Além disso, houve um aumento do investimento público em infraestrutura, reorganizando, ampliando e centralizando as políticas federais nesta área com a adoção do PAC (BARBOSA; SOUZA, 2010). Em relação à política externa, houve o fortalecimento do Mercosul e a formalização dos BRICS (grupo de países emergentes formados por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que visam a cooperação econômica, política e militar) (MONTE, 2022).

Nesse sentido, num contexto de necessidade da retomada do crescimento, com Lula sob fortes críticas por ter abraçado a ortodoxia monetária e por causa de escândalos de corrupção, seu programa de 2006 também reflete uma abordagem neodesenvolvimentista, buscando harmonizar o desenvolvimento econômico com a inclusão social, a estabilidade macroeconômica e a defesa da soberania nacional. Por meio da continuidade e ampliação de políticas sociais, como a erradicação da fome e a promoção da inclusão social, o programa reforça o compromisso com a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da população. Além disso, a ênfase na estabilidade monetária, no controle da inflação e na

responsabilidade fiscal demonstra a preocupação com um ambiente econômico propício ao crescimento, havendo a proposta de intervenção do Estado na economia, com políticas de apoio à reindustrialização, investimentos em infraestrutura e fomento às exportações. O programa também destaca a importância da educação, da ciência e tecnologia, bem como o compromisso com a soberania nacional e a integração continental.

Dilma Rousseff assumiu a presidência após os dois mandatos de Lula com a economia ainda se recuperando da crise mundial de 2008 e com a promessa de dar continuidade aos avanços sociais e econômicos conquistados durante o governo anterior. No entanto, seu governo enfrentou dificuldades em lidar com questões macroeconômicas, como a taxa de juros elevada e a sobrevalorização crônica da taxa de câmbio, que impactaram negativamente o desenvolvimento econômico do país. A falta de investimentos adequados, a insuficiência de poupança pública e a desindustrialização prematura foram desafios que marcaram sua gestão. Além disso, o governo de Dilma enfrentou pressões políticas, especialmente da oposição de direita (BRESSER-PEREIRA, 2013). Inicialmente, a eleição de Dilma foi vista como uma continuidade do governo de Lula, com a expectativa de consolidação do projeto em curso. No entanto, a crise econômica global e as pressões do capital financeiro levaram o governo a adotar medidas mais duras de cunho neoliberal, como reformas previdenciárias e cortes de gastos, representando um retrocesso em relação às políticas sociais compensatórias anteriores (MACIEL, 2013).

O programa de governo de 2010 de Dilma Rousseff, intitulado “Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira”, de orientação neodesenvolvimentista, enfatiza a importância da intervenção estatal na economia, a promoção do desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a redução das desigualdades. Destacam-se as propostas relacionadas à ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família, o fortalecimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, a proteção dos direitos trabalhistas e a promoção de condições dignas de trabalho, a garantia de educação de qualidade para todos e o enfrentamento do crime organizado e comum.

O programa de Dilma de 2014 também apresenta uma abordagem neodesenvolvimentista, enfatizando a importância do crescimento econômico aliado à redução das desigualdades sociais, distribuição de renda e inclusão social. As propostas do programa visam fortalecer políticas públicas voltadas para a educação de qualidade, acesso à saúde, segurança hídrica, desenvolvimento tecnológico e combate à pobreza. Com um foco na ampliação dos direitos sociais e na melhoria das condições de vida da população, o programa busca consolidar avanços sociais conquistados nos últimos anos e enfrentar desafios

institucionais, ressaltando o compromisso com a democracia, os direitos humanos e a participação popular.

O segundo mandato de Dilma Rousseff, que ocorreu de 2015 a 2016, foi marcado por uma série de desafios econômicos, políticos e sociais que culminaram em sua destituição por impeachment. Durante o segundo mandato, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica, com queda do PIB, aumento do desemprego, inflação elevada e deterioração das contas públicas. A crise econômica foi agravada por fatores como a desaceleração da economia global, a queda dos preços das commodities e a crise política interna. Para lidar com a crise, o governo implementou medidas de ajuste fiscal, incluindo cortes de gastos públicos, aumento de impostos e redução de subsídios, em uma tentativa de equilibrar as contas públicas e restaurar a confiança dos investidores. Ao longo do segundo mandato, Dilma enfrentou uma crescente perda de apoio político no Congresso Nacional, o que dificultou a aprovação de medidas econômicas e a governabilidade do país. A crise política se agravou com denúncias de corrupção, protestos populares e a deterioração das relações entre o governo e o Legislativo. Em 2016, Dilma Rousseff foi afastada da presidência do Brasil após um questionável processo de impeachment, acusada de crime de responsabilidade fiscal (PACCOLA; ALVES, 2018).

Em suma, pode-se dizer que os governos Lula e Dilma adotaram uma versão moderada do neoliberalismo, mantendo políticas econômicas de mercado, como superávit primário, metas de inflação e abertura financeira, enquanto ampliavam políticas sociais compensatórias, como o Bolsa Família, o que, por sua vez, contribuiu para a aceitação passiva das massas trabalhadoras desorganizadas e fortaleceu a hegemonia neoliberal no país. Ambos demonstraram um compromisso com os interesses do grande capital, especialmente do capital financeiro, em detrimento das classes trabalhadoras, evidenciado por medidas como cortes de gastos sociais e aumento da dívida pública motivado pela alta dos juros (MACIEL, 2013). Segundo Paulani (2017), os três governos do PT não apresentaram um projeto ou planejamento definido, agindo conforme a conjuntura e sem desafiar o *status quo* neoliberal existente, de forma que as tentativas de adotar abordagens desenvolvimentistas e experimentos heterodoxos foram prejudicadas pela estrutura institucional voltada para a acumulação financeira, que não foi confrontada de forma decisiva ao longo dos 12 anos de governo.

Michel Temer, vice de Dilma Rousseff, assumiu a presidência após o impeachment com o compromisso de uma agenda claramente neoliberal, apesar de sua falta de apoio popular. Sob o pretexto de restaurar a economia, Temer promoveu medidas que reduziram significativamente o papel do Estado, como a Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu um teto para os gastos públicos por 20 anos, comprometendo assim as políticas de proteção

social. Além disso, sua administração aprovou a reforma trabalhista, enfraquecendo as proteções dos trabalhadores e favorecendo os empregadores. Outro fator relevante foi a alteração do marco regulatório da exploração do pré-sal, retirando o monopólio da Petrobrás e favorecendo empresas estrangeiras. No entanto, as políticas de Temer não conseguiram atingir os resultados prometidos, resultando em recessão, aumento do desemprego e deterioração da distribuição de renda. Seu governo foi marcado por escândalos de corrupção e baixa popularidade, dificultando a construção de uma plataforma competitiva para as eleições. A condenação do ex-presidente Lula e a ascensão do populismo de extrema direita nas eleições de 2018 também foram fatores que contribuíram para a instabilidade política no país (SANTOS; MELLO; BERNARDO, 2021).

A plataforma política "Uma ponte para o futuro" foi lançada durante um congresso nacional da Fundação Ulysses Guimarães (FUG), uma instituição privada sem fins lucrativos ligada ao PMDB. Esse lançamento ocorreu em um cenário político conturbado, em 2015, durante o primeiro ano do segundo mandato de Dilma, sendo divulgado após sua destituição da Presidência da República e a ascensão de Michel Temer ao cargo, representando uma mudança ideológica significativa em relação ao governo anterior, com um foco mais voltado para o mercado e a iniciativa privada. Trata-se de uma agenda atravessada quase que inteiramente por princípios neoliberais (CAVALCANTI; VENERIO, 2017).

O documento apresenta uma orientação claramente neoliberal, com uma visão crítica da então situação econômica e fiscal do Brasil e com propostas de reformas e medidas para enfrentar a crise e promover o desenvolvimento econômico. Ele destaca a importância da reforma do orçamento, adaptação da previdência às mudanças demográficas e a redução dos custos da dívida pública para alcançar equilíbrio fiscal a longo prazo. Além disso, ressalta a necessidade de aprovar leis e emendas constitucionais para corrigir disfuncionalidades e reordenar os conflitos distributivos. O documento também propõe, dentre outros, a simplificação dos procedimentos burocráticos para facilitar a criação de empresas e investimentos.

O programa de governo de Jair Bolsonaro de 2018 também apresenta uma abordagem neoliberal, embora mais radical. Destaca-se a ênfase na estabilidade macroeconômica, no resgate da ética e moral no país e na promoção do crescimento econômico, na eficiência na gestão pública e na valorização da liberdade individual e da propriedade privada. O plano propõe medidas para garantir a estabilidade fiscal, controle de gastos públicos, desburocratização, privatização, simplificação e unificação de tributos, descentralização e municipalização de recursos tributários, migração para um sistema de capitalização



previdenciária, introdução de um sistema de imposto de renda negativo e modernização de programas sociais como o Bolsa Família. Destaca-se também a preocupação com a melhoria do ambiente de negócios, com propostas para simplificar a abertura e o fechamento de empresas, bem como a criação do Balcão Único para agilizar os procedimentos burocráticos.

Jair Bolsonaro assumiu a presidência, portanto, com uma agenda economicamente liberal e socialmente conservadora. Seu governo de extrema direita foi marcado por ataques às instituições e aos fundamentos do Estado Democrático de Direito; desmonte de políticas públicas; alto desemprego, queda da renda e aumento da pobreza e da fome; deterioração das relações internacionais; negacionismo na gestão da pandemia de COVID-19, que levou a quase 700 mil mortes; queimadas e desmatamento recorde da floresta amazônica e ataques aos povos originários; sucessivos cortes no orçamento das universidades e disseminação de uma cultura de ódio e violência nas escolas (JÚNIOR; MIGUEL; FILGUEIRAS, 2023). Sua promessa de combater a corrupção e a criminalidade foi pouco cumprida, enquanto desentendimentos políticos resultaram em demissões de ministros e perda de apoio parlamentar, colocando-o em conflito com a oposição (SANTOS; MELLO; BERNARDO, 2021).

A vitória de Lula em 2022 representou, portanto, um novo momento de esperança no país para o duplo enfrentamento, segundo Filgueiras (2023), do neoliberalismo, desde os anos 1990, e do neofascismo, a partir da década de 2010. Seu programa de governo de 2022 apresenta, nesse contexto, elementos de resgate do neodesenvolvimentismo, com uma abordagem que combina elementos de desenvolvimento econômico com inclusão social e fortalecimento do papel do Estado na promoção do bem-estar e da justiça social. Com propostas que visam a reindustrialização, investimentos em infraestrutura, apoio estatal à indústria, fomento às exportações e valorização do mercado interno, o programa busca superar o modelo neoliberal vigente. Além disso, há ênfase na educação de qualidade, na cultura, no esporte, na segurança alimentar e na valorização dos recursos naturais.

## **4.2 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE ACORDO COM OS EIXOS TEMÁTICOS**

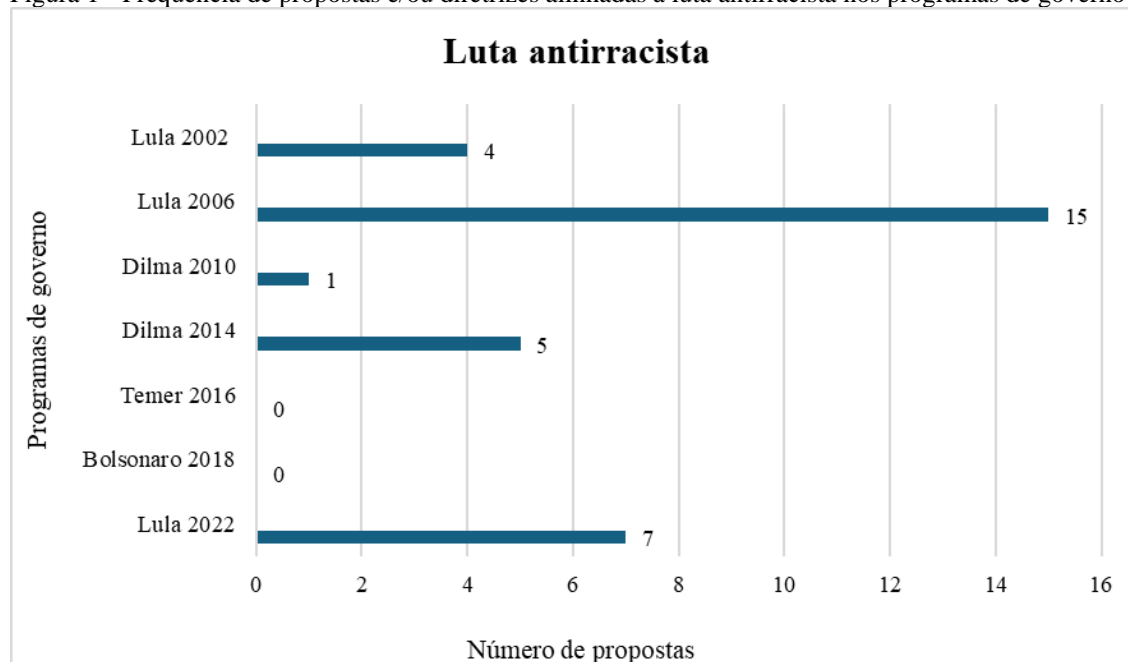
### **4.2.1 LUTA ANTIRRACISTA**

Durante os anos 1990, a luta antirracista no Brasil ganhou destaque com a retomada do debate público sobre a questão racial. O movimento negro passou a reivindicar ações afirmativas e políticas de promoção da igualdade, como medidas de ação compensatória. A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida, em 1995, foi um marco

importante que mobilizou o país em torno de reivindicações amplas. Nesse período, houve pressões do movimento negro que resultaram em iniciativas governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial. Além disso, as centrais sindicais e os principais sindicatos brasileiros começaram a incluir a temática das relações raciais em suas pautas de reivindicações, refletindo uma mudança significativa em relação às décadas anteriores (JACCOUD et al., 2017).

Em 1998, foi instituído o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que trouxe propostas de ações afirmativas em conformidade com as apresentadas pelo movimento negro nos anos anteriores. No entanto, foi a partir dos desdobramentos da mobilização vinculada à III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban em 2001, que o Brasil comprometeu-se efetivamente com a implementação de políticas estatais de combate ao racismo e de redução das desigualdades raciais, por meio da introdução de novas iniciativas. Em 2003, o novo governo estabeleceu três importantes inovações para promover a igualdade racial no Brasil. A primeira foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com status ministerial, encarregada de formular e coordenar políticas de combate à discriminação racial. Em segundo lugar, foi instituído o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), um órgão consultivo ligado à Seppir, responsável por propor políticas de combate ao racismo e à discriminação racial. Além disso, foi criado o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir) em 2003, com o objetivo de articular esforços entre os governos estaduais e municipais para implementar políticas de igualdade racial (JACCOUD et al., 2017).

Figura 1 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à luta antirracista nos programas de governo



Fonte: Elaboração própria.

O Programa de Governo de 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta 4 propostas e/ou diretrizes alinhadas à luta antirracista, afirmando que “aboliu-se a escravidão, mas (que) o negro não foi verdadeiramente integrado, com igualdade de oportunidades” (LULA, 2002). O programa defende a construção de “relações mais plurais e democráticas, baseadas na equidade, sem os preconceitos de raça e etnia e com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social” (LULA, 2002) e de “ações positivas para que se ponha fim às formas de discriminação existentes contra mulheres, negros, índios, portadores de deficiências e pessoas que possuam distintas orientações sexuais, para só citar os casos mais notórios” (LULA, 2002). Por fim, fala-se que “o racismo vem sendo recriado e realimentado (...)” (LULA, 2002), mas não há a indicação de um esforço de desconstrução do imaginário colonial e das narrativas hegemônicas que sustentam o racismo.

Pode-se dizer que o documento reconhece a existência de desigualdades estruturais e históricas que afetam a população negra no Brasil, destacando a concentração dessa parcela da sociedade em faixas de renda mais baixas, com menor escolaridade e em ocupações precárias. Além disso, o programa ressalta que o racismo não é apenas uma herança da escravidão, mas sim um fenômeno contemporâneo que perpetua um ciclo de desvantagens para toda a população negra, resultando em danos materiais, simbólicos e culturais.

No programa de 2006 observa-se quase o triplo de propostas e/ou diretrizes em comparação com o programa de 2002. Dentre elas, destaca-se medidas que garantam e ampliem

mecanismos de combate ao racismo; a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial; combate a todas as manifestações de discriminação; combate à violência racial; ampliação do acesso à justiça por parte de comunidades remanescentes de quilombos e indígenas; ações combinadas entre as políticas educacionais, culturais, e de geração de emprego e renda; “(...) atendimento às demandas históricas e sociais dessas comunidades (...)” (LULA, 2006); “(...) aplicação da lei que determina o ensino da História da África nos níveis fundamental e médio, nas redes pública e privada” (LULA, 2006); etc. Cita-se também a garantia do acesso de estudantes indígenas ao ensino superior por meio de programas educacionais; esforços para avançar na regularização das terras indígenas e estabelecer programas articulados de etnodesenvolvimento<sup>4</sup>; a implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista garantindo a participação dos órgãos governamentais setoriais, organizações indígenas e não-indígenas; fortalecimento do “(...) caráter inclusivo e não-discriminatório da educação, aumentando investimentos na educação especial e indígena e na valorização da diversidade étnico-racial” (LULA, 2006), combate à precarização e discriminação racial no trabalho; e “(...) universalização da cidadania, da igualdade de direitos e respeito às diferenças” (LULA, 2006).

No programa de governo de 2010 de Dilma Rousseff, um documento mais sucinto, foi identificada apenas 1 proposta alinhada à luta antirracista: a ampliação das iniciativas legais e administrativas que promoveram, no governo anterior, “(...) a igualdade de direitos e de oportunidades para (...) negros, populações indígenas (...) e para todos os setores da sociedade discriminados, seja pela sua condição social, (...) etnia, idéias, credos (...)” (ROUSSEFF, 2010). Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que o III Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 2009, provocou críticas de alguns segmentos conservadores da sociedade brasileira (ADORNO, 2010).

Já no programa de 2014, também de Dilma Rousseff, foram identificadas 5 propostas e/ou diretrizes. O programa destaca, por exemplo, a importância do enfrentamento da violência contra jovens negros para o futuro do país, de forma que “(...) a luta contra a discriminação e a promoção da igualdade racial continuarão a ser tarefas prioritárias (...)” (ROUSSEFF, 2014). Fala-se também em manter a luta pelos direitos humanos como uma prioridade, até que não exista mais discriminação por “(...) raça, cor, credo, orientação sexual ou identidade de gênero”

---

<sup>4</sup> O etnodesenvolvimento é “(...) um exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações, isto é, a capacidade autônoma, de uma sociedade culturalmente diferenciada, para guiar seu desenvolvimento” (MEDEIROS, 2011).

(ROUSSEFF, 2014), e no projeto de tornar o Brasil num país “(...) onde todas as pessoas tenham os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao mercado de consumo; à dignidade, à igualdade de condições, independentemente de sua raça, credo ou cor” (ROUSSEFF, 2014). Cabe citar também a proposta de fortalecimento da implementação da Lei de Cotas no serviço público federal, garantindo sua efetividade, assim como a lei de cotas nas universidades públicas.

Não foram encontradas propostas e/ou diretrizes alinhadas à luta antirracista nos programas de Michel Temer (2016) e de Jair Bolsonaro (2018), o que configura um significativo retrocesso em relação a essa pauta.

A fim de evidenciar tal retrocesso, cita-se que no contexto da posse de Temer, a equipe ministerial anunciada era composta apenas por homens brancos, não havendo nenhum negro. Além disso, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) perdeu o status de ministério que tinha nos governos anteriores, e o Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi extinto, sendo transformado em uma secretaria dentro do Ministério da Justiça (COSTA, 2016; MACEDO; ROXO, 2016). Já no governo Bolsonaro, houve repetidas manifestações contrárias aos debates sobre o racismo e às políticas destinadas a combater as desigualdades e violências étnico-raciais. Foram observadas ações deliberadas para obstruir o progresso das medidas anti-racismo, como a indicação de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Palmares, político negro conhecido por negar a existência de racismo no Brasil e por se opor explicitamente aos movimentos sociais negros e às políticas de ação afirmativa (RIOS, 2022), além de discursos, dentre outros, afirmando que “(...) no Brasil não existe isso de racismo (...)” (BOLSONARO, 2018). Por fim, segundo o INESC (2022), a execução financeira da promoção da igualdade racial diminuiu mais de 8 vezes entre 2019 e 2021, evidenciando o processo de desmonte de políticas públicas que contribuíram para o retrocesso do Brasil em relação ao combate às desigualdades característico do governo Bolsonaro.

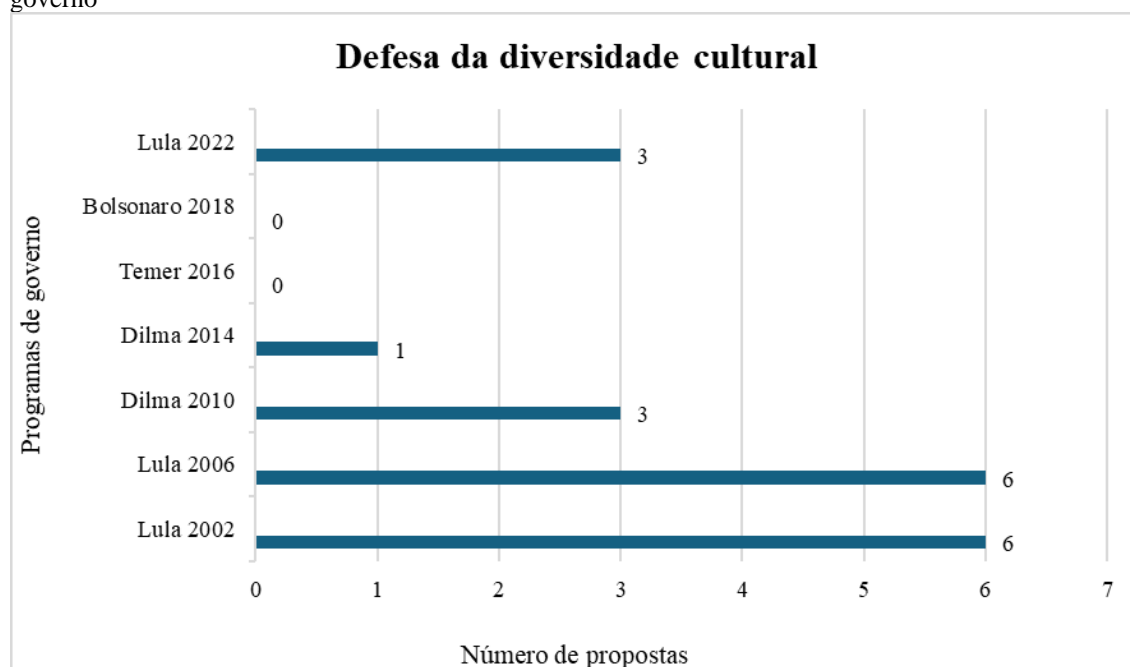
O programa de governo de Luiz Inácio da Silva de 2022 apresenta 7 propostas e/ou diretrizes. A coligação Brasil da Esperança destaca a importância da “(...) implementação de um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural (...)” (LULA, 2022), comprometendo-se a combater e reverter a política atual de genocídio e perseguição à juventude negra, incluindo o superencarceramento e a violência policial contra mulheres negras, jovens negros e comunidades tradicionais afrodescendentes; propondo a continuidade das políticas de cotas sociais e raciais na educação superior e concursos públicos federais, além de considerar sua ampliação para outras políticas

públicas, visando garantir maior inclusão e representatividade; e expressando o compromisso com a proteção dos direitos e territórios dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, bem como a garantia de sua posse de terras e a implementação de políticas que lhes assegurem uma vida digna e cidadania, respeitando e valorizando sua cultura, tradições, modo de vida e conhecimentos tradicionais. Segundo o programa, também deve-se “(...) dirigir os benefícios sociais dos investimentos para as populações indígenas, quilombolas, ciganos, tradicionais, vulneráveis e marginalizadas, tanto no contexto urbano quanto no campo” (LULA, 2022).

A análise dos programas de governo dos presidentes eleitos revela certos avanços e retrocessos nas propostas e diretrizes voltadas para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo ao longo das últimas décadas. Essas iniciativas refletem um reconhecimento da necessidade de enfrentar as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra e indígena no Brasil, demonstrando um compromisso em abordar questões fundamentais relacionadas à justiça social e à inclusão. No entanto, a ausência de propostas alinhadas à luta antirracista nos programas dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro indica o esvaziamento dessas pautas e retrocessos significativos em relação às demandas e direitos das comunidades negras e indígenas.

#### 4.2.2 DEFESA DA DIVERSIDADE CULTURAL

Figura 2 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à defesa da diversidade cultural nos programas de governo



Fonte: Elaboração própria.

No programa de governo de Lula de 2002, há 6 propostas e/ou diretrizes voltadas para a defesa da diversidade cultural. Há propostas que refletem a valorização das diferentes expressões culturais do Brasil “(...) como elemento de resgate da identidade do país” (LULA, 2002); a democratização do acesso à cultura e à informação; o estímulo à livre expressão cultural; e a conservação da pluralidade e singularidade das diferentes culturas. Fala-se do estabelecimento de relações culturais com todo o mundo, com destaque para a África, “(...) explorando os laços étnicos e culturais existentes (...)” (LULA, 2002), e de ações positivas para que se ponha fim às formas de discriminação contra índios e negros.

No plano subsequente, também há 6 propostas e/ou diretrizes alinhadas à defesa da diversidade cultural. Especificamente no âmbito da cultura, destaca-se a proposta de “articular as ações governamentais em educação, cultura e comunicação, reconhecendo e apoiando a diversidade cultural do país” (LULA, 2006). É declarado também o esforço em fazer com que a educação seja algo que contribua para “(...) a formação de gerações de brasileiros capazes de compreender criticamente e dar significação aos valores culturais construídos ao longo da história (...)” (LULA, 2006). Além disso, na área do turismo, por exemplo, fala-se em contemplação e respeito à diversidade cultural e às diferenças regionais. Também menciona-se a regulamentação por lei do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado.

No programa de governo de 2010 de Dilma Rousseff, foram encontradas apenas 3 propostas e/ou diretrizes. Fala-se no objetivo de “(...) unir o País, respeitando as diferenças políticas, ideológicas, religiosas e culturais dos brasileiros” (ROUSSEFF, 2010); na democratização dos bens culturais, valorização da identidade nacional e da diversidade cultural; e valorização da memória e do patrimônio histórico e cultural nacionais. Em seu plano de 2014, há apenas uma proposta, que diz respeito à garantia do direito de acesso à cultura.

Não foram encontradas propostas e/ou diretrizes que promovem a defesa da diversidade cultural nos planos de Michel Temer (2016) e de Jair Bolsonaro (2018). Em relação a isso, cabe destacar que Bolsonaro defendia a homogeneização do povo brasileiro, afirmando que “(...) as leis existem (...) para proteger as maiorias (...)” e que “(...) as minorias têm que se adequar (...)” (BOLSONARO, 2022). Em seu programa de governo, na verdade, não há nenhuma menção à cultura como um todo.

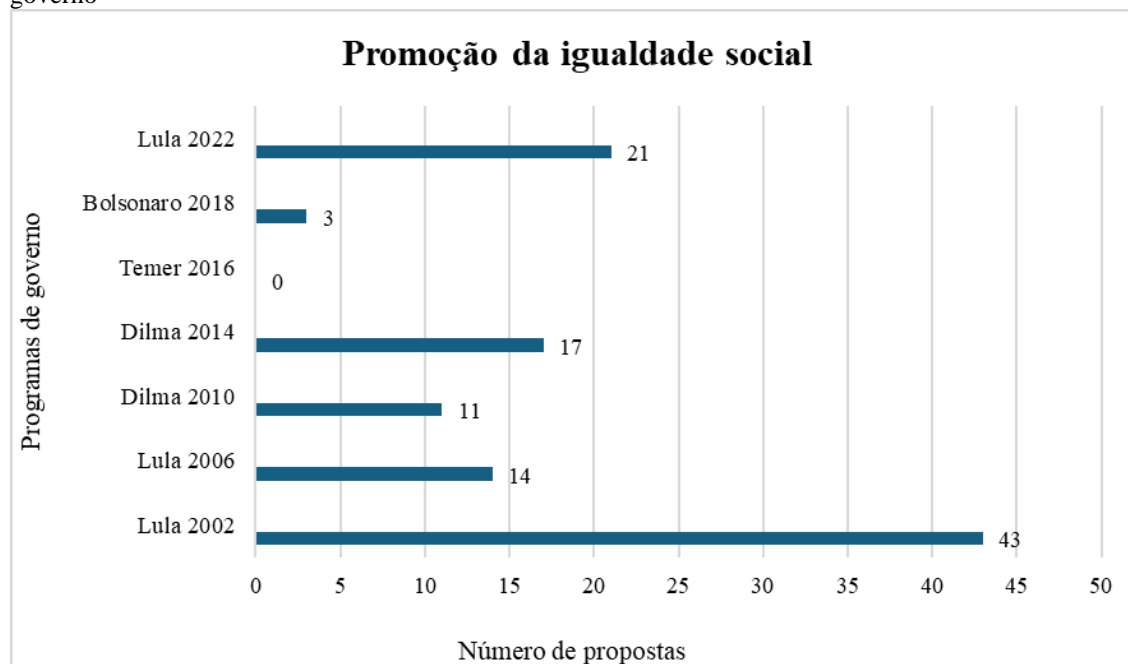
Já no programa de governo de Lula de 2022, foram encontradas 3 menções: de valorização da cultura e do patrimônio histórico; do fortalecimento da memória e da

diversidade cultural como dimensão estratégica do processo de reconstrução democrática do Brasil, reforçando o direito à cultura, e da ampliação e criação de políticas culturais, “(...) valorizando a arte, a cultura popular e periférica, garantindo a plena liberdade artística e, assim, qualificando as relações sociais por meio do fomento a valores civilizatórios e democráticos” (LULA, 2022). O programa declara o “(...) o compromisso com os direitos humanos, a cultura e o reconhecimento da diversidade (...)” (LULA, 2022), de forma a proteger as pessoas de todas as formas de violência, opressão e discriminação.

Em suma, desde o plano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que apresentava seis propostas voltadas para a defesa da diversidade cultural, até o programa de 2022, salvo os de Temer e Bolsonaro, observa-se uma continuidade no compromisso com a valorização das expressões culturais diversas e a proteção dos direitos humanos. Embora alguns planos, como os de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, tenham apresentado menos propostas específicas nessa área, a importância da diversidade cultural como elemento essencial para a democracia e o desenvolvimento social foi destacada. No entanto, nota-se, mais uma vez, a ausência de propostas que promovam a diversidade cultural nos planos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

### 4.2.3 PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL

Figura 3 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à promoção da igualdade social nos programas de governo



Fonte: Elaboração própria.



Foram encontradas 43 propostas e/ou diretrizes que promovem e/ou reconhecem a importância da igualdade social no Brasil no programa de governo de 2002 de Lula. Dos quatro capítulos que compõem o programa, dois têm “inclusão social” no título e um “distribuição de renda”. Trata-se, portanto, de um tema bastante presente ao longo do programa. Aponta-se para o fato de que o as políticas do governo anterior “(...) aprofundaram a fragmentação da estrutura econômica e industrial, as desigualdades regionais e a concentração de renda” (LULA, 2002) e destaca-se a importância de “(...) ações positivas para que se ponha fim às formas de discriminação existentes contra (...) negros e índios (...)”, bem como a implementação de “(...) uma política nacional de inclusão social, abandonando a oposição entre política econômica e política social (...)” (LULA, 2002) que envolve a ampliação do emprego, a melhoria na distribuição de renda, o aumento do salário mínimo, o fim da tributação regressiva e a adoção de programas de renda mínima. Este é um posicionamento crítico ao neoliberalismo e característico do neodesenvolvimentismo.

O programa destaca a importância de políticas sociais integradas, estratégicas e intersetoriais, formuladas em parceria com diversos segmentos da sociedade, buscando combater a exclusão social, a pobreza e as desigualdades de forma abrangente e sustentável. Dentre as propostas, cita-se também a universalização dos direitos, à saúde e à educação; a promoção da justiça social com a participação do terceiro setor e dos investimentos de empresas socialmente responsáveis; a implementação de “(...) nova política regional capaz de equacionar a herança de desigualdades que caracteriza a realidade espacial do país” (LULA, 2002); a ampliação do emprego e da oferta e do acesso da população aos serviços públicos e à infraestrutura social; e a promoção da reforma agrária como instrumento de inclusão social.

Já no programa de 2006, foram encontradas 14 propostas e/ou diretrizes relacionadas à promoção da igualdade social, na tentativa de dar continuidade à “ (...) implementação de medidas que garantam e ampliem mecanismos de igualdade de brasileiros e brasileiras (...)” (LULA, 2006), com ações voltadas para a inclusão social, distribuição de renda e combate à pobreza em geral. Dentre essas propostas, cita-se a manutenção do Bolsa Família, “(...) primeira frente de combate à fome, pobreza e de enfrentamento à desigualdade social (...)” (LULA, 2006); a garantia da universalização do acesso às ações e serviços de atenção básica; o combate às desigualdades regionais; ampliação do acesso à educação básica; a “(...) universalização da cidadania, da igualdade de direitos e respeito às diferenças” (LULA, 2006); a universalização do crédito e políticas diferenciadas aos agricultores familiares; e a retomada do planejamento estratégico de longo prazo, na área de infraestrutura de transporte, vinculado

à integração regional, “(...) associado ao combate às desigualdades regionais e sociais (...)” (LULA, 2006).

No plano de governo de 2010 de Dilma Rousseff foram encontradas 11 propostas e/ou diretrizes alinhadas à promoção da igualdade social. Um dos 13 compromissos de seu plano é “promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade” (ROUSSEFF, 2010). Há a proposta da continuidade do programa Bolsa Família e seu papel relevante na inclusão social, aliado ao crescimento econômico, ampliação do emprego e da renda, e valorização do salário mínimo. Há também o compromisso com o fortalecimento da economia solidária e de programas de capacitação e de crédito que beneficiem o empreendedorismo; e a ampliação das iniciativas legais e administrativas que no governo anterior promoveram a igualdade de direitos e oportunidades para diversos grupos marginalizados, como mulheres, negros, populações indígenas, idosos e outras minorias, beneficiando-os através de políticas públicas. O programa enfatiza a atenção especial dada aos trabalhadores em relação ao acesso ao trabalho formal de homens e mulheres, especialmente aos jovens e aos segmentos sociais mais discriminados. Fala-se também na garantia da educação como forma de alcançar a igualdade social, expandindo e aprimorando o ensino público desde a pré-escola até a pós-graduação, e potencializando o ProUni para que mais estudantes de baixa renda ingressem na universidade. Além disso, há o compromisso com a universalização da saúde e garantia da qualidade de atendimento do SUS, incluindo a oferta gratuita de remédios para condições crônicas como hipertensão e diabetes, juntamente com o desenvolvimento de programas nacionais de prevenção do câncer, reabilitação de pessoas com deficiência e atenção aos idosos

No plano de Rousseff de 2014, foram identificadas 17, deixando claro o esforço de “(...) criar as condições para que o país deixe para trás esse passado de desigualdades e exclusões (...)”, “(...) cujas bases foram assentadas em desigualdade, crescimento econômico condicionado aos interesses das elites tradicionais – e fundamentalmente excludente (...)” (ROUSSEFF, 2014). O programa enfatiza o compromisso com o combate à pobreza e às desigualdades através, por exemplo, do fortalecimento da universalização do acesso à saúde; de ações na área da infraestrutura com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais; da universalização do saneamento básico; e da “(...) geração de oportunidades para todos, por meio dos programas de inclusão dos historicamente excluídos e da educação (...)”, destacando também o papel da educação para que a cultura se torne um instrumento de inclusão social e desenvolvimento da cidadania. Ao longo do programa, destacam-se as conquistas do período

Lula-Dilma em relação à inclusão social e à redução das desigualdades sociais ao mesmo tempo em que se obteve crescimento econômico.

No plano de governo de Michel Temer de 2016 não há nenhuma proposta alinhada à promoção da igualdade social, ou qualquer menção à situação de desigualdade que marca o Brasil.

No programa de Bolsonaro de 2018, foram identificadas 3 propostas e/ou diretrizes. Segundo este, a prioridade do governo seria gerar crescimento, oportunidades e emprego, retirando assim grandes contingentes da população “(...) da situação precária na qual se encontram (...)” (BOLSONARO, 2018). Fala-se também da meta do governo seria “(...) garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família” (BOLSONARO, 2018), e refere-se à desigualdade como algo intensificado pelo desequilíbrio fiscal e pelo populismo, atrelando-o ao descontrole das contas públicas. Cita-se, nesse sentido, sua promessa de realizar uma reforma administrativa para reduzir gastos, “(...) possibilitando a melhora de programas sociais, tudo sem custo” (BOLSONARO, 2018). Por fim, o programa de Bolsonaro coloca que “as economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social” (BOLSONARO, 2018), estando clara e diretamente alinhado com princípios neoliberais. Nesse sentido, representa uma continuidade com o programa de Michel Temer, que foca na redução do papel do Estado enquanto promotor da redução das desigualdades, dando maior atenção à iniciativa privada e pouca atenção às parcelas mais pobres da população (CAVALCANTI; VENERIO, 2017).

Por fim, no programa de governo de 2022 de Lula, há 21 propostas e/ou diretrizes que visam a promoção da desigualdade social. Pelo “(...) compromisso com a defesa da igualdade (...)” (LULA, 2022), o programa cita ações voltadas para o estímulo da economia solidária, economia criativa e empreendedorismo social; combate às desigualdades regionais e fortalecimento do desenvolvimento das regiões; transformação digital, assegurando internet de qualidade em todo o território e para todos, e garantindo o direito à inclusão no ambiente da conectividade; promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) como um elemento estratégico para o desenvolvimento do país, combinando educação de qualidade, pesquisa científica, inovação e inclusão social; universalização dos serviços de saneamento básico; obrigação dos muito ricos pagarem imposto de renda e utilizar os recursos arrecadados para investir em programas e projetos com alta capacidade de induzir o crescimento, promover a igualdade e gerar ganhos de produtividade; uma reforma tributária na qual os pobres paguem menos e os ricos paguem mais; construção de um novo regime fiscal que disponha de

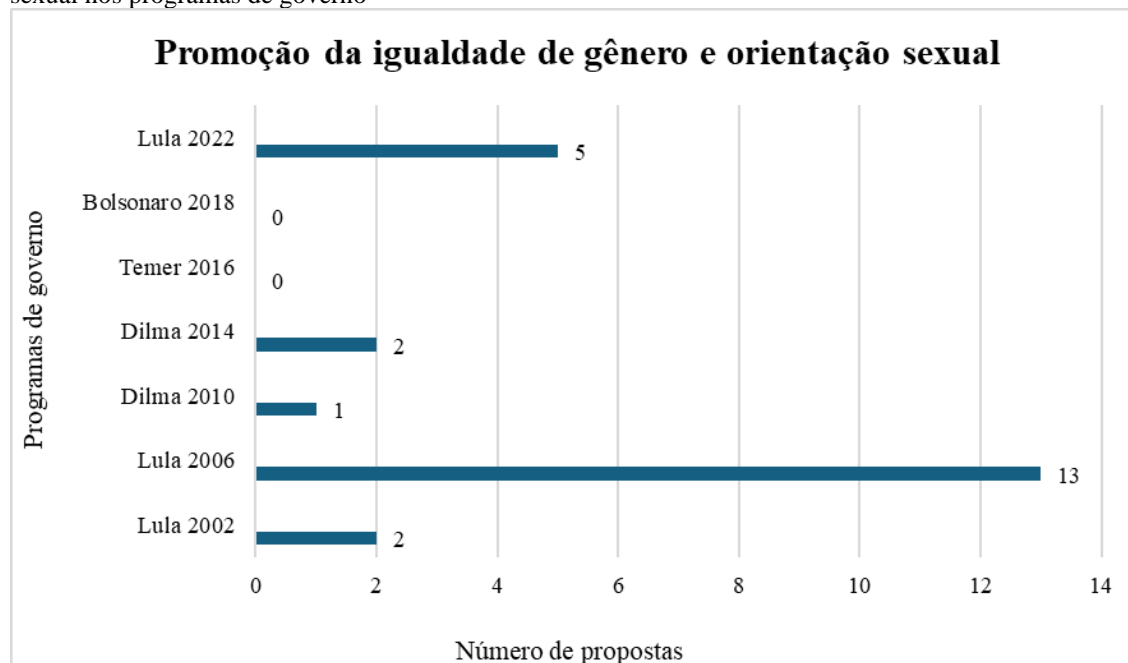
credibilidade, previsibilidade, sustentabilidade, flexibilidade e atuação anticíclica, “(...) que promova a transparência e o acompanhamento da relação custo-benefício das políticas públicas” (LULA, 2022), indo contra as premissas neoliberais que visam reduzir a discricionariedade do Estado em relação ao gasto público; construção de um programa de acesso à moradia; garantia do direito à cidade combatendo as desigualdades territoriais; combate à desigualdade através do esporte e do lazer; fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da educação públicos e universais; um programa Bolsa Família renovado e ampliado; “(...) reconstrução e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a garantia de acesso a ações de inclusão produtiva no campo e nas cidades (...)” (LULA, 2022); e reconstrução da seguridade e da previdência social, visando à ampla inclusão dos trabalhadores.

Pode-se dizer que, enquanto os programas de governos anteriores, especialmente os de Lula e Dilma Rousseff, apresentam uma gama significativa de propostas e diretrizes voltadas para combater a desigualdade, ampliar a inclusão social e fortalecer políticas públicas de proteção social, os programas mais recentes parecem enfatizar menos essas questões, demonstrado pela ausência de propostas específicas alinhadas à promoção da igualdade social nos programas de Temer e Bolsonaro. O retorno à ênfase nessas questões no programa de governo de Lula em 2022, evidencia que a questão da desigualdade social continua sendo um tema de destaque e debate central na agenda política nacional.

É importante ressaltar, no caso de todos os programas, que o número de propostas voltadas para a promoção da igualdade social ou de renda é muito maior do que o número de propostas que visam a igualdade racial, por exemplo. Isso demonstra que outras formas de desigualdade, que não a socioeconômica, não alcançaram maior status ou relevância que esta.

#### 4.2.4 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Figura 4 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual nos programas de governo



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual, o programa de governo de Lula de 2002 apresenta duas propostas e/ou diretrizes, colocando que não basta o combate apenas das causas econômicas das “(...) múltiplas formas de desigualdade (...)”, afirmando que “são necessárias ações positivas para que se ponha fim às formas de discriminação existentes contra mulheres (...) e pessoas que possuam distintas orientações sexuais (LULA, 2002). Reconhece-se também que o desemprego tem maior incidência nos “(...) setores mais desprotegidos da sociedade (...)” (LULA, 2002), incluindo as mulheres nesses grupos.

Já o programa de 2006 apresenta 13 propostas, destacando a importância de desenvolver e aprofundar ações de combate à discriminação e promoção da “(...) cidadania GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais)” (LULA, 2006) no âmbito do programa Brasil sem Homofobia. Além disso, propõe políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social. O programa inclui também propostas para a proteção das mulheres, como a ampliação da rede de atendimento às vítimas de violência doméstica e a promoção de políticas de empoderamento feminino, através de “(...) ações afirmativas que permitam incluir as mulheres no processo de desenvolvimento do país, por meio da promoção da sua autonomia econômica

e de iniciativas produtivas que eliminem as diferenças salariais entre homens e mulheres” (LULA, 2006).

O programa de 2010 de Dilma Rousseff apresenta apenas uma proposta alinhada a este eixo temático. Trata-se da mesma proposta transversal que também está alinhada à luta antirracista, que visa a ampliação das iniciativas que, no governo que a antecedeu, promoveram “(...) a igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres (...)” (ROUSSEFF, 2010) e outros grupos, beneficiando-os através de políticas públicas e pela proteção do Estado. Já o programa de 2014 apresenta apenas duas propostas, destacando “mais empoderamento, autonomia e violência zero (...)” (ROUSSEFF, 2010) como as diretrizes para as políticas voltadas para as mulheres. Nesse âmbito, fala-se da implementação da Casa da Mulher Brasileira e de medidas de promoção de igualdade. No âmbito dos desafios institucionais, destaca-se a luta pelos direitos humanos como uma prioridade, até que não haja mais discriminação por “(...) por raça, cor, credo, orientação sexual ou identidade de gênero” (ROUSSEFF, 2010).

No programa de governo de Michel Temer (2016) não aparece nenhuma proposta ou menção à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual. O programa de Bolsonaro também tem esta carência. Retoma-se, nesse sentido, a crítica à falta de mulheres na equipe ministerial de Michel Temer, bem como a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MACEDO; ROXO, 2016). No governo Bolsonaro, os recursos gastos com ações voltadas para as mulheres caíram 46% entre 2019 e 2021 (INESC, 2022).

O programa de governo de Lula de 2022 apresenta 5 propostas e/ou diretrizes alinhadas a este eixo temático. O programa reconhece que “mulheres (...) padecem com o desmonte de políticas públicas, de modo a reforçar discriminações históricas” (LULA, 2022). Destaca-se o compromisso com a proteção integral da dignidade humana das mulheres através, dentre outros mecanismos, da criação de políticas públicas de prevenção contra a violência. Há o objetivo de:

construir um país que caminhe rumo à equidade de direitos, salários iguais para trabalhos iguais em todas as profissões e a promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo (LULA, 2022).

Propõe-se também políticas que visam garantir os direitos, combater a discriminação e respeitar a cidadania LGBTQIA+, com o objetivo de garantir direitos como saúde integral, inclusão na educação e no mercado de trabalho, bem como o reconhecimento das identidades de gênero e suas expressões.

Por fim, enquanto o programa de 2002 de Lula delineava apenas duas propostas, enfocando principalmente as causas econômicas da desigualdade, os programas subsequentes, especialmente o de 2006 e 2010, apresentavam um número significativamente maior de medidas específicas para promover a igualdade e combater a discriminação. Essas propostas incluíam desde políticas afirmativas até ações para fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, bem como a proteção dos direitos LGBTQIA+. No entanto, o programa de 2014 de Dilma Rousseff apresentou uma diminuição no número de propostas específicas, concentrando-se mais em aspectos gerais de empoderamento e combate à violência. Por outro lado, os programas de Michel Temer em 2016 e de Bolsonaro não abordaram de forma substancial a igualdade de gênero e orientação sexual, destacando-se pela ausência de propostas nessa área. Por fim, o retorno de Lula em 2022 trouxe uma retomada do compromisso com essas questões, apresentando propostas alinhadas à equidade de direitos e à promoção da diversidade, em consonância com os avanços observados nos programas anteriores do PT.

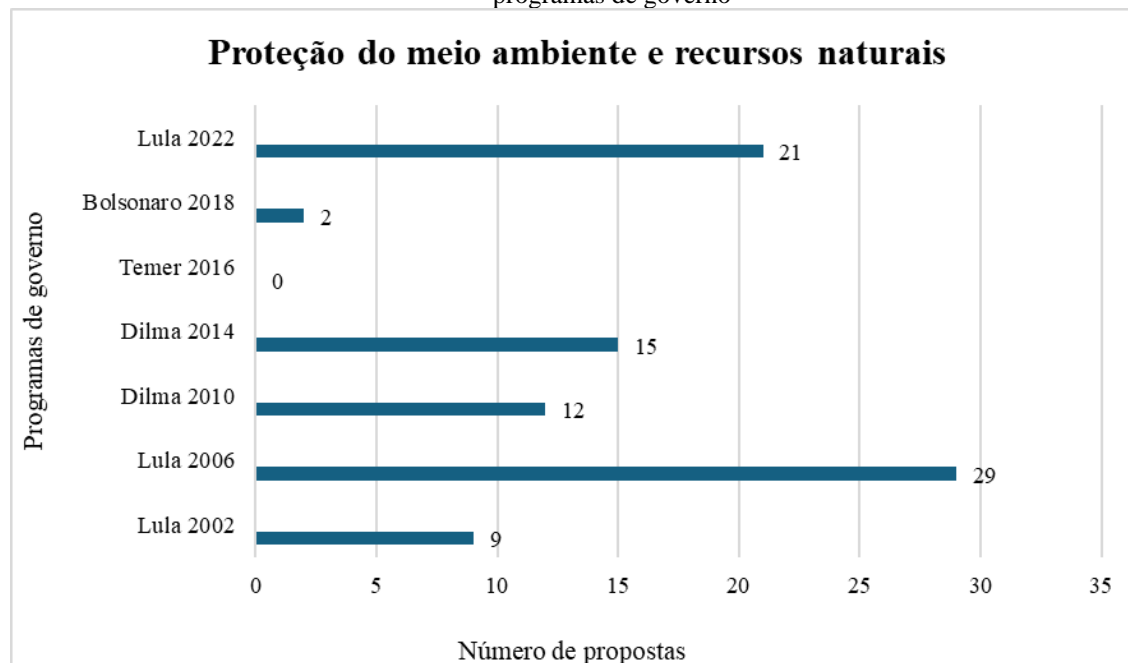
Salienta-se, no entanto, que não necessariamente pelo simples fato de tratar de questões relacionadas à igualdade de gênero e orientação sexual aproxima-se significativamente da crítica decolonial. Deve-se levar em conta que existem vertentes liberais que se apropriam de tais temáticas e que, muitas vezes, o conteúdo dos programas mais as refletem, como é o caso do feminismo liberal. Não pretende-se esgotá-lo aqui, mas cabe ressaltar que o feminismo liberal se estrutura a partir de uma perspectiva institucional e imediatista, em detrimento de uma transformação estrutural, apostando que as mudanças relacionadas às relações desiguais de gêneros podem ser alcançadas principalmente mediante os esforços individuais e protagonismos das mulheres pelo trabalho formal (PACHECO; TILIO, 2023), podendo ser relacionado à proposta do programa de Lula de 2022 de promoção das mulheres no empreendedorismo. Ademais, propostas alinhadas à equidade de direitos e à promoção da diversidade também são adotadas pela lógica liberal ou neoliberal, como por exemplo no discurso das empresas acerca de seus programas de ESG<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Sigla em inglês para ambiental, social e governança, elaborado na publicação "Who Cares Wins" ("quem se importa, vence"), realizada pelo Pacto Global da ONU em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de apresentar argumentos que fundamentam a relevância e a urgência de integrar aspectos sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais (NEVES, 2022).

#### 4.2.5 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Figura 5 - Frequência de propostas e/ou diretrizes alinhadas à proteção do meio ambiente e recursos naturais nos programas de governo



Fonte: Elaboração própria.

No tocante à proteção do meio ambiente e recursos naturais, foram identificadas 9 propostas e/ou diretrizes no primeiro programa de governo de Lula, de 2002. Ao priorizar o desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental, o Programa de Governo 2002 sinaliza a importância de proteger o meio ambiente e os recursos naturais para as gerações presentes e futuras, com propostas e diretrizes refletem um compromisso com a promoção da sustentabilidade ambiental, a conservação dos recursos naturais e a inclusão de critérios socioambientais nas políticas públicas. Fala-se em controle social do ponto de vista ambiental, expansão de setores econômicos como o setor elétrico em bases sustentáveis, respeito à legislação ambiental, necessidade do uso adequado dos recursos naturais de forma a preservá-los para as gerações futuras, justiça ambiental, melhoria dos indicadores socioambientais, e enfatiza-se bastante o objetivo do desenvolvimento sustentável. Por mais que esses aspectos estejam presentes nas propostas e diretrizes do programa, eles o estão de forma muito atrelada ao crescimento econômico, refletindo uma perspectiva ocidental-cêntrica de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental de acordo com padrões estabelecidos pelo Norte global, negligenciando as formas de vida e os conhecimentos tradicionais das comunidades locais, que sequer são mencionados.

Em relação ao programa de 2006, foram identificadas 29 propostas e/ou diretrizes, enfatizando, em linhas gerais, o uso sustentável da biodiversidade; o estabelecimento da



Política Nacional de Resíduos Sólidos; a conservação dos biomas e a redução do desmatamento; e o incentivo ao uso de tecnologias limpas. O programa menciona também a “(...) adequação ambiental das políticas de desenvolvimento e de projetos de infraestrutura (...)” (LULA, 2006); a minimização dos impactos ambientais da política mineral; ações de educação ambiental, promovendo campanhas de consumo sustentável e economia de energia; a regulamentação por lei do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado; o incentivo ao uso de tecnologias limpas; redução da taxa de desmatamento da Amazônia e outros biomas; consolidação das políticas de gestão de florestas e por biomas, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e o combate à desertificação; criação de Unidades de Conservação em ambientes terrestres e marinhos; melhoria do esgotamento sanitário e outros aspectos, visando o desenvolvimento econômico metropolitano sustentável; retomada do planejamento estratégico de longo prazo na área de infraestrutura de transporte, associado ao equilíbrio ambiental; consolidação de programas de aumento da eficiência energética, incentivando a adoção de tecnologias mais eficientes em carros, motores, eletrodomésticos e outros dispositivos; dentre outros. Destaca-se, no entanto, que a presença de algumas propostas que vão contra a proteção ambiental, como as de simplificar a legislação para abrir empresas; investir na prospecção e produção de petróleo; e priorizar a exploração de gás natural e recursos minerais, visando atrair investimentos. Embora essas medidas possam ter benefícios econômicos em curto prazo, elas também têm o potencial de causar danos significativos ao meio ambiente e aos recursos naturais.

O programa de governo de Dilma de 2010 possui 12 propostas e/ou diretrizes alinhadas à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Fala-se em fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio através da política agrícola; continuidade da reforma agrária; ênfase à produção de energia renovável e à pesquisa de novas fontes de energia limpa; construção de um modelo de desenvolvimento incluyente e sustentável através da política ambiental; continuidade do programa de combate ao desmatamento e proteção dos biomas; ampliação da oferta de água, o esgotamento sanitário, a coleta e o processamento de lixo nas cidades brasileiras; consideração de critérios ambientais na formulação de políticas industriais, fiscais e de crédito; trabalhos de zoneamento agroecológico, recuperação de terras degradadas e implementação de projetos de manejo florestal; fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica em biocombustíveis e energias renováveis, agricultura, biodiversidade, Amazônia e Semi-árido; e universalização do saneamento e o apoio à gestão integrada de resíduos sólidos. Destaca-se, no entanto, o ponto controverso de fortalecimento do agronegócio. Dependendo

das práticas agrícolas adotadas, há o risco de degradação ambiental, como por exemplo pelo uso excessivo de agrotóxicos.

O programa de 2014 também destaca a aspiração de um modelo de desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, apresentando 15 propostas alinhadas a este eixo temático. O programa destaca as metas ambientais alcançadas no mandato anterior, como as de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado; a aprovação do Código Florestal, que garantiu bases mais sustentáveis para a produção agrícola; o aprimoramento dos mecanismos de licenciamento ambiental e avanço na regulamentação do uso da biodiversidade; e a criação do Programa Nacional do Biodiesel, para fortalecer a diversificação da matriz energética. Fala-se em fortalecer a coordenação intergovernamental, envolvendo a União, Estados e municípios, em áreas como licenciamento ambiental, recursos hídricos, mudança climática e floresta, para garantir maior efetividade da política ambiental, bem como aprofundar o processo de modernização do licenciamento ambiental. Também há propostas visando a segurança hídrica e a gestão sustentável da água; o compromisso com a redução das emissões de gases do efeito estufa, dando continuidade ao combate ao desmatamento e a implementação dos planos no âmbito da Política Nacional de Mudança Climática; o engajamento nas negociações climáticas internacionais; a aceleração da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no âmbito do Código Florestal; a reestruturação produtiva visando a economia de baixo carbono e o uso dos recursos naturais como forma de preservá-los, “(...) em especial pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade” (ROUSSEFF, 2014); a universalização do saneamento básico; e a expansão da matriz energética de forma a incluir fontes renováveis e de baixa emissão de carbono, como hidroelétricas, termoelétricas, eólica, solar e biomassa.

Não foram encontradas propostas e/ou diretrizes que apontem para a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais no plano de governo de Michel Temer. No plano de Jair Bolsonaro, há apenas duas. Uma propõe que a região do Nordeste se torne a “(...) base de uma nova matriz energética limpa, renovável e democrática” (BOLSONARO, 2018), e a outra coloca que o gás natural será uma parte significativa da matriz elétrica e energética nacional, combinando-se com energia fotovoltaica e eólica. Segundo o programa, o gás natural contribui para a “(...) transição para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> e ajudar a integrar outras fontes renováveis intermitentes” (BOLSONARO, 2018). No entanto, é importante apontar que o gás natural é um combustível fóssil responsável por um significativo volume de metano, um potente gás de efeito estufa (BORUNDA, 2020). Além disso, o programa cita o objetivo de reduzir o prazo de licenciamento ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de

até dez anos para no máximo três meses, o que pode levantar questionamentos sobre a proteção efetiva do meio ambiente.

Já o programa de Lula de 2022 apresenta 21 propostas alinhadas à proteção ambiental e dos recursos naturais. Destaca-se o:

“(…) compromisso com a sustentabilidade social, ambiental, econômica e com o enfrentamento das mudanças climáticas. Isso requer cuidar de nossas riquezas naturais, produzir e consumir de forma sustentável e mudar o padrão de produção e consumo de energia no país, participando do esforço mundial para combater a crise climática. Somaremos esforços na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e no avanço da transição ecológica e energética para garantir o futuro do planeta, apoiando o surgimento de uma economia verde inclusiva, baseada na conservação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade de todos os biomas brasileiros” (LULA, 2022).

Há no programa propostas de promover a defesa do meio ambiente através da reindustrialização em bases tecnológicas e ambientais mais limpas, da implementação de reforma agrária para práticas agrícolas sustentáveis, do estímulo à economia solidária, criativa e verde, e do foco na conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade. Fala-se também em combate ao uso predatório dos recursos naturais e estímulo às atividades econômicas com menor impacto ecológico; transição ecológica das cidades; reforma agrária e agroecológica; fortalecimento da produção agrícola, especialmente nas frentes da agricultura familiar, agricultura tradicional e agronegócio sustentável; transição ecológica e energética; defesa da Amazônia do desmatamento; combate ao crime ambiental; conservação da biodiversidade; e respeito à sustentabilidade ambiental.

Os programas de governo de Lula em 2002, 2006, 2010 e 2022, assim como os de Dilma em 2014, demonstram um compromisso com a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável, refletindo a importância de conservar os recursos naturais para as gerações presentes e futuras. Eles incluem propostas para o uso sustentável da biodiversidade, conservação de biomas, redução do desmatamento, incentivo a tecnologias limpas e promoção de uma matriz energética renovável. No entanto, há pontos controversos, como a ênfase no fortalecimento do agronegócio, que pode levar à degradação ambiental se não forem adotadas práticas sustentáveis. Por outro lado, os programas de Temer e Bolsonaro apresentam menos propostas voltadas para a proteção ambiental, com ênfase em questões como exploração de petróleo e gás natural, simplificação da legislação ambiental e redução do prazo de licenciamento ambiental para projetos específicos. Isso sugere uma abordagem menos comprometida com a sustentabilidade ambiental e mais focada em interesses econômicos de curto prazo. Em suma, enquanto os programas de Lula e Dilma enfatizam uma visão de

desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, os de Temer e Bolsonaro parecem priorizar mais claramente as questões econômicas em detrimento da proteção ambiental.

De qualquer forma, cabe destacar que a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais está bastante enquadrada no discurso neoliberal sobre sustentabilidade, apropriado pelas nações hegemônicas que estabeleceram critérios e definições do que é considerado um desenvolvimento sustentável, de acordo com seus próprios interesses e necessidades econômicas. Dessa forma, elas conseguem manter o controle sobre os recursos naturais das regiões periféricas, perpetuando a lógica colonial de exploração e subordinação (MARTINS; SQUEFF, 2020), e o desenvolvimento sustentável toma uma das faces da moeda do grande processo de adaptação capitalismo às necessidades e emergências dos dias atuais, como a crise climática (OLIVEIRA, 2007).

Aponta-se também para o fato de que a proteção ambiental está claramente atrelada ao crescimento econômico nos programas, o que faz parte da lógica da visão liberal hegemônica acerca da sustentabilidade, promotora justamente do convívio desta com o crescimento econômico ilimitado. Essa visão hegemônica é difundida pelos países centrais através da justificativa de promover o progresso e eliminar desigualdades, buscando legitimar suas ações de exploração de recursos naturais em países historicamente colonizados (MARTINS; SQUEFF, 2020). Nesse sentido, ao reproduzir essa lógica, os programas contribuem para a manutenção da exploração e da extração de recursos naturais de regiões colonizadas. Pode-se relacionar isso ao que Nancy Fraser (2017) chama de neoliberalismo progressista, que se apropria de pautas como a proteção ambiental ao incorporar discursos e políticas ambientais em sua agenda como parte de uma estratégia mais ampla e legitimação e ampliação de sua base de apoio.

Por fim, é interessante notar, no caso do programa de 2014, o destaque às metas ambientais alcançadas no mandato anterior, como a aprovação do Código Florestal, colocado como algo que garantiu bases mais sustentáveis para a produção agrícola. Trata-se de um ponto um tanto controverso, levando em conta que os movimentos ambientalistas foram bastante críticos em relação ao Código Florestal, aprovado em 2012, considerado na verdade como um marco simbólico de desconstrução das políticas florestais (FONSECA et al., 2023). Outro ponto controverso são as propostas de expansão da matriz energética a partir da inclusão de fontes como hidroelétricas, termoelétricas, eólica, solar e biomassa, consideradas “limpas” pelos programas. Milanez (2021) aponta para o fato de que a extração de minerais para a produção de placas solares, turbinas eólicas e baterias, por exemplo, causam significativos impactos sociais e ambientais, de forma que o conceito de energia limpa deve ser questionado,

levando em conta não apenas a fonte da energia em si, mas os impactos e a disponibilidade dos minerais necessários para a sua produção. Trata-se de exemplos que apontam para o caráter retórico dos programas, que podem vir a servir de forma a conferir certa legitimidade à políticas controversas e com baixo apoio popular.

### **4.3 ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DECOLONIAL**

Nesta seção, será realizada uma análise dos programas de governo dos presidentes eleitos no Brasil desde 2002, relacionando-os com alguns princípios fundamentais da teoria decolonial. Sem a necessidade de uma introdução extensiva sobre a teoria, já abordada no primeiro capítulo, focar-se-á diretamente em como os programas de governo se relacionam com os conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser, e da colonialidade da natureza.

#### **4.3.1 COLONIALIDADE DO PODER**

Conforme explicitado no primeiro capítulo, a colonialidade do poder é um conceito cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano que descreve a persistência das relações de poder e hierarquias sociais estabelecidas durante o período colonial, mesmo após a independência política das nações colonizadas. Essa noção destaca como as estruturas de poder, controle e dominação introduzidas durante a colonização continuam a influenciar as sociedades contemporâneas, moldando as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A colonialidade do poder não se restringe apenas ao aspecto político, mas abrange também dimensões raciais, de gênero e de classe, perpetuando formas de opressão e exploração que têm raízes na colonização (QUIJANO, 2000). Assim, a colonialidade do poder não se limita a uma relação formal entre colonizador e colonizado, mas permeia diversas esferas da vida social, cultural, e política, influenciando como as pessoas são classificadas e hierarquizadas com base em categorias como raça, classe e gênero (GARCÉS, 2007). No contexto brasileiro, bem como em toda a América Latina, pode-se dizer que a colonialidade do poder tem sido um fator determinante na configuração das relações sociais e na manutenção de desigualdades baseadas na classificação racial e social (QUIJANO, 2014).

A análise dos programas de governo evidencia certas limitações no que diz respeito ao desafio da colonialidade do poder. Em relação ao eixo temático da luta antirracista, observa-se que perpassa por todos os programas uma lacuna na desconstrução do imaginário colonial e das narrativas hegemônicas que sustentam o racismo. Embora a maioria dos programas reconheça o racismo como um fenômeno contemporâneo e proponha medidas e ações

afirmativas para combater suas manifestações, percebe-se uma falta de questionamento sobre as raízes profundas desse sistema de opressão.

É claro que a implementação de políticas como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ampliação do acesso à justiça para comunidades quilombolas e indígenas, a implementação de políticas de cotas raciais, o enfrentamento da violência policial contra comunidades negras, o fortalecimento dos direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas, dentre outras, é de grande importância para a garantia dos direitos e a emancipação dos grupos marginalizados. Trata-se, no entanto, de medidas paliativas, uma vez que focam nas consequências e não nas causas do racismo, deixando de questionar as hierarquias raciais e culturais arraigadas na sociedade brasileira.

Nesse sentido, uma crítica decolonial poderia apontar para a necessidade de uma abordagem mais aprofundada, que inclua uma reflexão das formas através das quais o racismo é perpetuado no Brasil, inclusive por parte do Estado, bem como de suas heranças coloniais, refletindo o necessário “(...) esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade (...)” (MIGNOLO, 2017). A colonialidade perpetua estruturas de dominação e exploração que se refletem em desigualdades econômicas e sociais entre diferentes grupos da sociedade, o que se manifesta na distribuição desigual de recursos, oportunidades e riqueza, aprofundando a marginalização e a pobreza de certos grupos da população (QUIJANO, 2014).

Uma abordagem mais aprofundada que busque compreender a raiz do racismo no Brasil pode ir em linha a proposta de Oliveira (2021) de uma perspectiva histórico-crítica, partindo do pressuposto central de que o racismo dos dias de hoje é um produto de uma tipologia de classificação racial consolidada no século XVI como ferramenta do projeto eurocentrista, bastante atrelado à emergência do capitalismo. Nessa perspectiva, relaciona-se também a exclusão racial com a opressão de classe, na medida em que raça e classe se interseccionam como elemento constitutivo das hierarquias sociais no Brasil e na América Latina como um todo, de forma que a tipologia raça/classe construída no processo de colonização constitui a base do racismo na sociedade moderna. Por sua vez, o capitalismo se organiza a partir das hierarquizações construídas a partir da categoria de raça (OLIVEIRA, 2021), que possui uma funcionalidade para a reprodução do capitalismo dependente e periférico brasileiro.

Em relação às propostas de promoção da igualdade social, pode-se fazer as mesmas críticas expostas acima, no sentido de que apesar da grande ênfase no objetivo de promover a igualdade social que perpassa todos os programas de governo, com exceção dos de Temer e

Bolsonaro, as propostas muitas vezes não abordam as estruturas subjacentes de poder que perpetuam a desigualdade. Reconhece-se a herança de desigualdades do Brasil, apontando para o “(...) crescimento econômico condicionado aos interesses das elites tradicionais (...)”, mas não se explora que essas desigualdades são, em grande parte, resultado da colonialidade do poder que estabelece e mantém sistemas de opressão e exploração e que beneficiam alguns grupos em detrimento de outros, e que esses sistemas são enraizados em estruturas coloniais que continuam moldando as relações sociais, políticas e econômicas em muitas partes do mundo (MALDONADO-TORRES, 2007). Isso se evidencia, por exemplo, na adoção acrítica de instituições ocidentais, como o tripé macroeconômico, que limita a expansão do gasto público para políticas sociais eficazes; na imposição de padrões de governança corporativa; na adesão sem questionamentos à OCDE, planejada pelos governos Temer e Bolsonaro, que implicaria a realização de diversas reformas para adequação aos padrões orientados pela organização e, conseqüentemente, perda de autonomia (RODRIGUES, 2022). Essa importação desprovida de crítica revela a reprodução de hierarquias de poder.

Por mais que as propostas presentes nos programas de governo busquem abordar diferentes dimensões da desigualdade social, como o acesso a recursos, serviços e oportunidades, e busquem promover uma distribuição mais equitativa de poder e recursos na sociedade, mas uma vez há a falta de participação ativa das comunidades afetadas, podendo reforçar as relações de poder existentes. Além disso, as propostas visam incluir os grupos marginalizados dentro da lógica das estruturas existentes, ao invés de questioná-las e buscar transformá-las, o que pode resultar numa inclusão, mais uma vez, paliativa, que deixa de abordar as raízes sistêmicas das desigualdades e da exclusão social. Em relação a isso, cita-se que o governo Bolsonaro extinguiu ou esvaziou 75% dos comitês e conselhos nacionais, que são órgãos formados por representantes da sociedade civil a fim de orientar iniciativas e políticas públicas do governo em áreas como saúde, educação, defesa dos direitos humanos e meio ambiente. Trata-se de um desmonte da participação popular que teve início em um dos primeiros decretos de Bolsonaro (JN, 2021), e que afetou mais intensamente as áreas que confrontam de modo mais radical seu projeto programático, como meio ambiente e direitos humanos, buscando eliminar ou alterar os comitês e conselhos que contavam com a presença de comunidades de políticas contrárias ao seu projeto (BEZERRA et al., 2022). A extinção desses conselhos participativos reflete a fragilidade da ordem vigente e a falta de compromisso indiscriminada com a diversidade de vozes na formulação e implementação de políticas públicas, silenciando-as e perpetuando a exclusão e as desigualdades sociais.

Destaca-se também que as propostas estão centradas, ou aliadas, à promoção do crescimento econômico, contribuindo para a manutenção da forma através da qual o sistema econômico global opera, reproduzindo a colonialidade do poder. Essa abordagem não captura devidamente o fato de que as desigualdades sociais não são apenas uma questão de distribuição desigual de recursos, mas uma questão de poder e dominação de certos grupos sobre outros (QUIJANO, 2014). A crítica está, portanto, mais uma vez, na falta de questionamento de estruturas arraigadas de poder e do próprio sistema econômico global capitalista, responsável por gerar e perpetuar desigualdades.

Outro aspecto da colonialidade do poder é o controle do gênero e da sexualidade, na medida em que durante o processo de colonização foram construídas identidades e papéis de gênero específicos, refletindo as relações de poder coloniais e subjugando as normas e práticas das populações colonizadas. Isso resultou numa imposição de papéis de gênero binários e hierárquicos (MIGNOLO, 2017). A crítica a medidas de inclusão sem um questionamento profundo das estruturas que perpetuam as desigualdades de gênero e orientação sexual se mantém em relação às propostas do eixo temático de promoção da igualdade de gênero e orientação sexual. Propostas alinhadas à equidade de direitos e oportunidades; proteção e empoderamento das mulheres e da população LGBTQIA+ são de extrema importância, mas não abordam as estruturas de poder que perpetuam a opressão desses grupos, tratando apenas das consequências, e não das causas.

As mulheres continuam enfrentando uma dupla jornada, recebendo salários inferiores no mercado de trabalho e assumindo o trabalho não remunerado de reprodução da vida e afazeres domésticos, que resulta de uma construção social histórica que designa as mulheres ao lar e os homens aos espaços públicos (KELLY; CONSIDERA; MELO, 2023), fundamental para a continuidade do sistema capitalista e patriarcal. Essas questões frequentemente são negligenciadas nos programas de governo, o que sugere que, de forma mais ampla, embora haja reconhecimento das demandas das minorias, o enfoque dado a elas é influenciado por uma perspectiva que prioriza soluções baseadas no mercado e na individualidade, seguindo um viés liberal e neoliberal, em detrimento de abordagens estruturais e coletivas que visem à transformação das desigualdades de gênero e socioeconômicas.

#### **4.3.2 COLONIALIDADE DO SABER**

A colonialidade do saber refere-se ao processo pelo qual o conhecimento e as formas de produção de conhecimento foram colonizados e dominados por perspectivas eurocêntricas e ocidentais, envolvendo a imposição de padrões de conhecimento, e sistemas de significações



e imagens pelos colonizadores, subjugando os modos de saber das culturas dominadas. Trata-se de algo que continua a influenciar as relações de poder e produção de conhecimento até os dias atuais, sendo um dos principais mecanismos de dominação cultural e social da contemporaneidade (QUIJANO, 1992). Maldonado-Torres (2007) argumenta, ainda, que a colonialidade do saber está intrinsecamente ligada à colonialidade do ser, na medida em que as formas de conhecimento produzidas e validadas sob o paradigma colonial não apenas perpetuam hierarquias epistêmicas, como também moldam as identidades e subjetividades das pessoas colonizadas.

Nesse sentido, em relação às propostas do eixo temático de defesa da diversidade cultural, aponta-se outra vez para a falta de uma postura crítica acerca das estruturas de poder que perpetuam a hegemonia cultural de determinados grupos sobre outros. Embora a maioria dos programas, exceto o de Temer e Bolsonaro, valorizem a diversidade cultural como parte da identidade nacional, as desigualdades e relações de poder subjacentes à subjugação cultural, ligadas ao processo não são abordadas, limitando-se a uma descrição superficial da diversidade cultural. Isso faz parte de uma lógica que beneficia e atende aos interesses daqueles envolvidos na disputa por terras e recursos presentes nas terras indígenas. Além disso, embora a ideia de etnodesenvolvimento e o empoderamento de grupos como indígenas e quilombolas tenham ganhado algum destaque nos programas do PT, essas questões permanecem à margem de sua agenda política, enquanto os grandes projetos neo-extrativistas continuam centralizados, com impactos significativos nas comunidades locais.

Outro ponto a ser destacado é que não se fala em valorização dos saberes das comunidades tradicionais, mencionando o conhecimento tradicional apenas em relação à regulamentação do acesso a recursos genéticos. Esse foco, ao invés da valorização dos saberes das comunidades tradicionais de forma mais ampla, reflete interesses econômicos específicos que privilegiam a exploração e apropriação dos recursos naturais dessas comunidades. Geralmente, os recursos genéticos são vistos como uma fonte de lucro potencial para a indústria farmacêutica, cosmética, agrícola e biotecnológica, que buscam comercializar produtos derivados desses recursos (JUNIOR, 2013). Ao limitar a discussão apenas à regulamentação do acesso, prioriza-se a proteção dos interesses econômicos das empresas que buscam explorar esses recursos sem considerar os direitos e interesses das comunidades locais.

Isso reflete a colonialidade do saber na medida em que revela a marginalização e subalternização das epistemologias e saberes locais, e revela a violência epistêmica sofrida por esses povos, que opera por meio da imposição de certos discursos, narrativas e representações que marginalizam, silenciam ou deslegitimam outras formas de conhecimento (CASTRO-

GÓMEZ, 2007). A ausência de um reconhecimento ou menção dos diversos saberes tradicionais também implica num essencialismo cultural, reforçando visões homogêneas e descontextualizadas da cultura que podem aprofundar a marginalização e exclusão de certos grupos e impedir uma compreensão mais complexa e crítica das dinâmicas interculturais, que leve em conta a fluidez e a diversidade das identidades culturais, bem como as suas interações (WALSH, 2007). O não reconhecimento dessa diversidade coloca obstáculos significativos ao avanço de políticas para os povos indígenas, para os quilombolas, e para o patrimônio imaterial do Brasil.

Por fim, destaca-se também que não há menção da participação e representação de diferentes grupos étnicos e culturais nos espaços de poder e tomada de decisão, de forma que pode-se inferir que há a manutenção dos resquícios coloniais do Estado, que falha em devidamente reconhecer, legitimar e incorporar lógicas, racionalidades, modos de saber e de ser historicamente silenciados e subordinados, mantendo intacta a estrutura social e institucional que constrói e reproduz essas desigualdades. Dessa forma, o problema está em como as políticas obscurecem a subalternidade colonial (WALSH, 2007; WALSH, 2012).

#### **4.3.3 COLONIALIDADE DA NATUREZA**

A colonialidade da natureza é compreendida tanto como o resultado da concepção moderna de formas econômico-instrumentais de abordar e explorar o meio ambiente, quanto como uma manifestação de processos de expropriação territorial que sustentam a lógica dominante da acumulação capitalista, mantendo operante o sistema-mundo colonial/moderno. Diz respeito, assim, à presença de formas dominantes de conceber e explorar os recursos naturais, tratando-os como commodities (ASSIS, 2014).

Levando isso em conta, as propostas do eixo temático de proteção do meio ambiente e recursos naturais refletem uma abordagem que trata a natureza como algo que existe de forma a ser explorada para a realização de metas econômicas e comerciais (MIGNOLO, 2017), enfatizando o desenvolvimento sustentável, formulação que reflete o olhar moderno/colonial e considera a escassez como algo natural (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

As propostas dos programas de governo tratam a natureza e os recursos naturais como commodities e algo essencialmente atrelado ao crescimento econômico, promovendo, em última instância, sua exploração para fins de desenvolvimento econômico. Isso remete a uma mentalidade colonial que vê a natureza como algo a ser explorado e extraído para benefício humano, sem considerar os impactos sobre os ecossistemas e as comunidades locais, refletindo o esforço de conciliação entre a exploração capitalista da natureza e a preservação ambiental e

considera a extração de riquezas naturais como uma vantagem comparativa no mercado mundial (ASSIS, 2014).

Algumas das propostas podem, além disso, resultar na expropriação de terras e recursos naturais de comunidades locais, como as de fortalecimento do agronegócio e da exploração mineral. Ademais, não levam em conta os conhecimentos e práticas dessas comunidades em relação ao uso dos recursos naturais, havendo apenas uma menção, no plano de Dilma Rousseff de 2014, às populações locais em relação ao uso de recursos naturais. Isso reflete, em alguma medida, a divisão binária entre natureza e sociedade característica da colonialidade da natureza, excluindo a relação milenar entre o mundo humano e o biofísico, beneficiando os modelos de sociedade “moderna”, com raízes ocidentais e cristãs, em detrimento das formas de vida dos povos ancestrais (WALSH, 2012). Isso se relaciona com o que Cajigas-Rotundo (2007) chama de biocolonialidade do poder, que destaca como o capitalismo e a globalização se apropriam dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais para promover seus interesses políticos e econômicos, o que envolve a exploração dos recursos naturais, a mercantilização da biodiversidade, a usurpação dos saberes tradicionais e a imposição de modelos de desenvolvimento que desconsideram as cosmovisões e práticas sustentáveis das comunidades locais.

#### **4.4 BALANÇO GERAL**

Em síntese, a análise dos programas de governo à luz dos conceitos de colonialidade do poder, do saber e da natureza revela lacunas significativas no enfrentamento das estruturas de opressão e exploração arraigadas na sociedade brasileira. Na abordagem de temas como luta antirracista, promoção da igualdade social, defesa da diversidade cultural e proteção do meio ambiente, os programas de Lula e de Dilma demonstram uma falta de reconhecimento das raízes sistêmicas das desigualdades e das relações de poder que as sustentam. Embora haja propostas que visem mitigar as consequências dessas desigualdades, muitas delas são meramente paliativas e não questionam as estruturas coloniais subjacentes.

Por outro lado, os programas de governo de Temer e de Bolsonaro visam claramente o aprofundamento da ordem capitalista neoliberal. Tanto Temer quanto Bolsonaro atacam os arranjos progressistas que os governos petistas haviam acoplado à institucionalidade neoliberal dominante. As desigualdades perdem espaço, enquanto propostas de redução do custo do Estado, do gasto social, e da mão-de-obra para atrair investimentos voltam com força. Isso se aproxima do que Fraser (2017) chama de neoliberalismo reacionário, que defende políticas econômicas alinhadas com os princípios neoliberais, como a desregulamentação do mercado,

a redução do papel do Estado na economia e a promoção de políticas favoráveis ao capital financeiro e às grandes corporações. Por outro lado, em relação ao reconhecimento, adota uma postura conservadora e muitas vezes reacionária em questões como diversidade cultural, igualdade de gênero e proteção ambiental (FRASER, 2017). Atrelado a isso, Bolsonaro traz o reacionarismo cultural, alegando que o nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo se uniram às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira (BOLSONARO, 2018).

A partir disso, infere-se que os avanços para o aprofundamento de pautas progressistas, em direção por exemplo a uma crítica mais sistêmica como a decolonial, enfrentam sérios desafios, pois são constantemente confrontados por forças que buscam preservar e fortalecer as estruturas de poder e exploração existentes no âmbito do capitalismo neoliberal. Destaca-se, por exemplo, que ideias e termos como patriarcalismo, opressão, dependência, dominação cultural, silenciamento, subalternidade etc. não estão presentes nos programas.

Em certa medida, isso reflete o caráter não universal da modernidade, cuja concepção e disseminação foram condicionadas por perspectivas eurocêntricas e ocidentalizadas que impuseram uma visão particular do mundo como sendo a única visão válida e legítima. A ideia de modernidade, nesse sentido, foi construída a partir de contextos euro-atlânticos específicos e posteriormente difundida como um modelo global, ignorando as diversas culturas, formas de saber, ser e de organização social existentes em outras partes do mundo. Em sua narrativa hegemônica, a modernidade tende a homogeneizar as experiências humanas, desconsiderando as pluralidades culturais e históricas que caracterizam a diversidade de países como o Brasil. Dessa forma, a imposição dessa visão do mundo justifica a dominação cultural, política e econômica, não só por parte dos países ocidentais em relação aos países periféricos, mas por parte das elites em relação a grupos marginalizados da sociedade, reproduzindo e perpetuando relações de poder desiguais e opressivas (PINTO; MIGNOLO, 2015).

O silêncio dos programas em relação aos eixos temáticos relacionados à agenda decolonial são um prenúncio de que essas questões seriam retiradas da agenda pública, o que foi cristalizado a partir dos desmontes já citados, e reflete a manutenção da hegemonia neoliberal como projeto econômico, financeiro, político e civilizatório (WALSH, 2012) e a concepção do neoliberalismo como:

“(...) o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida (LANDER, 2007).

Deve-se considerar que a força hegemônica do neoliberalismo e sua capacidade de apresentar-se como conhecimento objetivo, científico e universal, e sua ideia de sociedade moderna como a forma mais avançada da experiência humana, está assentada em condições histórico-culturais provenientes do colonialismo (LANDER, 2005). Pode-se dizer, portanto, que esse silêncio faz parte de uma lógica subjacente à globalização neoliberal e seus discursos dominantes, que “(...) esconde a presença do Ocidente e oculta a forma pela qual este continua dependendo da submissão tanto de seus outros quanto da natureza” (CORONIL, 2005), resultando numa distribuição desigual de poder que inibe a imensa diversidade cultural mundial. Nesse sentido, na medida em que a globalização opera de forma a reinscrever as hierarquias sociais e padronizar as culturas e hábitos, ela funciona como uma modalidade particularmente perversa de dominação imperial (CORONIL, 2005).

Essa ordem que rege o sistema econômico capitalista mundial faz com que os países da periferia voltem-se à produção extrativa de produtos minerais como petróleo e gás, investindo pesadamente na sua exploração (SANTOS; MELLO; BERNARDO, 2021), algo que possui diversos riscos socioambientais. Isso pode ser considerado como “(...) uma regressão às formas de controle coloniais baseadas na exploração de produtos primários e de força de trabalho de baixo custo (...)” (CORONIL, 2005), que anda junto com toda uma nova estrutura estatal orientada a apoiar o livre mercado, e que reflete o fato de que a globalização neoliberal fez com que a natureza se tornasse, para muitos países, sua vantagem comparativa e sua fonte de renda mais segura (CORONIL, 2005).

Conforme Gudynas (2009), os governos progressistas veem as exportações de matérias-primas positivamente, de forma que o sucesso das exportações, bem como a busca por investimentos estrangeiros, tornou-se os dois principais sustentáculos das estratégias de desenvolvimento. Isso é bem evidente, por exemplo, no plano do primeiro governo Lula, que considerava “(...) o impulso às exportações (...)” como “(...) aspectos indissociáveis do novo estilo de desenvolvimento (...)” (DA SILVA, 2002). Trata-se de um modelo de desenvolvimento, no entanto, que funciona de acordo com a lógica da globalização comercial e financeira, e serve para a manutenção da inserção internacional subordinada do Brasil (GUDYNAS, 2009), bem como da ordem capitalista neoliberal hegemônica.

Essas continuidades, intimamente ligadas à colonialidade tanto no plano epistemológico quanto em relação a políticas deliberadas, podem ser relacionadas com o conceito de hegemonia conforme formulação de Laclau e Mouffe (2001), que implica em processos de construção de verdades que mascaram relações de poder e facilitam a dominação de uns grupos por outros através da imposição de uma visão de mundo dominante que é aceita

como natural e legítima pela sociedade. Essa construção de verdades hegemônicas ocorre por meio da disseminação de ideologias, valores e narrativas que favorecem os interesses dos grupos dominantes, enquanto obscurecem ou silenciam as perspectivas e experiências dos grupos subalternos. Essas verdades hegemônicas são internalizadas como senso comum, moldando suas crenças, identidades e comportamentos de acordo com a visão de mundo dominante. Isso cria uma falsa consciência que oculta as relações de poder subjacentes e legitima a dominação de certos grupos sobre outros (LACLAU; MOUFFE, 2001). A manutenção dessa hegemonia se dá também de forma material através da importação de normas e instituições ocidentais, como as reformas trabalhistas, previdenciárias, a austeridade fiscal etc.

O que se torna evidente, portanto, é a existência de uma disputa em torno de diversas pautas políticas, como gênero, raça, desigualdade social e proteção ambiental. Enquanto a agenda decolonial busca uma crítica estrutural e sistêmica, outras correntes, como os neoliberais, também as discutem, embora com perspectivas distintas. Os programas do PT abordam, até certa medida, essas pautas, porém sem a radicalidade da crítica decolonial. Em vez disso, tende a abordá-las sob uma perspectiva mais liberal, enfatizando a igualdade de oportunidades e os direitos civis e políticos. Adotam uma postura que confere uma certa humanização ao neoliberalismo, mas sem conseguir romper com este e mantendo suas bases em seu projeto neodesenvolvimentista. Apresentou preocupação com as desigualdades, a pobreza, a distribuição de renda – mas com a manutenção da concentração no topo. Aproximou-se do neoliberalismo progressista, legitimando suas políticas econômicas por meio de uma retórica e políticas progressistas em relação a questões como gênero, raça e meio ambiente (FRASER, 2017). Não se contestou o arranjo macroeconômico conservador que impede o avanço do investimento social, nem a lógica predatória de expansão do agro, não obstante as políticas para a redução do desmatamento. Por outro lado, os governos de Temer e Bolsonaro são caracterizados pelo silêncio e até violência em relação a essas pautas, como revelado por medidas como a derrubada de Dilma Rousseff, ataques à esquerda, desmontes e reformas neoliberais radicais, como o teto de gastos e a reforma trabalhista, aproximando-se no neoliberalismo reacionário nos termos de Fraser (2017).

## **5. CONCLUSÃO**

Como já visto, o pensamento decolonial coloca-se fundamentalmente como uma crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo presentes nas estruturas globais de poder e conhecimento, buscando evidenciar e desafiar as hierarquias históricas que foram impostas ao

longo dos séculos e que perpetuam desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas (BALLESTRIN, 2013). Ao questionar as narrativas dominantes e propor uma descolonização epistemológica e ontológica, oferece um arcabouço teórico para repensar as práticas políticas e promover transformações na realidade do Brasil.

O período analisado, que abrange os governos presidenciais do Brasil desde 2002 até os dias atuais, foi marcado por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais significativas. Antes da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2002, o país enfrentou desafios econômicos e sociais consideráveis, caracterizados por políticas neoliberais que priorizavam o ajuste fiscal, resultando em crises econômicas, desemprego e aumento da desigualdade social. O governo de Lula, em seu primeiro mandato, enfrentou o desafio de reverter o legado dessas políticas, adotando uma abordagem que combinava estabilidade econômica com políticas sociais de inclusão e redistribuição de renda. No entanto, no segundo mandato de Lula, a política econômica adotada se tornou mais híbrida, combinando elementos neoliberais com medidas de desenvolvimento e incentivo ao consumo (SADER, 2015; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Durante o governo de Dilma Rousseff, houve uma continuidade dessa abordagem híbrida, com ênfase na promoção do crescimento econômico aliado à redução das desigualdades sociais. No entanto, a crise econômica global e as pressões do capital financeiro levaram o governo a adotar medidas de cunho neoliberal, como reformas previdenciárias e cortes de gastos, representando um retrocesso em relação às políticas sociais anteriores (MACIEL, 2013). O seu segundo mandato foi marcado por desafios econômicos e políticos, incluindo uma grave crise econômica que culminou em seu impeachment.

O governo de Michel Temer, que assumiu após o impeachment de Dilma, foi caracterizado por uma agenda neoliberal clara, com medidas de austeridade e redução do papel do Estado na economia. No entanto, essas políticas não conseguiram atingir os resultados esperados, resultando em recessão e aumento do desemprego. Jair Bolsonaro assumiu a presidência com uma agenda economicamente liberal e socialmente conservadora, marcada por políticas regressivas em áreas como meio ambiente e direitos sociais. Sua gestão foi marcada por controvérsias e instabilidade política, além de desafios econômicos, especialmente agravados pela pandemia da Covid-19 (SANTOS; MELLO; BERNARDO, 2021).

Em suma, o período analisado foi caracterizado por uma interação complexa entre políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas, refletindo uma busca por soluções para os desafios econômicos e sociais do país, ao mesmo tempo em que evidenciava contradições e limitações dessas abordagens. Com base na análise dos programas de governo, foi possível

identificar desafios e limites ao aprofundamento de pautas progressistas nos programas de governo no âmbito do capitalismo neoliberal, bem como certas continuidades epistemológicas das lógicas coloniais de poder que persistem na sociedade brasileira. Assim, conclui-se que nos marcos do capitalismo, sobretudo no de viés neoliberal, há limites severos às críticas radicais. O mesmo não pode ser dito em relação ao reacionarismo e manifestações de extrema direita, como é o caso do governo de Bolsonaro, estão aí para prová-la. Tais achados podem vir a ser desenvolvidos em pesquisas posteriores.

É possível considerar que tanto a falta de uma análise mais aprofundada das hierarquias presentes na sociedade brasileira, como é o caso dos programas petistas, quanto o silêncio em relação a temas relevantes à agenda decolonial, como é o caso dos programas de direita de Temer e Bolsonaro, refletem o caráter não universal da modernidade, refletindo sua origem eurocêntrica e ocidentalizada, impondo uma visão particular do mundo como a única válida e legítima. Isso decorre da narrativa hegemônica que tende a homogeneizar as experiências humanas, ignorando a diversidade cultural e histórica presente em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil. Tal imposição justifica a dominação cultural, política e econômica, tanto por parte dos países ocidentais sobre os países periféricos, quanto pelas elites em relação aos grupos marginalizados, perpetuando relações de poder desiguais e opressivas (PINTO; MIGNOLO, 2015).

Por sua vez, pode-se considerar os limites do aprofundamento, bem como o silêncio em relação a certos eixos temáticos relacionados à agenda decolonial como parte de uma lógica subjacente à globalização neoliberal, que reforça hierarquias e padroniza culturas, funcionando como uma forma de dominação imperial (CORONIL, 2005). Isso pode ser relacionado, tanto no plano epistemológico quanto nas políticas deliberadas, ao conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe (2001). Esse conceito implica na construção de verdades que ocultam relações de poder, facilitando a dominação de alguns grupos sobre outros através da imposição de uma visão de mundo aceita como natural e legítima pela sociedade. Por sua vez, essas verdades são difundidas por meio de ideologias, valores e narrativas que favorecem os interesses dos grupos dominantes, enquanto silenciam as perspectivas dos grupos subalternos. Trata-se de um processo que molda crenças, identidades e comportamentos de acordo com a visão dominante, criando uma falsa consciência que legitima a dominação de certos grupos sobre outros (LACLAU; MOUFFE, 2001). Além disso, as narrativas dominantes frequentemente perpetuam uma visão unidimensional e hierárquica do desenvolvimento, negligenciando a complexidade das múltiplas relações econômicas globais e formas de organização econômica e resistência que existem fora do paradigma capitalista (ROJAS, 2007).



Ao analisar programas políticos, portanto, são reveladas contradições, como, por exemplo, a proteção ambiental sem questionar o modelo agrário-exportador predominante no Brasil. Nesse sentido, de acordo com o pensamento decolonial, é fundamental que se seja capaz de abordar as complexidades das hierarquias de raça, gênero, sexualidade, classe, conhecimento e espiritualidade dentro dos processos geopolíticos, culturais e econômicos não só do sistema-mundo (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007), mas também, no caso, em âmbito nacional. Deve haver, portanto, um esforço real para desmistificar as afirmações universalistas do discurso da globalização neoliberal e tornar menos tolerável a destruição da natureza e de vidas humanas, sobretudo dos grupos mais marginalizados, por parte do capitalismo (CORONIL, 2005), o eterno arrepio na espinha colonial.

Uma transformação efetiva, no entanto, requer uma abordagem multifacetada que incorpore tanto a perspectiva decolonial nas políticas públicas quanto uma compreensão dos limites das pautas progressistas, da crítica e das intervenções políticas, como colocado por Quijano (2018). É importante reconhecer que os problemas enfrentados pelas comunidades marginalizadas fazem parte, intrinsecamente, de lógicas globais e que as soluções devem transcender as fronteiras nacionais, envolvendo lutas sociais em níveis local e global, uma vez que romper ou transformar todo o sistema é algo que está para além do escopo de possibilidades do nível do Estado-nação (QUIJANO, 2018).

## 6. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º programa nacional de direitos humanos. **Novos estudos CEBRAP**, p. 5-20, 2010.

AGUAR, Jórisa. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?. **Estud. sociol. Araraquara**, v.21 n.41 p.273-289 jul.-dez. 2016.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. **Una aproximación a la Ecología Política**, 2011.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 613-627, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BARBOSA, Igor Palma. O desenvolvimentismo estruturalista de Celso Furtado e o pensamento decolonial de Aníbal Quijano: um encontro necessário. **RICRI**, Vol. 7, No. 14.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, JAP de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. **Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo**, p. 57-110, 2010.

BEZERRA, C. de P.; ALMEIDA, D. R. de; GURZA LAVALLE, A. .; DOWBOR, M. W. Deinstitutionalization and resilience of participatory councils in the Bolsonaro government. **SciELO Preprints**, 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña**. 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolução do pensamento desenvolvimentista no Brasil: das origens aos dias de hoje (1930-2019). Apresentação do PowerPoint. Disponível em: <<http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/08/BIELSCHOWSKY-Ricardo.pdf>> Acesso em: 12 out. 2023.

BOLSONARO, Jair. In: DE ANDRADE, Hanrrikson. Bolsonaro contraria Constituição e diz que 'minorias têm que se adequar'. **UOL**, 15 de jul. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BOLSONARO, Jair. In: G1. Jair Bolsonaro: as promessas do candidato do PSL à Presidência. **Globo**, 11 de out. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BOLSONARO, Jair. In: RAMOS, Gabriela. 'Aqui no Brasil não existe isso de racismo', diz Bolsonaro em Fortaleza. **Estadão**, 29 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/06/29/aqui->

[no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza.htm](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/13/convite-era-irrecusavel-diz-secretaria-da-igualdade-racial-do-governo-temer.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; CASTILHO, Natalia Martinuzzi. A importância do pós-colonialismo e dos estudos descoloniais na análise do novo constitucionalismo latino-americano. **O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano. Caxias do Sul: Educs**, p. 11-25, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao " tripé macroeconômico " e à direita liberal e dependente. **Novos estudos CEBRAP**, p. 5-15, 2013.

CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (Ed.). **Para além do pós (-) colonial**. São Paulo: Alameda, 2016.

CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. Preâmbulo: **Anticolonial, pós (-) colonial, decolonial: e depois?**. 2016.

CAJIGAS-ROTUNDO. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalism. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Siglo del hombre editores, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Colonialidad del poder y clasificación social. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 9-23, 2007.

CESAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**, Montly Review Press, 1972.

COLISTETE, Renato. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. Dossiê: Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo, **Estudos avançados**, n. 15, v. 41, Abr 2001.

CORONIL, Fernando. Latin American postcolonial studies and global decolonization. **History, Political Science, Sociology**, p. 400-423, 2013.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

COSTA, Flávio. Convite era irrecusável, diz secretária da Igualdade Racial do governo Temer. UOL, São Paulo, 13 de jun. de 2016. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/13/convite-era-irrecusavel-diz-secretaria-da-igualdade-racial-do-governo-temer.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

DA SILVA, Rodrigo Ozelame; DE BORBA, Carolina dos Anjos; FOPPA, Carina Catiana. O sistema/mundo colonial/moderno e a natureza: reflexões preliminares. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, p. 138-169, 2021.

DE ALBUQUERQUE, Alexandre Black. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. 2015. Disponível em: <[https://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_alexandre\\_black\\_albuquerque\\_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf](https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf)> Acesso em: 1 out. 2023.

DELGADO, Guilherme; LEITE, Sérgio. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. **Revista Rosa**, n. 2, v.6, 2022.

DE LIMA, Lucas Gonçalves; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Interpretações da política econômica nos governos Lula e Rousseff. **Análise Econômica**, v. 39, n. 79, 2021.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Insular Livros, 2000.

DUARTE, Francisco José Mendes. O liberal-desenvolvimentismo da FIESP nos governos do PT: a construção pragmática de uma agenda político-econômica. **Desenvolvimento em Debate**, v.8, n.1, p.35-63, 2020.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Zahar, 1998.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: The making and unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 2011.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang (org.). **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. Zed Books, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Civilização Brasileira. 1968.

FILGUEIRAS, Luiz. Lula 3: impasse na periferia do capitalismo. Outras Palavras, 27 de out. de 2023. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em: 11 de mar. 2024.

FILGUEIRAS, L.; SENA JÚNIOR, C. Z. de; FELIPE MIGUEL, L. . O TERCEIRO GOVERNO LULA: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 36, p. e023024, 2023. DOI: 10.9771/ccrh.v36i0.55403.

FONSECA, Pedro. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. IPEA. Brasília, Julho de 2015.

GARCÉS, Fernando. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (org.) **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 9-23, Siglo del Hombre, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GROFOGUEL, Ramón. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, p. 10-43, 2018.

GROFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUDYNAS, Eduardo et al. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. **Extractivismo, política y sociedad**, v. 187, 2009.

INESC. “Balço do Orçamento 2019-2021 revela desmonte generalizado de políticas sociais”, diz Inesc. 2022. Disponível em: < <https://inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc/?cn-reloaded=1>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

JORNAL NACIONAL (JN). Pesquisa mostra que 75% dos conselhos e comitês nacionais foram extintos ou esvaziados no governo Bolsonaro. **Globo**, 25 de out. de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

JUNIOR, Nilo Luiz Saccaro. Biodiversidade e inovação no Brasil: incentivar é melhor que controlar. **Desafios do desenvolvimento**, 7 de out. 2013. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2947:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2947:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KELLY, Isabela Duarte; CONSIDERA, Claudio; MELO; Hildete Pereira. Quanto vale o amor materno? Apenas abraços e beijos? **Blog do IBRE**, 4 de out. de 2023. Disponível em: < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quanto-vale-o-amor-materno-apenas-abracos-e-beijos>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Verso Books, 2001.

LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

MACEDO, Aline; ROXO, Sérgio. Falta de mulheres e de negros em Ministério de Temer é criticada. **O Globo**, 12 de mai. de 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/falta-de-mulheres-de-negros-em-ministerio-de-temer-criticada-19293761>>. Acesso em: 11 de mar. 2024.

MACIEL, David. De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. **Marxismo 21**, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARTINS, Carlos; FILGUEIRA, Luiz. A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. **Caderno CrH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 445-449, Set./Dez. 2018.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, v. 30, 2015.

MARTINS, Paulo Henrique. América Latina como expresión del sistema-mundo en la organización de los modelos de desarrollo. **Caderno CRH**, v. 26, p. 331-346, 2013.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In: SADER, Emir (Ed.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial, 2015.

MAZZETTI, Antônio Carlos et al. América Latina em perspectiva: o pensamento cepalino e decolonial. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, 2021.

MBEMBE, Achille. **What is postcolonial thinking?** An interview with Achille Mbembe. Eurozine, 2008.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 2007.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MILANEZ, Bruno. Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil. Brasília: **Diálogo dos Povos, Sinfrajupe, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)**, 2021.

MONTE, Lucas Araújo. **A Onda Azul na América Latina: um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2022.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 507-527, 2011.

NEVES, Marcela Guimarães. Começar de novo: fundamentos do ESG e capitalismo de stakeholders. **Consultor Jurídico**, 28 de mai. de 2022. Disponível em: <  
<https://www.conjur.com.br/2022-mai-28/marcela-neves-esg-capitalismo-stakeholders/>>.  
Acesso em: 10 mar. 2024.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental. **Colóquio Internacional Marx E Engels, CeMarX**, v. 5, n. 1, 2007.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). O que é a ONS? Disponível em: <https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/o-que-e-ons>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti; ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. Plural: **Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, p. 269-281, 2018.

PACHECO, Maria Clara Fonseca; TILIO, Rafael. Feminismo liberal e mulheres no mercado do trabalho formal – uma análise do discurso. **Revista de Ciências Sociais**, nº 58, Janeiro/Julho de 2023, p. 198-216.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 381-402, 2015.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, n° 1, Santiago do Chile, 1962.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, 2014.

QUIJANO, Aníbal et al. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: clacso, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Abierto**, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanness as a concept; or. **The Americas in the modern world-system**. **International Social Science Journal**, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

RIOS, Flavia. Bolsonaro na contramão da igualdade racial. **Piauí**, 29 de set. de 2022. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/bolsonaro-na-contramao-da-igualdade-racial/>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ROJAS, Cristina. International political economy/development otherwise. In: **Recognition and Redistribution**. Routledge, 2007. p. 143-156.

RODRIGUES, Douglas. Entenda os prós e contras da entrada do Brasil na OCDE. **Poder 360**, 21 de ago. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/entenda-os-pros-e-contras-da-entrada-do-brasil-na-ocde/>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SÁ, Márcio. Pós-modernidade!? Dimensões e reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 3, n. 6, 2006.

SADER, Emir (Ed.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. Boitempo Editorial, 2015.

SAID, Edward W.: *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*, Companhia das Letras, São Paulo, 1990 (Introdução).

SANTOS, Gilmar; BERNARDO, Heloísa. **Globocentrismo, reprimarização e neoextrativismo**: reflexões sobre a mineração no Brasil contemporâneo. Editora UFJV, 2021.

SCHUQUEL, Thayná. Balanço do Orçamento 2019-2021 revela desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, Cataguases, 11 de abr. de 2022. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/11/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-de-politicas-publicas-no-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SMITH, Neil. The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s. **Public Culture**, v. 10, n. 1, 1997.

SOUZA, Keulle Oliveira da. Et al. Exploração mineral na Amazônia brasileira: Relações de trabalho e migração interna no Município de Pedra Branca do Amapari-AP. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 12, Vol. 08, pp. 05-28. Dezembro de 2019.

SQUEFF, Tatiana de AFR Cardoso; MARTINS, Fernanda Rezende. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável como instrumento de manutenção da colonialidade sobre os recursos naturais. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 11, n. 3, p. 30-53, 2020.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino; CASTRO, EMR de. **Desenvolvimento e pensamento pós-colonial/decolonial: revendo conceitos e práxis**. Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Joinville, SC. 2018.

TOLEDO, Aureo (Ed.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. SciELO-EDUFBA, 2021.

VILLARREAL VILLAMAR, María del Carmen; OJEDA MEDINA, Tahina. Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento. **Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento**, p. 1-224, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 47-62, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012.



WINTER, Angela Gabrielli; BARROS, Caio Matias; SOUZA, Ricardo. Nível de atividade física de brasileiros de 18 a 40 anos residentes por um determinado tempo na Irlanda: um estudo de caso comparativo a partir da aplicação de questionários. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, v. 5, n. 1, p. 263-263, 2019.